



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

VICISSITUDES DAS ÁREAS PALUDOSAS NO RIO DE JANEIRO
OITOCENTISTA: MANGUE HERÓI OU VILÃO?

ALEXANDRE DA SILVA CHAVES

Dissertação submetida ao corpo docente do Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Maurício de Almeida Abreu

RIO DE JANEIRO
2008



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**VICISSITUDES SOBRE AS ÁREAS PALUDOSAS NO RIO DE
JANEIRO OITOCENTISTA: MANGUE HERÓI OU VILÃO?**

ALEXANDRE DA SILVA CHAVES

ORIENTADOR: MAURÍCIO DE ALMEIDA ABREU

**Dissertação submetida ao corpo docente do Instituto de Geociências,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de
Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau
de Mestre.**

APROVADO POR:

RIO DE JANEIRO
2008

FICHA CATALOGRÁFICA

CHAVES, Alexandre Silva da.

Vicissitudes sobre as áreas paludosas no Rio de Janeiro
oitocentista: mangue herói ou vilão?

Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Instituto de Geociências – Departamento de Geografia.

Orientador: Maurício de Almeida Abreu

1. Geografia Urbana. 2. Rio de Janeiro. 3. Meio ambiente. 4. Saber Médico.

I – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

II – Vicissitudes sobre as áreas paludosas no Rio de Janeiro
oitocentista: mangue herói ou vilão?

Dedico esta dissertação a Ary Estácio da Silva (*in memoriam*), meu avô, pai e herói, que com certeza foi o principal responsável por essa longa caminhada até aqui.

AGRADECIMENTOS

Muitos foram aqueles que direta ou indiretamente ajudaram para que este trabalho chegasse ao final. Primeiramente quero agradecer a minha família por todo o apoio e paciência nessa jornada, em especial a minha madrinha Cleusa por todo o amor dado nas horas difíceis e a minha querida tia Cristina.

Quero agradecer ao meu orientador e amigo Maurício de Almeida Abreu, que muito contribuiu na minha formação acadêmica. Pelas broncas necessárias e também por toda a paciência desde 2000 quando ainda era bolsista de iniciação científica. Sou muito grato também a professora Lia Osório Machado, por sempre me fazer duvidar das “idéias absolutas”.

Aos meus amigos de laboratório Marcelo, Carlos, Marcus Vinícius, Rafael, Leonardo, Tamer, Victor, Débora e em especial ao meu grande amigo Bruno Affonso, principalmente nos períodos de tormentas.

Agradeço a colaboração de Thiago, parceirinho de infância, pelas conversas sempre frutíferas sobre os paradigmas da ciência. Também sou muito agradecido aos meus “eternos” amigos da turma de 1998, em especial ao Daniel, Maurício “gigante” e Alexandre “truco”, pessoas que sempre estarão no meu coração e que me ajudaram a superar momentos difíceis com muito bom humor.

Por último, queria deixar registrada a importância da minha futura esposa e meu grande amor “Betinha”, pois, sem dúvida, sem ela meu mundo seria muito mais difícil.

RESUMO

Este texto discute a evolução do significado dos mangues no século XIX, com ênfase especial dada ao estudo de caso do Rio de Janeiro. Foi nessa época que os pântanos da cidade foram submetidos a avaliações negativas intensas por parte dos médicos e outras pessoas influentes, esse discurso foi utilizado para apoiar projetos que visavam eliminar estes ecossistemas.

Este é um trabalho de geografia histórica. Portanto, é de fundamental importância a análise dados primários e secundários. A principal conclusão da tese é que os mangues evoluíram de heróis para verdadeiros inimigos através do tempo. No período colonial eram vistos como fornecedores importantes para o cotidiano da cidade, mas esse papel foi substancialmente alterado no século XIX, quando surgiram no discurso científico e social urbano idéias de que eram fontes de doenças epidêmicas. Esta alteração é tratada com mais detalhe através da análise da Cidade Nova, um antigo manguezal que desapareceu da paisagem da cidade carioca na segunda metade do século XIX.

ABSTRACT

This text discusses the evolving social meaning of mangroves in the 19th century, with special reference given to the case study of Rio de Janeiro. It was in that epoch that Rio's marshy areas were subjected to intense negative evaluations on the part of medical doctors and other influential individuals and their speech was used to support plans that aimed at eliminating these ecosystems.

This is a historical geography work. Therefore, it is based on the analysis of both primary and secondary data. The main conclusion of the thesis is that mangroves evolved from friend to foe through time. In the colonial period they were seen as providers, but this role was substantially changed in the 19th century, when they emerged in the scientific and social discourse as urban enemies, as sources of disease and epidemics. This change is treated in greater detail through the analysis of Cidade Nova, an old mangrove area that disappeared from Rio's landscape in the second half of the nineteenth century.

SUMÁRIO

Resumo	vi
Abstract	vii
Introdução.....	1
Capítulo 1 - subsídios teóricos para o entendimento da valoração das áreas paludosas no século XIX.....	9
1.1 - O legado hipocrático.....	10
1.2 – A teoria dos miasmas--	15
1.3 – A medicina social.....	19
1.4 – Uma nota sobre a evolução da palavra mangue.....	23
Capítulo 2 – O mangue no contexto carioca.....	27
2.1 – O problema do sítio: a cidade como um grande mangal.....	28
2.2 – Notícias do mangue herói.....	30
2.3 – Metamorfoseando-se em vilão.....	35
2.4 – O que diziam os médicos.....	45
2.5 – Uma voz dissonante: Pedro Soares Caldeira.....	51
Capítulo 3 – O mangue da Cidade Nova.....	56
3.1 – Um obstáculo a ser vencido.....	57
Considerações finais.....	77
Bibliografia.....	81
Anexos	95

INTRODUÇÃO

Atualmente o ecossistema de mangue é louvado por diversos ambientalistas do mundo, pois se sabe das diversas funções que esses ambientes possuem e que são de fundamental importância para a manutenção do equilíbrio¹ da biota marinha. Possui também grande relevância para economia e função social, sendo vital para a sobrevivência de vários grupos, principalmente para a população pobre que mora nas áreas lindeiras aos manguezais, que se beneficia da pesca de inúmeras espécies de peixes e crustáceos que vivem nesse ecossistema.

Todos os discursos contemporâneos sobre as áreas de mangue ressaltam esse papel de mantenedor da vida, além das idéias vinculadas a noção do desenvolvimento sustentável, reforçando a idéia de preservação com inclusão social.

A maioria dos autores que trabalha com essa temática define os manguezais, de uma forma geral, como um ecossistema costeiro de transição entre os ambientes terrestre e marinho, característico de regiões tropicais e subtropicais, sujeito ao regime das marés (SCHAEFFER-NOVELLI, 1995; AMADOR, 1997). Porém, no passado eram várias as definições que a ciência utilizava como veremos mais adiante.

A maior parte dos mangues que existiam no Brasil quinhentista desapareceu restando, hoje, aproximadamente 10% da formação original.

Temos, atualmente, uma enorme gama de legislações que protegem esses

¹ É importante destacar que a noção de equilíbrio de ecossistemas naturais é baseada na interdependência de seus elementos e que a ocupação desse ambiente e o conseqüente uso dos seus recursos naturais, provocam modificações que conduzem a uma nova situação de equilíbrio, essa, por sua vez, pode ser desastrosa para as espécies que viviam na situação de equilíbrio anterior. Ver mais da noção de equilíbrio em: PRIGOGINE, Ilya & STENGERS, Isabelle. 1984. *A Nova Aliança: A Metamorfose da Ciência*. Editora da Universidade de Brasília, Brasília.

ambientes costeiros da depredação humana. Essas áreas são consideradas como de proteção constante, estando incluídas em dispositivos legais como a Constituição Federal e as Constituições Estaduais. Apesar de todo o aparato legislativo de proteção ambiental às áreas de mangue, sabemos, entretanto, que a poluição proveniente da intensa e desordenada urbanização continua a depreciar tais ambientes.

No Rio de Janeiro, cidade com grande área costeira, a situação de depredação não foi diferente, até porque todo o processo de ocupação da cidade carioca se iniciou no litoral. Segundo dados apresentados pelo geógrafo Elmo Amador, dos 280 quilômetros quadrados de vegetação de mangue que a Baía da Guanabara ostentava na época do Descobrimento, só restaram aproximadamente 80 quilômetros quadrados. O sítio da cidade do Rio de Janeiro já foi caracterizado pela grande presença de manguezais, que circundavam quase todo o recôncavo da Guanabara. Grande parte desses habitats marinhos desapareceu desde a gênese da apropriação do território da cidade até os dias atuais e muitos dos que sobraram estão altamente degradados devido às modificações provocadas pela ação antrópica.

Além das áreas circunvizinhas da Baía de Guanabara, os mangues estão presentes em diversas áreas do estado do Rio de Janeiro, como a região Norte Fluminense, a desembocadura do rio Paraíba do Sul; a baía de Sepetiba (Guaratiba) e os municípios de Angra dos Reis, Parati e Mangaratiba, principalmente na área da Ilha Grande, na região Sul-Fluminense.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMADS (2001) destaca que os vegetais encontrados nesse

ecossistema, conhecidos popularmente como mangues, são das seguintes espécies no Estado do Rio de Janeiro: o mangue branco (*Laguncularia racemosa*); o mangue de botão (*Conocarpus erecta*); o mangue siriba ou preto (*Avicenniagerminans* e *Avicennia schaueriana*) e o mangue de sapateiro ou vermelho (*Rhizophora mangle*), sendo este último de grande importância no passado.

Segundo Pereira Filho & Alves (1999) o manguezal desempenha funções naturais de grande importância ecológica e econômica, dentre as quais destacam-se as seguintes:

- Proteção da linha de costa - a vegetação desempenha a função de uma barreira, atuando contra a ação erosiva das ondas e marés, assim como em relação aos ventos.

- Retenção de sedimentos carregados pelos rios em virtude do baixo hidrodinamismo das áreas de manguezais, as partículas carregadas precipitam-se e somam-se ao substrato. Tal sedimentação possibilita a ocupação e a propagação da vegetação, o que viabiliza a estabilização da vasa lodosa a partir do sistema radicular dos mangues.

- Ação depuradora - o ecossistema funciona como um filtro biológico em que bactérias aeróbias e anaeróbias trabalham a matéria orgânica e a lama promove a fixação e a inertização de partículas contaminantes, como os metais pesados.

- Área de concentração de nutrientes - localizados em zonas estuarinas, os manguezais recebem águas ricas em nutrientes oriundos dos rios, principalmente, e do mar. Aliado a este favorecimento de localização, a vegetação apresenta uma produtividade elevada, sendo considerada como a

principal fonte de carbono do ecossistema. Por isso mesmo, as áreas de manguezais são ricas em nutrientes.

➤ Renovação da biomassa costeira - como áreas de águas calmas, rasas e ricas em alimento, os manguezais apresentam condições ideais para a reprodução e desenvolvimento de formas jovens de várias espécies, inclusive de interesse econômico, principalmente crustáceos e peixes. Funcionam, portanto, como verdadeiros berçários naturais.

➤ Áreas de alimentação, abrigo, nidificação e repouso de aves - as espécies que ocorrem neste ambiente podem ser endêmicas, estreitamente ligadas ao sistema, visitantes e migratórias, onde os manguezais atuam como importantes mantenedores da diversidade biológica.²

Conclui-se que, hoje, os ecossistemas de manguezais possuem valoração extremamente positiva devido às funções naturais, econômicas e sociais que exercem, apesar do contínuo processo de degradação que sofrem. No passado, entretanto, não foi sempre assim. Houve alternância das idéias atreladas aos mangues e às suas funções que, não raro, refletiram as idéias científicas vigentes na época.³

A discussão atual sobre o mangue é rica e sua bibliografia é vasta. Não é nosso objetivo, entretanto, enveredar por esse caminho. Apenas a recuperaremos para realçar quão instáveis e transitórios são muito dos

² SCHAEFFER-NOVELLI (1995) reforça, também, o papel econômico da sua localização, que apresenta condições favoráveis à instalação de empreendimentos e contribui para a sua depredação.

³ Alguns autores trabalham com a permanência de idéias negativas, mesmo que não predominantes, das áreas de mangue, principalmente no imaginário popular, idéias ainda ligadas a questões de salubridade e focos de doenças e usos que são considerados indesejáveis como área de prostituição, área de despejo de lixo entre outros usos “sujos”.

conhecimentos científicos. Isto porque o que nos interessa aqui é discutir as vicissitudes passadas desse mesmo ecossistema.

Com efeito, a concepção de mangue que temos hoje não é a mesma de períodos anteriores, pois sabemos que definições e seus caracteres valorativos mudam conforme os momentos históricos, os avanços tecnológicos, as descobertas científicas etc. No caso específico dos manguezais, essas mudanças foram muitas e interferiram direta ou indiretamente na valoração desse tipo de ambiente ao longo da história. No caso específico da cidade do Rio de Janeiro, que possuiu grandes extensões de áreas de mangue que desapareceram ao longo do tempo, essas mudanças foram bastante significativas e justificam o estudo aqui proposto.

As pesquisas sobre a geografia do passado da cidade do Rio de Janeiro vêm se desenvolvendo desde longa data e são de extrema importância para o entendimento da lógica de ocupação da cidade durante o tempo, pois esta, como produto social, reflete as ações dos diversos agentes que estiveram envolvidos na sua construção.

Entretanto, as lacunas ainda são grandes para o entendimento do espaço pretérito da cidade carioca. É o caso, por exemplo, da relação higienismo/espço. Apesar da grande quantidade de trabalhos desenvolvidos⁴, principalmente por historiadores, a verdade é que ainda subsistem inúmeras questões referentes à influência da medicina sobre a estruturação do espaço urbano carioca no século XIX.

⁴ Ver BENCHIMOL, Jaime Larry, *Dos Micróbios aos Mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: ed. Fiocruz./ed. U.F.R.J.. 1999. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. BENCHIMOL, J. L., *Pereira Passos: Um Haussmann Tropical*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990. Entre outros.

As teorias higienistas relacionavam as doenças às condições do meio, principalmente o meio urbano, considerado o mais doentio. Nesse último, os ares miasmáticos, carregados de emanções pútridas, eram vistos como os vilões a combater. Este paradigma ambiental afetou diretamente os usos e lugares que causavam externalidades negativas, principalmente a partir de meados do século XIX, período das grandes epidemias de febre amarela que assolaram a cidade.

As epidemias, por sua vez, não escolhem suas vítimas e a elite, também atingida, vai pressionar os órgãos públicos a tomar decisões para amenizar o problema, além de pressionar as autoridades no combate aos ambientes emanadores de ares mefíticos.

No início do século XX, mesmo depois da superação das teorias higienistas calcadas no discurso dos ares miasmáticos, a medicina social urbana, balizada no discurso salubridade versus insalubridade, ainda oferecerá justificativas para as transformações radicais na cidade e terá papel relevante na chamada Reforma Passos (1902-06).

O Rio de Janeiro, por esse contexto supracitado, se apresenta como um bom estudo de caso. Ao mesmo tempo em que se caracteriza por possuir um sítio considerado “insalubre”, devido, sobretudo, à presença de áreas paludosas, se apresenta igualmente como palco privilegiado da reflexão sobre esse ecossistema, que era valorizado, sobretudo, pelos médicos.

O estudo enfoca o período oitocentista, pois este é o século em que a cidade passa por profundas transformações, deslanchadas pela chegada da Família Real. A emergência do pensamento médico e das teorias higienistas também são sentidas nesse período, assim como sua influência nos usos e

espaços da cidade carioca. O final do século XIX abre espaço para as futuras reformas urbanas do início do século XX, como a Reforma Passos.

Nesse contexto, esta dissertação tem por finalidade procurar entender como se deu a transformação do mangue em vilão no período oitocentista. Para isso é de fundamental importância compreender o significado que esse ecossistema possuía em tempos pretéritos e determinou o papel que as epidemias e as teorias higienistas tiveram na mudança de concepção sobre os manguezais que acabaram por justificar mudanças na estrutura espacial da cidade do Rio de Janeiro.

- Qual era a concepção de mangue anterior ao século XIX?
- Como surgiu a valoração negativa desse ecossistema? Como foi justificada?
- Qual o papel que a nova valoração exerceu sobre a fisionomia e estrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro?

A dissertação é composta de três capítulos. No primeiro, apresentamos o que nos permite entender a valoração do mangue a partir do ideário higienista, berço do paradigma ambiental ressaltado no presente trabalho. Discutimos, também, a influência da medicina social, principalmente sob a ótica foucaultiana e, por último, fazemos breves colocações sobre a etimologia da palavra mangue.

No segundo capítulo, discutimos o mangue no Rio de Janeiro, destacando o problema do seu sítio paludoso, para ulteriormente trabalharmos com a valoração positiva que esse ecossistema possuía antes que fosse transformado em vilão, rebatendo essa valoração, com o o discurso negativo que ser-lhe-á atribuído pelos médicos. Analisamos também um clamor

dissonante dentro desse contexto negativo dos manguezais.

No terceiro e último capítulo, mostramos através dos elementos destacados nos capítulos anteriores e com base na documentação primária, como ocorreu o desaparecimento do Mangue da Cidade Nova no século XIX e qual foi a influência do pensamento médico e das epidemias para a sua eliminação.

A dissertação se insere na linha de investigações desenvolvidas pelo Núcleo de Pesquisas de Geografia Histórica da UFRJ. Para o presente trabalho utilizamos diversas fontes primárias de instituições como o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - AGCRJ, a Biblioteca Nacional – BN, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, além do rico acervo do próprio Núcleo de Pesquisas de Geografia Histórica.

**CAPÍTULO 1 - SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA O ENTENDIMENTO DA
VALORAÇÃO DAS ÁREAS PALUDOSAS NO SÉCULO XIX.**

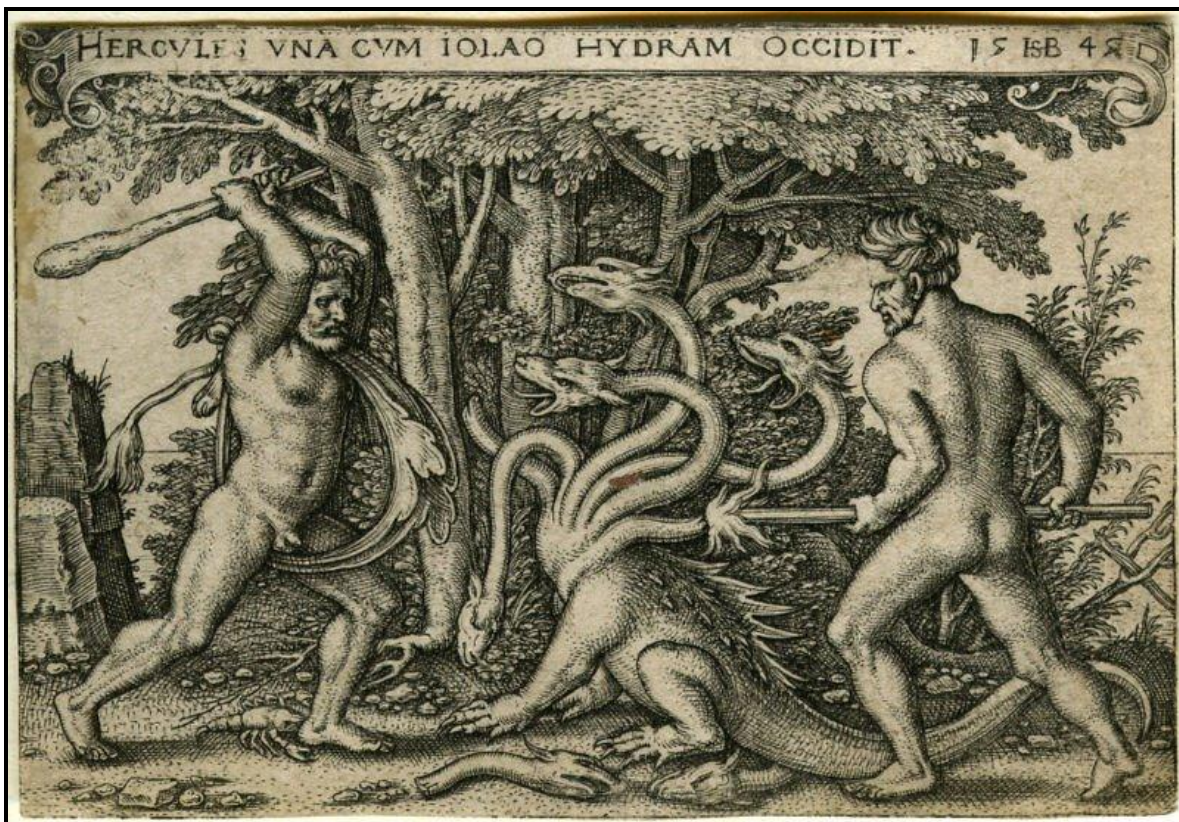


Figura mitológica da Hydra de Lerna que habitava os pântanos na Grécia aterrorizando a população.

Fonte: http://images.google.com.br/hercules_slaying_the_Hydra.jpg

1.1 - O LEGADO HIPOCRÁTICO.

Diversos autores destacaram a importância do ideário higienista em suas obras como foi o caso de MUMFORD (1982), de LACAZ (1972) e de GLACKEN (1996). Esses autores mostram que a gênese desse ideário, isto é, da inquietação com as condições ambientais e da sua relação com as condições de vida nas cidades, têm suas raízes históricas nas teorias desenvolvidas por Hipócrates no século V a.C.

Segundo GLACKEN (1996:106), a obra de Hipócrates intitulada *Dos ares, das águas e dos lugares*, constitui-se como “*el primer tratado sistemático sobre las influencias del medio en la cultura humana*” e oferece relevantes subsídios para a história da medicina, da geografia e da antropologia. Glacken demonstra, cabalmente, que as contribuições de Hipócrates ultrapassam em muito a discussão da importância e influência do meio.¹

Fatores como o clima e a relação com a temperatura foram determinantes para a construção de um caráter distintivo da civilização grega. Pode-se dividir a teoria do meio em dois pontos principais: um baseado na fisiologia, como no caso da teoria dos humores, e outro referente à situação geográfica; ambos os casos se encontram no *Corpus Hippocraticum*. Em geral as teorias do meio calcadas na fisiologia se desenvolveram a partir da bipolaridade saúde-enfermidade ou ainda a partir da noção de equilíbrio e falta de equilíbrio humoral, respectivamente. A

¹ Mesmo sendo grande referência e intitulado como “pai” da medicina, algumas obras de Hipócrates possuem problemas quanto as suas autenticidades, apesar de que segundo GLACKEN (1996) a obra intitulada *Dos ares, das águas e dos lugares* parecer ser bem genuína e ainda segundo o mesmo autor o inegável é que Hipócrates foi um espírito das tendências médicas do final do século V a.C.

observação que aponta para as vantagens que certas cidades possuíam em função dos efeitos da altitude, possivelmente devido aos lugares altos estarem bem acima de áreas pantanosas, é um dos exemplos da aplicação da teoria do meio mencionada.

A teoria humoral, que inicialmente estava embasada no corpo humano, logo foi transposta para a relação com o meio que circundante, e é a partir da relação de desequilíbrio então verificada (excesso de umidade), que se chegou a valoração de áreas paludosas. A teoria hipocrática propunha que em terras quentes, pantanosas e florestadas com acumulação de água estagnada, a população não conseguia se desenvolver devido a esse excesso de água, já que respirava um ar úmido e turvo.

Porém, nem todos os ambientes com água eram considerados ruins. Para se chegar a essa qualificação era necessário haver combinações do tipo umidade, lugar quente, pouca altitude, pouca circulação de ares e água estagnada.

As explicações médicas de Hipócrates também aparecem em outros pensadores clássicos, como Aristóteles, principalmente no modo em que este filósofo aborda os problemas relacionados à medicina e os efeitos do ambiente sobre o pensamento. Dentre as perguntas formuladas pelo pensador a seus discípulos estavam as seguintes: *“Por que envelhece rapidamente quem vive em terras baixas (depressões) ou em terras pantanosas?”; “Por que os marinheiros, mesmo os que vivem na água, possuem uma coloração mais sã do que os que vivem em terras pantanosas?”* As perguntas demonstram e reforçam um caráter morbífico das áreas paludosas e a força das idéias hipocráticas, além da importância dos estudos sobre o ambiente físico em que viviam as pessoas.

Clarence J. Glacken discorre intensamente sobre outras influências das idéias hipocráticas para a compreensão de problemas relacionados à diversidade cultural, etnologia, arquitetura, entre tantas outras influências, mas eles não serão objeto desta análise.

Luis Urteaga (1980) demonstra que os higienistas anteciparam as discussões sobre o problema da influência do meio ambiente na vida do homem, que seriam mais tarde objeto de preocupação de ecólogos e geógrafos. Segundo esse autor, o higienismo é uma corrente de pensamento que se desenvolveu a partir do final do século XVIII, animada principalmente pelos médicos.

Partindo da idéia da grande influência do entorno ambiental e do meio social sobre o desenvolvimento das enfermidades, os higienistas criticam a falta de salubridade nas cidades industriais, assim como as condições de vida dos trabalhadores, propondo, a partir disso, uma série de medidas de controle higiênico-social, que pudessem contribuir para a melhora das condições de salubridade da população.

A noção de higiene aparece, primeiramente, associada à preservação da saúde pública. Neste sentido, os trabalhos epidemiológicos passaram a ter fundamental importância na Europa do século XVIII. As análises epidemiológicas versavam sobre as enfermidades epidêmicas (cólera e febre amarela, principalmente), sobre as enfermidades endêmicas das cidades (como a varíola, tifo, escarlatina, difteria etc.) e sobre as enfermidades relacionadas às atividades industriais. Toda essa preocupação surgiu devido ao crescimento das cidades a Revolução Industrial, que por sua vez, provocou profundas metamorfoses nos

espaços urbanos e gerou novas preocupações em relação, principalmente, aos usos intra-urbanos.

Os higienistas defendiam que as enfermidades eram um produto social, daí a grande frequência de se encontrar, em seus trabalhos, ampla gama de informações sobre o meio geográfico, econômico e social em que se desenvolviam as doenças. As investigações empíricas articuladas com a estatística foram também pilares para os higienistas e a contribuição geográfica para essas investigações ficaram conhecidas como Geografias e Topografias médicas.

As Topografias médicas utilizavam, desde o final do período setecentista, uma série de dados geográficos e estatísticos e levavam em consideração a origem e o desenvolvimento das epidemias e sua morbidade em geral. Essas monografias médicas estavam associadas, geralmente, a localidades e consideravam que a gênese e a evolução das enfermidades era fortemente influenciada, e até mesmo determinada, pelo clima e pelo meio ambiente local.

Para o presente estudo o mais relevante é que os higienistas trataram também de problemas relacionados ao espaço urbano, como a limpeza e a salubridade das cidades, fazendo aparecer preocupações com determinados tipos de serviços, usos e ambientes, como os cemitérios, os esgotos, os matadouros, os hospitais, os mangues etc. As inquietações surgiam a partir dos efeitos desses usos, de sua localização e da melhor forma de combatê-los para evitar maiores prejuízos às populações das cidades. Mais do que isso, entretanto, como bem mostrou Luis Urteaga (1980), os higienistas foram responsáveis pela associação dos ambientes paludosos, como foi tão bem observados nos “Tratados das

epidemias” que proliferaram no Século das Luzes. É de interesse, neste sentido, a pergunta que Urtega faz em seu importante estudo sobre os miasmas, as epidemias e os micróbios, que mostra bem essa relação:

*"...médicos famosos y aún el mismo Hipócrates hablando de las tercianas y de otras epidemias ¿pensaron acaso en señalar por causa y origen de ellas a los terrenos húmedos y pantanosos?"
(Manuscrito de la Facultad de Medicina de Valencia, sig. 14-35;
cit. por M. y J. L. Peset, 1972, 53.)*

Tanto URTEAGA (1980) como FOUCAULT (2004) dão destaque ao médico inglês Thomas Sydenham². Para URTEAGA, Sydenham foi o grande sistematizador dos preceitos hipocráticos na Era Moderna³, pois deu destaque, no século XVII, à relação entre a natureza (meio) e o aparecimento de doenças. Para FOUCAULT, a contribuição desse médico foi fundamental para o desenvolvimento da nosografia, isto é, dos tratados com descrições ou explicações das doenças. Porém, existem divergências sobre o papel desempenhado pela obra do médico inglês, uma vez que para Lain Entralgo (apud Urteaga, 1978) as concepções de Sydenham estão mais ligadas a causas meteorológicas, enquanto Michel Foucault (2004) sustenta que elas não possuem uma natureza autônoma, mas sim um complexo conjunto de acontecimentos naturais, tais como: qualidade do solo, climas, estações do ano, chuvas, aridez, ambientes de pestilência, penúria etc. O mais importante a ressaltar é que a partir de Sydenham a medicina européia do século XVIII renovará a tradição hipocrática, dando origem a uma corrente

² Em diversas partes da sua obra *O Nascimento da Clínica*, Michel Foucault recorre aos estudos desse médico e sua obra *Médecine Pratique*, trad., Paris, 1784.

³ Segundo PEITER (2005) Guillaume Billou (1538-1616) foi o médico francês que sistematizou essas idéias, aprofundadas posteriormente por Thomas Sydenham (1624-1689) na Inglaterra, quem criou a denominação “constituição epidêmica”.

higienista que prestará especial vigilância ao meio natural e uma singular atenção à sua relação com os problemas patológicos.

Thomas Sydenham



Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Thomas_Sydenham

1.2 – A teoria dos miasmas

Um dos alicerces do paradigma ambiental do século XVIII foi a teoria dos miasmas. Esta teoria se baseava na idéia de vapores mefíticos emanados pelos ambientes e um dos alvos desta teoria eram os ambientes palustres, considerados malsãos. É necessário mencionar que, nos séculos anteriores, já havia relatos sobre a emanção de ares nocivos, porém sem a veemência que encontramos nos relatos a partir do século XIX. Segundo essa interpretação, as temperaturas elevadas das épocas mais quentes produziam um tipo de destilação química das águas pantanosas que provocava vapores pestilentos que são carregados pelo

vento, ocasionando, assim, diversos tipos de enfermidade. O mecanismo de produção dessas emanações seria o seguinte:

“As temperaturas elevadas da época do verão produzem uma ‘destilação química’ das águas pantanosas; os vapores, convertidos em eflúvios voláteis, são transportados pelo vento, ocasionando diversos tipos de morbidez. A estes produtos inorgânicos unem-se outros seres orgânicos que são produzidos por decomposição, formando os enigmáticos miasmas, os quais, difundidos no ar, afetarão o organismo humano⁴”

A eficácia da teoria dos miasmas está associada à ascensão, no imaginário ocidental, de um sentido pouco considerado em períodos anteriores ao século XVIII que é o olfato. CORBIN (1987) destacou a importância dos sentidos, especificamente o olfativo, e suas interferências no imaginário social nos séculos XVIII e XIX. O elemento água começou a ser visto como um dos grandes responsáveis pelas emanações de odores pútridos considerados extremamente prejudiciais à saúde. Ambientes aquosos, portanto, como mangues e praias, passaram a ser considerados pouco saudáveis e emanadores de doenças. A teoria dos ares miasmáticos teve grande força no final do século XVIII e durante todo o século XIX, se sustentando como paradigma científico até ao início do século XX. Descrevendo o aparecimento de uma hiperestesia coletiva em relação

⁴ LAIN ENTRALGO, P., citado por URTEAGA, p.11.

aos odores, Corbin explicita bem o horror que os ares da cidade, cheios de miasmas, causavam no período oitocentista.

“O ar de um lugar é um caldo pavoroso no qual se misturam as fumaças, os enxofres, os vapores aquosos, voláteis, oleosos e salinos que exalam da terra, e, se for o caso, as matérias fulminantes que ela vomita, a morrinha que sai dos pantanais (...).”⁵

O autor chamou também a atenção para a obra de Condillac, sobretudo o *Ensaio sobre as origens dos conhecimentos humanos* (1746) e, principalmente, o *Tratado das sensações* (1754), que seriam obras de grande estima para os estudos sobre a valoração dos sentidos.

HAZARD (1946) também ressaltou a obra de Condillac sobre as sensações. Para Condillac, nossos conhecimentos procederiam dos sentidos e nossas sensações não seriam mais do que modos de ser. O mundo exterior existiria e o sentiríamos pela resistência que exporíamos aos objetos exteriores a nós. Essas considerações sobre a valorização dos sentidos, principalmente do olfato, são importantes no contexto oitocentista, pois até então o olfato era pouco considerado em relação a outros sentidos tidos como mais nobres pela ciência, em especial a visão. Essa valorização do sentido olfativo também terá grandes conseqüências no imaginário social carioca no período oitocentista e perdurará, com menor força, até ao século XX.

Yi-Fu Tuan (2005), no livro *Paisagens do medo*, discorre sobre o medo das doenças e em diversos pontos menciona a fobia que os lugares pantanosos causavam devido aos eflúvios malévolos, que supostamente produziam. O autor destaca que no século XIX a ciência médica, em grande parte, já tinha se

⁵ CORBIN, Alain. Saberes e Odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. Ed. Companhia das Letras. São Paulo, 1987. P.21.

separado das explicações associadas aos espíritos, demônios e elementos astrológicos mais rudimentares, mas ainda se manteve aferrada às preocupações de praxe: o ar e a água. Preserva, assim, preocupações da Antiguidade, como a de Varrão, que considerava perigosos os terrenos pantanosos, porque *“alguns animais minúsculos, invisíveis a olho nu, reproduzem-se aí, e, levados pelo ar, entram no corpo através da boca e do nariz e causam doenças difíceis de cura”*⁶.

A partir da teoria dos miasmas, a relação entre o ar e o odor se constitui em peça fundamental para a valoração negativa de diversos ambientes, sobretudo, das áreas paludosas⁷. Todavia, os avanços nos estudos sobre a matéria em putrefação acabavam por alterar essa reflexão.

Em 1867, o químico e microbiologista francês Louis Pasteur descobriu que a putrefação e a fermentação eram causadas por microrganismos, o que impulsionou o estudo das doenças contagiosas. Como se sabe, essa nova descoberta entrou em confronto com as idéias sobre os ares infecciosos e só veio se legitimar, de fato, alguns anos depois. A descoberta ocasionou, entretanto, conflitos entre os médicos que passaram então a seguir linhas diferentes dentro das várias teorias bacteriológicas que vão surgir, além dos que se mantiveram apegados à idéia de contaminação pelos odores mefíticos, isto é, os nebulosos miasmas.

No Rio de Janeiro, nas décadas de 1880 e 1890, por exemplo, os higienistas, agora contaminados pelas idéias microbianas, começaram a defender

⁶ RUSSELL, P. F. *Man's Mastery of Malaria*. P.12

⁷ Apesar de não ser objeto desta análise é interessante observar que a valoração das praias, tanto na Europa como no Brasil, ocorre de forma diferente em relação aos mangues como bem mostrou SILVA (2000), pois apesar de mangues e praias, como conhecemos hoje, estarem próximos, seus processos de valoração tiveram peculiaridades, com a praia conseguindo se valorizar anteriormente aos ambientes de mangues.

concepções cada vez mais divergentes sobre o modo de difusão da febre amarela e, conseqüentemente, sobre as medidas de profilaxia. PEITER (2005:7) mostrou bem a importância do surgimento e das transformações que a microbiologia provocou na ciência. Segundo esse autor:

“O desenvolvimento da microbiologia, e o descobrimento das bactérias e parasitas por Pasteur (1842-1895) e Koch (1843-1910), levaram a uma série de transformações nos conhecimentos da Medicina, instituindo a hegemonia da “Teoria Bacteriana” ou “Teoria dos Germes” sobre a “Teoria dos Miasmas”⁸.

É necessário advertir, entretanto, que as teorias balizadas no discurso miasmático não desapareceram, pois, de acordo com BENCHIMOL (1999), a reforma urbanística haussmaniana conduzida pelo prefeito Pereira Passos, no início do século XX, e por outros engenheiros mantiveram seus alicerces mergulhados nas teorias do solo e na higiene dos miasmas.

1.3 – A MEDICINA SOCIAL.

A medicina social é um vasto campo de conhecimento, que engloba diversas áreas científicas, como as ciências biomédicas e as ciências sociais. No presente trabalho, vamos discutir esse campo através, principalmente, da contribuição de Michel Foucault, que trabalhou com a sua gênese desse campo do conhecimento. O filósofo destaca que a medicina social, de maneira geral, pode ser dividida em três tipos: (a) a medicina de Estado que se desenvolve na Alemanha, (b) a medicina dos trabalhadores na Inglaterra e (c) a medicina urbana

⁸ PEITER, Paulo César. *Geografia da Saúde na Faixa de Fronteira Continental do Brasil na Passagem do Milênio*. Rio de Janeiro. UFRJ/IGEO/PPGG, 2005.

francesa, sendo esta última a que seria mais difundida no Brasil. Segundo FOUCAULT (2003), ao surgir, a medicina social praticada na França tinha três grandes objetivos:

- Analisar os lugares de acúmulo e amontoamento de tudo que, no espaço urbano, podia provocar doença, lugares de formação e difusão de fenômenos epidêmicos ou endêmicos. Ênfase especial era dada aos que passaram a ser alvo de protesto nos 1740 – 1750; datam de mais ou menos 1780, as primeiras grandes emigrações de cemitérios para a periferia da cidade.
- Controlar a circulação. Não a circulação dos indivíduos, mas das coisas ou dos elementos, essencialmente da água e do ar. Daí a questão dos ares infecciosos, culpados pelas epidemias. Para o presente trabalho, este é o ponto mais importante, pois atinge os ambientes aquáticos, como os manguezais.
- Organizar distribuições e seqüências. Onde colocar os diferentes elementos necessários à vida comum da cidade? Como, por exemplo, o problema da posição recíproca das fontes e dos esgotos. Como evitar que se aspire água de esgoto nas fontes onde se vai buscar água de beber? Essa desordem foi considerada, na segunda metade do século XVIII, responsável pelas principais doenças epidêmicas das cidades. Daí a elaboração do primeiro plano hidrográfico de Paris, em 1742.

Podemos então perceber que, a partir do processo de adensamento urbano francês, surgiram preocupações específicas quanto de usos nocivos que se formavam nas cidades. As inquietações e discussões giravam em torno da

bipolaridade entre as noções de insalubridade e salubridade. Sobre isso, assim falou FOUCAULT:

“Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública (...)”⁹

Esses objetivos da medicina social, tão bem discutidos por Michel Foucault, podem ser claramente percebidos na cidade do Rio de Janeiro no século XIX e início do século XX. Como chama atenção ABREU (1997), quando fala sobre a construção das redes de infra-estrutura carioca, a preocupação com a água e o ar foi uma constante das autoridades, assim como a preocupação com os ambientes que poderiam causar doenças como os matadouros, os mangles, brejos etc.

Deve-se destacar ainda que as epidemias e as teorias higienistas foram ferramentas de fundamental importância para o discurso político do Estado, pois através delas foi possível implantar normas e mecanismos de controle da sociedade e do espaço. LUZ (1982) demonstrou bem como o conceito de epidemias, por exemplo, não está enraizado no biológico, mas apresenta-se carregado de sentido político. Seguindo esta mesma linha de raciocínio, MACHADO (1978) afirmou que a Medicina Social se caracteriza por uma forma de controle constante, por uma vigilância continua sobre o espaço e o tempo sociais.

⁹ Michel FOUCAULT. *Microfísica do Poder*. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro, Edições Graa1, 2003, p.93

A luta contra as epidemias, portanto, obedece a um comando político e não médico.

A intenção da Medicina Social não era devolver a saúde aos indivíduos, mas sim a saúde às cidades, isto é, objetivava a ordem urbana e isso era feito através do enquadramento social e do controle da população, inclusive modificando seus usos e costumes. A doença das cidades encontrava no mau funcionamento das instituições, na desordem, no desregramento moral, no crescimento desordenado, nas montanhas e pântanos que exalavam miasmas as suas principais causas. (ibidem).

Os saberes científicos, que se consolidaram na Europa durante o século XVIII, ecoaram com força no Brasil do século XIX e não só modificaram a paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro, como estimularam o nascimento de novas sensibilidades, alterando a forma de pensamento das pessoas. Por fim, contribuíram para modificar a relação entre os habitantes e o espaço em que viviam. Uma das materialidades desse fenômeno foi a mudança, a partir da ciência e de seu discurso, da concepção que se tinha sobre os ambientes palustres.

Para legitimar o crescente poder dos médicos no Brasil, D. João VI fundou várias instituições e também incentivou a imigração de profissionais europeus de medicina. Foi também no século XIX que surgiram no Rio de Janeiro as instituições mais importantes de medicina da época, instituições estas que estavam embebidas dos ideais vindos, principalmente, da França. O aumento do número de epidemias, a partir de meados do século XIX, acabou por fornecer a a

medicina social o estímulo que ainda lhe faltava para se tornar um pensamento dominante.

Em suma, a medicina social emergiu num contexto de grandes transformações econômicas, políticas, demográficas e urbanas. No que diz respeito ao Rio de Janeiro em particular, o crescimento da cidade a partir da chegada da Família Real, em 1808, assim com as epidemias que surgiam de forma avassaladora a partir de 1850, ofereceram a base necessária para a difusão das teorias higienistas, que tiveram papel importante no controle político-social do meio urbano e afetaram de diferentes formas usos e ambientes da cidade carioca.

1.4 – Uma nota sobre a evolução da palavra mangue.

Atualmente, as áreas de mangue são consideradas valiosas e há consenso sobre a sua definição no meio científico, principalmente entre os ambientalistas. Porém, no passado, a situação era outra e as definições vinculavam-se ao contexto científico da época. De especial importância foram os significados associados à noção de salubridade. Eles emergiram a reboque das teorias higienistas e, por isso, tiveram uma conotação extremamente negativa. É importante ressaltar que as definições mudam de acordo com o momento histórico a que pertencem. Por isso, o cuidado deve ser grande na hora de se transladar definições do passado para o presente e vice-versa.

Através do estudo da origem e da evolução da palavra mangue podemos perceber diferentes valorações que o termo possui e que ainda carrega. A palavra tremedal, por exemplo, outrora utilizada como metáfora para decadência moral, é hoje obsoleta, mas constituiu sinônimo de mangue para alguns estudiosos do Rio

de Janeiro oitocentista. A analogia pode ser feita também com a palavra malária e sua associação com a época de sucesso da teoria dos miasmas no meio científico do século XIX, pois se acreditava que a doença era transmitida pelo ar, daí a designação, que provém do italiano, *mal aria*, que significa “mau ar”. Aliás, outro nome da doença, o paludismo, também estava relacionado com o mefitismo do ar, pois *palus* significa, em latim, lagoa, pântano, e o termo referia-se aos ares infecciosos que neles se respirava.

VANNUCCI (2003) apresenta uma breve etimologia da palavra mangue e diz que quase tudo o que se diz sobre a gênese dessa palavra não tem sentido. O *Oxford Dictionary*, por exemplo, diz que a palavra inglesa *mangrove* (1613) deriva da palavra portuguesa mangue ou do espanhol mangle, o que quer dizer “um conjunto de árvores”, ou uma pequena floresta (bosque). Pesquisando a coleção denominada Portugalia Monumenta Cartographica (P.M.C.), produzida em 1960 em comemoração ao quinto centenário da morte do infante D. Henrique, a autora conseguiu pistas valiosas para descobrir finalmente a origem da palavra. Encontra na Carta de Lopo-Homem-Reineis, datada de 1519, a palavra mamguez (ortografia antiga do plural da palavra mangue), indicando uma área do “golfo dos Reyes”, conhecido atualmente como Angra dos Reis. Como na língua tupi-guarani essa mesma área era chamada de itaorna (pedra ou solo podre), topônimo que até hoje indica a praia onde foram construídas as usinas nucleares brasileiras, a autora chegou à conclusão que a palavra mangue não provinha da língua tupi, mas teve sua origem no continente africano, onde os portugueses devem ter aprendido seu significado ainda no século XV, durante a exploração das costa ocidental da África. Sabe-se, neste sentido, de documentos que relatavam “paus

de mangue”, que possuíam diversas serventias na época. Vannucci afirma ainda que, com o tempo, as palavras mangue e *mangrove* tornaram-se sinônimo de perigo, confusão e terras inóspitas, o que já demonstra algumas motivações que levaram esse ambiente a ser um ambiente pouco atrativo e menosprezado, embora sua importância econômica e social fosse grande no passado.

Carta de Lopo-Homem-Reineis (P.M.C.), datada de 1519.



Fonte: mapa original manuscrito, desenhado e iluminado sobre pergaminho na Biblioth que Nationale de Paris 1877, disponível no acervo virtual da Biblioteca NACIONAL.

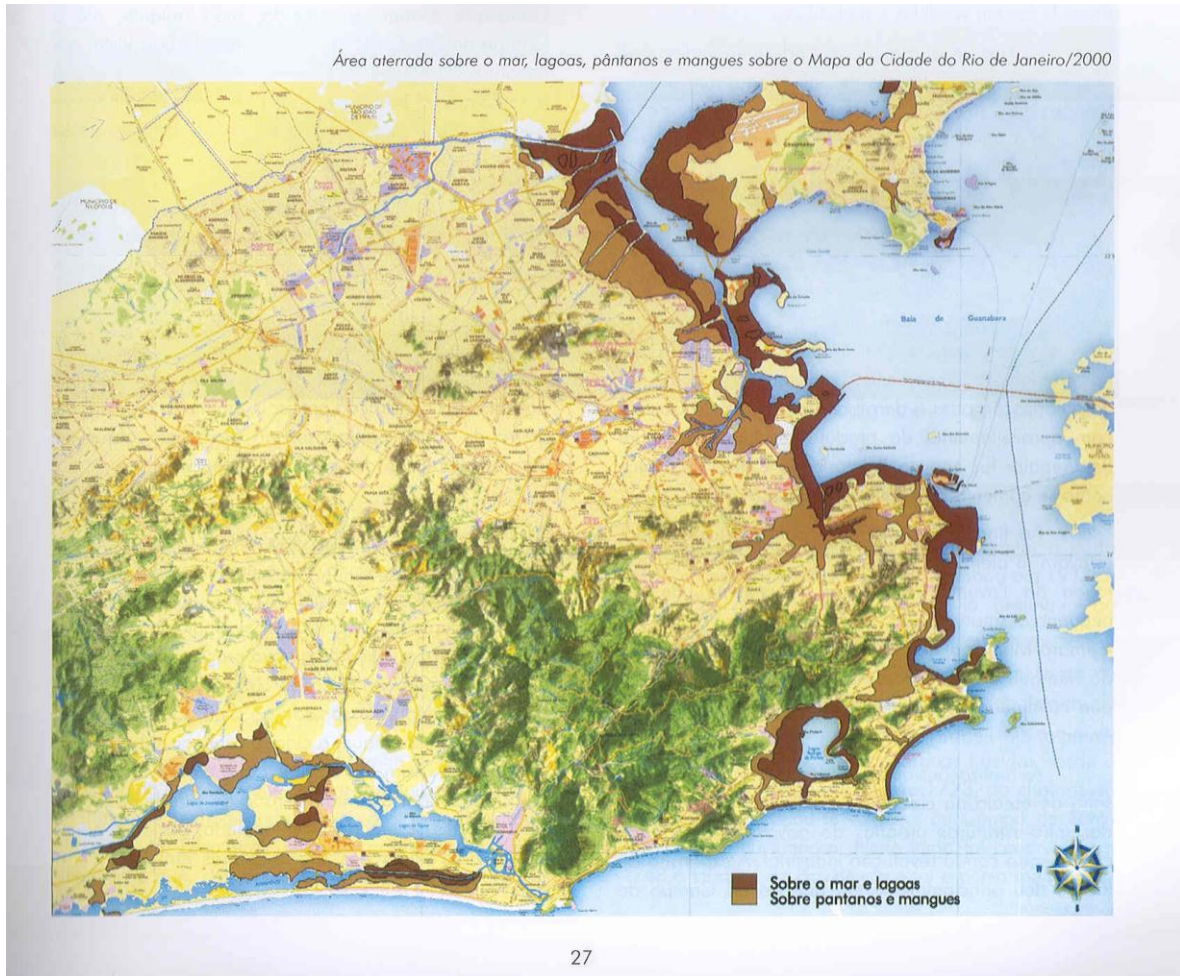
A definição de mangue utilizada pelo padre Rafael Bluteau se concentra na descrição da árvore e suas ramificações. O padre ainda cita o médico holandês naturalista Guilherme Pison, autor do livro *Historia Naturalis et Medicae*, datado de 1658, que também descrevia a árvore intitulada mangue. O Dicionário da Língua Portuguesa composto pelo padre, editado em Lisboa no ano de 1713, definia o mangue assim:

“Mangue ou Mangle. Árvore do Brasil, Índias Ocidentais e etc. É amiga da água salgada e por isso nasce nas praias, valas e lugares marítimos. Guilherme Pison diz que há três espécies desta planta: mangue branco, a quem o gentio do Brasil chama de Cereíba é da feição do salgueiro, mas pequeno e com folhas mais grossas;(…) A outra espécie de mangue é chamada Cereibuna e é uma arvorezinha com folha redonda e densa, de um verde que alegra; a flor é branca, o fruto do tamanho de uma avelã e muito amargoso. A terceira espécie é a que os índios chamam de Guaparaíba, ou Guaparumbo e os portugueses mangue verdadeiro; é muito maior que os dois primeiros e é notável o modo como se propaga (...).”

Os meios científicos do período estudado não eram precisos quanto à distinção de mangues e pântanos, que eram considerados sinônimos. No presente trabalho utilizaremos os termos palustre, mangue e pântanos como sinônimos, diferenciando-os apenas quando necessário.

CAPÍTULO 2 – O MANGUE NO CONTEXTO CARIOCA.

Mapa das áreas aterradas sobre o mar, lagoas e mangues da Cidade do Rio de Janeiro (2000).



Fonte: ANDREATTA, Verena. *Cidades quadráticas paraísos circulares*. Rio de Janeiro, Ed. Mauad 2006.

A cidade do Rio de Janeiro possui um relevo de extrema dificuldade para a ocupação, porém sua posição foi, e ainda é, de fundamental importância, o que justificou a conquista desse sítio intrincado ao longo do tempo. Um dos grandes obstáculos para a ocupação desse sítio foi a presença de inúmeras áreas alagadiças, especialmente mangues. O crescimento da cidade provocou o desaparecimento da maior deles, como pode ser constatado no mapa acima. As justificativas para as sucessivas intervenções que estes ambientes sofreram, foram as mais diversas e se basearam nas idéias predominantes de cada período histórico, pois sabemos que cada momento histórico atribuiu diferentes valorações aos manguezais cariocas.

2.1 – O PROBLEMA DO SÍTIO: a cidade como um grande mangal.

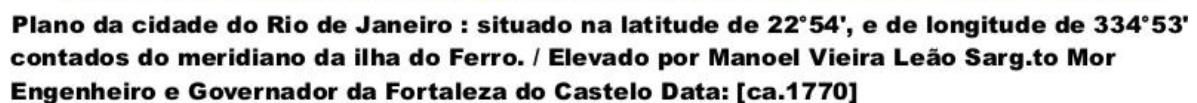
O relevo carioca, segundo COELHO NETO (1992:109), é constituído por maciços (Pedra Branca, Tijuca e Gericinó), zonas de baixadas circundantes (Jacarepaguá e Fluminense) e cordões de restingas que individualizam formações lagunares de pequena profundidade, onde se destacam as lagoas de Tijuca, Jacarepaguá, Rodrigo de Freitas e Camorim e ainda os manguezais que as cercam. No passado, os estudiosos do relevo da cidade já mencionavam o fato de a cidade estar assentada sobre uma planície no nível do mar e rodeada por montanhas, o que dificultava a circulação do ar. Mencionavam também uma infinidade de áreas alagadiças (mangues, charcos, pântanos etc) e ainda o clima quente e úmido. A conjunção desses fatores era considerada prejudicial para a saúde pública, principalmente a partir das grandes epidemias que assolaram a cidade.

BERNARDES (1959: 21) espelha o argumento da problemática do sítio carioca quando diz que a cidade cresceu em pontas, aumentando consideravelmente as distâncias do centro. Para resolver esse impasse a autora destaca “*a necessidade de freqüentes retomadas de crescimento no núcleo primitivo, onde os morros vão sendo arrasados, o mar aterrado e a montanha perfurada para se diminuïrem as distâncias*”. Pierre Deffontaines (1947:1453), também mostra a situação do sítio carioca como obstáculo à urbanização. O autor destaca os elementos naturais simultaneamente hostis à urbe, como o fato de estar apertada entre o mar, a montanha e a floresta, o clima e as diversas áreas paludosas da cidade.

No final do século XVIII e início do XIX, a cidade era ainda cercada de mangues. Mesmo assim, os trabalhos de drenagem e aterros já eram numerosos, tais como os exemplificados pela abertura da vala que dava drenagem à Lagoa de Santo Antônio (Largo da Carioca), pelo enxugamento dessa e de outras como a da Pavuna, do Boqueirão da Ajuda (transformada no Passeio Público), assim como o aterro e nivelamento dos campos da Lampadosa (proximidade da Praça Tiradentes e Rua Luís de Camões) e de Santana (atual Praça da República), sendo que estes dois últimos tinham sido já assinalados como focos de enfermidades por um relatório médico pedido pela Câmara em 1798, que será discutido mais adiante. Todos esses aterros e enxugamentos ocorreram devido à necessidade da expansão urbana da cidade, porém sem ainda estarem associados a uma valoração negativa das áreas de mangue.

Um grande obstáculo representado pelo Mangal de São Diogo (depois chamado Mangue da Cidade Nova), que só começou a ser aterrado a partir do

SACO DE SÃO DIOGO



No início do processo de colonização, os terrenos de mangue pouco interessavam devido a não se prestarem à agricultura e à pecuária, além de exigirem altos dispêndios com aterros e drenagem. Além do mais, eram poucos os avanços técnicos que permitiam a conquista desse tipo de terreno, porém, com o

avanço do povoamento esse ecossistema passou a ter relevância vital para a economia colonial.

Esta importância estava atrelada às diversas funções que dependiam, direta ou indiretamente, dos mangais, como as construções civil e naval, e ao papel importante que os manguezais exerciam como fornecedores de lenha, peixes e crustáceos à população. Por isso tornaram-se, logo, palco de diversos conflitos. Um dos primeiros que se tem notícia ocorreu no Rio de Janeiro em 1647 envolvendo a Companhia de Jesus, que era dona de uma grande sesmaria nas cercanias da Baía de Guanabara. Os jesuítas passaram a proibir o acesso da população aos manguezais, o que ocasionou um conflito com a Câmara, que resolveu a se dirigir diretamente ao Rei para a resolução do problema. Não havendo resposta (ou não se conhecendo uma), o problema continuou e eclodiu vinte anos depois. Balthazar da Silva Lisboa cita, neste sentido, a representação de 22 de agosto de 1667 que descreve tal conflito:

*(...) O Prelado Eclesiástico a requerimento do Reitor do Colégio desta cidade Barnabé Soares, passou a excomungar o Senado por sustentar **o livre uso dos mangues** [grifo meu], fonte inesgotável da natureza criada para aliviar a miséria da pobreza, pois que com exuberante fecundidade subministrava sem trabalho o marisco das ostras, as amoreiras, os caramurus, os caranguejos e siris, a lenha e a madeira para as suas choças, que até deste recurso natural os quisera privar os jesuítas, fulminando excomunhão ao povo se fizesse uso dos mesmos mangues.”*

Para a Câmara, o livre acesso aos mangues, era de fundamental importância para que a população obtivesse madeira para suas casas, além de lenha para as cozinhas de terra e mar e marisco, sustentáculo dos pobres. A resolução do caso somente ocorreu em 1678, quando o Príncipe D. Pedro, como

regente do Reino, enviava carta régia ao governador do Rio de Janeiro em que declarava que:

“(...) esses mangues eram da minha regalia, por nascerem em salgado onde se chega o mar com a enchente, e por serem muito necessários para a conservação desse povo, engenhos e navios. Pareceu-me ordenar-vos que conserveis aos moradores desta cidade na posse em que estão de cortarem os mangues. E que se os religiosos dessa Companhia tiverem que requerer o façam ordinariamente. E me dareis de assim o haverdes executado¹.”

Nos documentos do período setecentista permanece também evidente a relevância das áreas de mangue para a cidade. Em 1736, por exemplo, a Câmara tentou protegê-lo do uso indiscriminado, sobretudo, da madeira de mangue de sapateiro usado para fazer lenha, uma vez que esse tipo mangue, de grande solidez, era essencial para o encaibramento das casas. PORTO (1965), mostra bem quão eram úteis os mangues, pois:

“Mangues: forneciam lenhas para fogões e fornalhas, madeira para construções, enquanto a casca alimentava multidões de crustáceos... o melhor complemento da dieta da gente pobre, e esta diversidade de utilizações desde cedo provocou freqüentes conflitos, reclamando os donos de engenhos contra a dizimação levada a cabo pelos moradores na extração da lenha e da madeira para casas e fogões, e, reclamando, sobretudo, a população pobre contra os donos de curtumes que retiravam as cascas dos ‘mangues’, ricas em tanino, para a indústria rudimentar dos curtumes, pois, sem casca, a vegetação definhava, diminuindo assim a fauna dos crustáceos, de que mais se alimentavam. (...)”

Nos registros supracitados fica clara a preocupação de tornar livre o acesso às áreas de mangue, devido às diversas utilizações que ele possuía, mas também de evitar a sua superutilização. Daí a designação dessas áreas como terreno de

¹“A Apropriação do Território no Brasil Colonial. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Org). Explorações Geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. Pág. 236.

prerrogativa real, isto é, somente o Rei tinha o direito de dar destino a essas áreas, o que não amenizou, a princípio, os conflitos.

Nas duas primeiras décadas do século XIX ainda ocorreram muitos conflitos no Rio de Janeiro devido ao uso dos mangues, porém sem a mesma frequência dos séculos anteriores. Em uma documentação de 1817, por exemplo, vê-se que um morador da Ilha de Brocoió, situada próximo a Paquetá, fabricante de cal, solicitou a proibição expressa do corte de mangues e sereíbas nas fazendas alheias. Em queixa que enviou ao Tribunal da Casa de Suplicação, argumentou o produtor de cal Silvestre de Souza que:

(...) [fora] inquietado por Pedro Antônio de Medeiros, que pelo [...] ter posta pessoa de seus escravos, principiou a [...] [retirar] lenhas, a pretexto de mangues, por cujo motivo, [...] cedendo contra o Suplicado, foi este por Acórdão do Tribunal da Casa da Suplicação, condenado na restituição das lenhas, como mostra o documento nº 4, e por isso deixou de continuar no indicado extravio, bem como os demais moradores da Ilha de Paquetá; agora, porém, de mãos dadas com os moradores de Irajá, por uma má interpretação do Aviso Régio de Vossa Majestade, que mandou fazer público, que os mangues eram de uso livre para a pesca, extração de marisco, tão somente, passaram despoticamente armados, a irem as terras, e matas do Suplicante, e estão continuamente extraíndo lenhas, e em breve tempo as acabarão se Vossa Majestade, não socorrer ao Suplicante com uma pronta providência como costuma, pois Real Senhor, não só os mangues, que pertencem a Vossa Majestade, mas todas as terras do Brasil(...).²

A representação mostra bem que, apesar da legislação definindo que as áreas de mangues eram realengas, as contendas sobre seus usos continuavam, como no caso supracitado do suplicante caieiro, atividade, aliás, de grande

² Representação de Silvestre de Souza, proprietário de uma fábrica de cal na ilha de Brocoió, a S.M. solicitando a proibição expressa do corte de mangues e sereíbas nas fazendas alheias. Rio de Janeiro, ca. Jun. 1818.

importância na época. Na Freguesia de Irajá, também em 1817, Inácio José dos Santos e outros moradores da beira-mar da freguesia denunciaram a proibição que ali vigorava do uso comum dos mangues e pedia a Intendência Geral da Polícia que declarasse livre o mangue para pesca, trânsito e corte de suas lenhas.

No decorrer do século XIX surgirão outros decretos que tentarão regularizar os usos dos terrenos de marinhas, nos quais, os mangues estavam incluídos. A ênfase agora será na delimitação desses terrenos que acabariam sendo definidos, por decreto de 1868³, pelo alcance da maré alta. Disso resultou que até hoje, como ressalta ABREU (1997:238), os mangues estão sujeitos ao pagamento de laudêmio á União na porção que se situa a até trinta e três metros de distância da linha de costa.

No início do século XIX, ainda que as rixas sobre essas áreas continuassem, começou a surgir um enfoque distinto no tratamento dos ambientes de mangue que veio influenciar bastante o caráter das intervenções, que passaram a ocorrer ali. Em consequência o mangue deixará de ser valorado positivamente, como fora no período colonial, e assumirá um cariz predominantemente negativo.

³ O Decreto 4105, de 22 de fevereiro de 1868, define “terrenos acrescidos de marinhas” todos os que natural ou artificialmente se tiverem formado ou formarem além do ponto determinado nos parágrafos 1 e 2 para a parte do mar ou das águas dos rios (Resolução de Consulta de 31 de janeiro de 1852 e Lei N° 1114 de 27 de setembro de 1860, art. 11, parágrafo 7). Definia ainda que o limite que separa o domínio marítimo do domínio fluvial para o efeito de medirem-se e demarcarem-se 15 ou 7 braças conforme os terrenos estiverem dentro ou fora do alcance das marés, será indicado pelo ponto onde as águas deixarem de ser salgadas de um modo sensível, ou não houver depósitos marinhos, ou qualquer outro fato geológico, que prove a ação poderosa do mar. “ (Navarro de Andrade, 1890:34-35). Este decreto regularizava tudo relativo aos terrenos de marinha.

2.3 - METAMORFOSEANDO-SE EM VILÃO.

Para tornar a transformação dos mangues em ambientes malsãos inteligível, é necessário contextualizar esse período na cidade do Rio de Janeiro. Somente a partir do século XIX é que a cidade vai sofrer profundas alterações no seu espaço, pois começa a apresentar uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais. Até então, o Rio era uma cidade apertada e limitada pelos Morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição (ABREU, 1997). A chegada da família real na cidade foi um evento que provocou grandes alterações no contexto carioca, pois agora a cidade passou a possuir uma classe social praticamente inexistente e que vai impor suas necessidades a partir de seus anseios. Nesse momento a cidade vai passar por profundas alterações, tanto na sua aparência quanto no seu conteúdo (*Ibidem*).

No contexto dessas transformações, a preocupação com o embelezamento e o bom funcionamento da cidade vai suscitar uma série de discussões envolvendo os principais agentes modeladores da época. O pensamento higienista logo se tornou predominante. É possível, entretanto, perceber, mesmo que timidamente, a sua emergência ainda no século XVIII, pouco antes da chegada da Família Real.

É sabido que, no ano de 1798, o Senado da Câmara solicitou a alguns médicos da cidade que explicassem as causas das doenças endêmicas e epidêmicas que afetavam o Rio de Janeiro⁴. A comissão de médicos era formada

⁴ O jornal político, mercantil e literário O Patriota em 1813 publicou o questionário enviado aos médicos e suas respectivas respostas.

pelos doutores Antônio Joaquim de Medeiros, Bernardino Antônio Gomes e Manoel Joaquim Marreiros. Uma das primeiras constatações da comissão foi quanto às condições do sítio, que, segundo os doutores, favorecia o aparecimento de inúmeras doenças. Como exemplo, indicavam a existência de uma “planície”, que não permitia o escoamento das águas pluviais, o que levava à criação de áreas alagadiças, assim como a variabilidade da temperatura e umidade do ar. Outras preocupações diziam respeito aos hábitos da população, que despejava dejetos nas ruas e praias e insistia em realizar enterros dentro das igrejas, entre outros hábitos considerados deletérios.

O despejo de dejetos fecais nas praias e ruas da cidade, as águas estagnadas e os lugares alagadiços foram considerados como os principais difusores das doenças e da insalubridade da cidade. Antônio Joaquim de Medeiros aconselhou, inclusive, uma vigilância intensa por parte dos almotacés⁵ frente às questões da insalubridade e das áreas de charco da cidade. Segundo esse médico:

*“É da primeira necessidade que se dessem as últimas providências para secar, não somente as águas da chuva, que se achavam represadas dentro da cidade, e sem expedição para o mar, como as águas estagnadas pelas grandes marés nos arrabaldes da cidade.”*⁶

A drenagem dos brejos edos pântanos era vista como fundamental, pois:

“Não somente resultaria ao povo a destruição de causa constante e poderosa das enfermidades do País, como diz o

⁵ Inspetor encarregado da exata aplicação dos pesos e medidas e da taxaço, distribuição dos gêneros alimentícios e também da aplicação da lei para que se mantenha uma certa “ordem” na cidade.

⁶ *O Patriota*, nº 3, março, 1813, pp.3-15. “Resposta, que ao programa da Câmara anunciado no nº 1, página 58, deu o Doutor Antônio Joaquim de Medeiros”.

*grande Cullen a respeito dos **lugares pantanosos** [grifo meu], fermento de febres podres e intermitentes; senão que aproveitaria mais esse terreno inculto e sem valia, quer para as casas, quer para a lavoura: o povo vai crescendo consideravelmente, e, entretanto, não tem a cidade para onde se estender que não seja pantanoso. Um particular não pode com as despesas de uma propriedade de casas levantadas nestes sítios pelo grande aterro, que precisa fazer, o que não aconteceria, se o Público, cujas forças são demasiadamente superiores às dos particulares, tivesse de antemão feito enxugar, e aterrar todos esses lugares”.*⁷

Em suas investigações empíricas, os médicos apontavam também como causas para a insalubridade da cidade, a produção de miasmas nos pântanos; a não circulação de ventos puros em função da barreira física estabelecida pelas montanhas; a impermeabilidade do solo e o conseqüente acúmulo de águas pluviais; o sepultamento dentro das igrejas; o despejo de lixo e dejetos nas vias públicas e, ainda, a disposição das ruas no tecido urbano, em sua grande maioria estreitas e contrárias ao sentido dos ventos dominantes.

A influência do meio sobre a saúde da população começava a ser tão preocupante que, logo após a chegada da Família Real, o médico Manuel Vieira da Silva, então físico-mor do Reino, recebeu ordens do Príncipe Regente para que indicasse as causas das epidemias que afligiam a cidade. A existência dos mangues foi uma das causas citadas, porém sem a veemência que esse determinante terá mais tarde.

A partir de 1830, o quadro começou realmente a mudar devido às constantes epidemias que afligiam a cidade e o que se percebe é a ascensão do pensamento médico na desvalorização dos ambientes palustres e sua transformação em vilão. Podemos perceber o aumento do número de epidemias

⁷ *Ibidem.*

no discurso a seguir, feito pelo senador Limpo de Abreu, o Barão de Abaeté, em 1850:

“ Tomei muito à pressa alguns apontamentos tirados desses relatórios, e peço licença ao Senado para lê-los: Em 1833 grassaram no município do Rio de Janeiro, principalmente, Irajá, Pilares e lugares circunvizinhos, febres intermitentes que fizeram muitos estragos na população. Estas mesmas febres continuaram no ano de 1834 e 1835, e em todas essas épocas o governo viu-se na necessidade de decretar socorros, e fazer despesas com extraordinários sacrifícios. No ano de 1836 grassou no município da Corte a epidemia das bexigas. Em 1843 grassaram febres de caráter gravemente maligno nesta cidade. Em 1844 febres mortíferas invadiram a população desta cidade, e além disso, houve a epidemia das bexigas. Em 1846 houve uma epidemia mortífera na freguesia de Campo Grande, município da Corte, e o contágio das bexigas também na corte. A última epidemia que houve, e que de certo causou o maior susto na Corte e município do Rio de Janeiro: e que afetou maior número de pessoas, foi a epidemia de 1850.”⁸

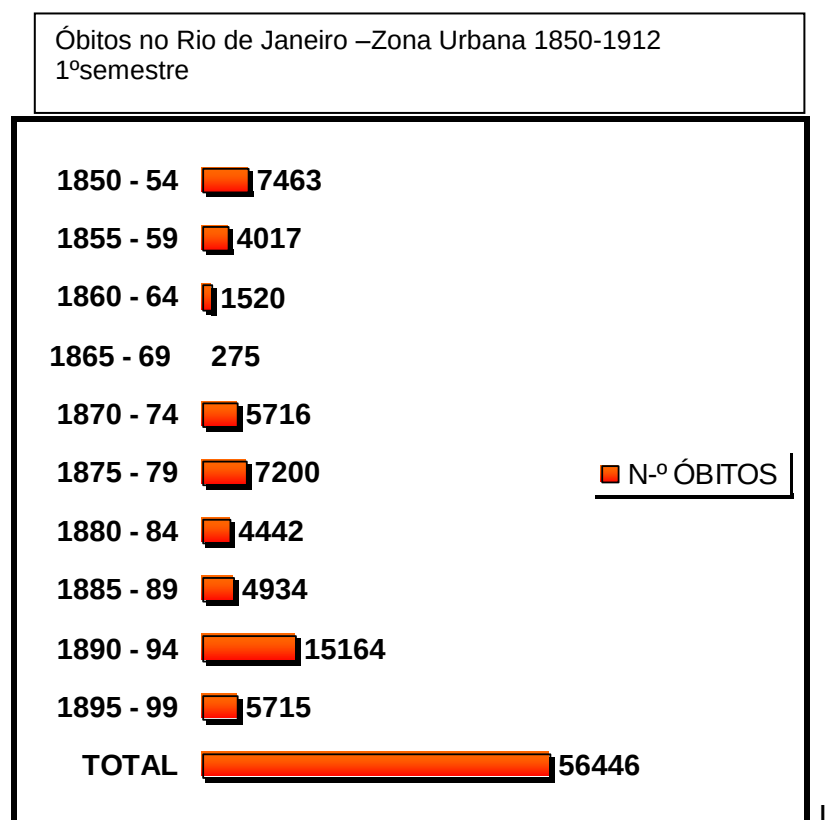
Para legitimar e propagar o saber médico era necessário, entretanto, criar instituições, daí o surgimento da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1829 e da Faculdade de Medicina, em 1832, a que se seguiram o lançamento dos periódicos Revista Médica e Anais Brasilienses de Medicina. Interessante notar que o surgimento destas instituições está associado, entre outros fatores, com o aparecimento mais freqüente das epidemias na década de 1830. A criação da Junta de Higiene Pública, em 1850, quando grassava a maior epidemia de febre amarela que a cidade conhecera, até então, veio dramatizar ainda mais a situação.

Em meados do século XIX, com a grande epidemia de febre amarela, intensificou-se a ação do Estado para combatê-las, e com isso, o papel dos

⁸ Anais do Senado. Sessão de 25/6/1850, discurso de Limpo de Abreu. Vol.4, p.365.

médicos passou a ser de fundamental importância na transformação urbana e, conseqüentemente, na valorização negativa das áreas de mangue, pois esses profissionais possuíam grande poder de influência na ordenação do espaço carioca.

Através do gráfico abaixo pode-se perceber o aumento significativo das epidemias, assim como crescimento do número de vítimas na segunda metade do século XIX. Os surtos epidêmicos, por sua vez, iriam contribuir cabalmente para a transformação definitiva dos mangues em “vilões”, assim como outros ambientes e usos urbanos, que deviam ser combatidos pelas autoridades da época.



Fonte: BENCHIMOL, Jaime Larry. Dos micróbios aos mosquitos: Febre amarela revolução pasteuriana no Brasil. – Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/UFRJ, 1999.

Conforme aumentavam o número de epidemias, o de pessoas infectadas e também os óbitos, mais explicações científicas surgiam embasadas no ideário higienista, o que fez com que os médicos se tornassem importantes autoridades da época. Segundo CHAVES (2003:14), a partir de meados do século XIX os médicos começaram a tomar as rédeas da fiscalização e regulamentação do espaço urbano no Rio de Janeiro, orientando uma verdadeira “purificação” urbana. Assim os usos que causavam externalidades negativas passaram a ter seus lugares determinados por lei, e os pântanos e mangues foram considerados lugares emanadores de ares doentios, causadores de doenças, razão pela qual deveriam ser combatidos pelo Estado. As teorias higienistas serviram como eixos justificadores para o arrasamento desses ambientes considerados insalubres.

Ao final do terceiro quartel do século XIX, a ascensão do “espírito pasteuriano” reforça ainda mais a idéia de que os ambientes palustres deveriam ser considerados insalubres, porém, agora, não devido aos nauseabundos miasmas, mas sim aos repugnantes micróbios que se reproduziam ali. Deve-se ressaltar, todavia, que a teoria dos miasmas ainda possuía muitos adeptos, pois a descoberta de Louis Pasteur, só seria plenamente aceita pela maioria dos estudiosos décadas depois.

Os projetos de saneamento para a cidade do Rio de Janeiro estão repletos de idéias higienistas de combate aos ambientes insalubres. No ano de 1878, por exemplo, o Governo Imperial determinou que a Junta Central de Higiene Pública preparasse um plano de melhoramento para a cidade no intuito de diminuir os impactos das epidemias, principalmente de febre amarela. O plano foi entregue

naquele mesmo ano e dele constava, como principais medidas a serem adotadas, o aterro de pântanos e mangues, que provocavam doenças por toda a cidade.

Nas décadas de 1880 e 1890, os higienistas, agora contaminados também pelas idéias microbianas, passaram a defender concepções divergentes sobre o modo de difusão da febre amarela e, conseqüentemente, sobre as medidas de profilaxia. Todavia, todas as propostas tinham em comum a recomendação de que cabia ao Estado limpar o espaço urbano. Jaime Larry Benchimol demonstrou bem como se fazia a associação entre as áreas paludosas e as epidemias sob a luz das teorias microbianas. Segundo esse autor:

“(...) Muito se escreveu e falou a respeito da nocividade do lençol d’água subterrâneo do Rio de Janeiro, com a intenção de convencer o público e as autoridades que o enxugo do solo através da drenagem profunda desta água acarretaria a extinção da febre amarela. (...) A equação correta de nossa insalubridade era formada pelos termos: ‘pântano abafado’ + matéria orgânica em putrefação + oscilações do lençol d’água subterrâneo = epidemias(...)”⁹

Rosa Helena de Santana Girão de Moraes (2007) escreveu um belo artigo sobre a geografia médica e as expedições francesas no Brasil. Nesse trabalho, a autora recuperou um documento do médico francês Bourel-Roncière, que participou de uma expedição ao Brasil no período de 1868 a 1870. Dessa viagem, o médico produziu alguns relatos sobre o sítio da cidade e sobre a incidência de epidemias no Rio de Janeiro. Destacou, então, que os pântanos situados em São

⁹ Como a cidade estava situada um pouco acima do nível do mar, o lençol d’água mantinha-se quase que estagnado a pouca profundidade, mas com as chuvas de verão o mesmo tenderia a subir, umedecendo as matérias pútridas do solo, criando-se um ambiente ideal para a proliferação dos germes que se multiplicariam com uma forte virulência, causando, por fim, diversas epidemias. Ver BENCHIMOL, Jaime Larry, *Dos Micróbios aos Mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: ed. Fiocruz./ed. U.F.R.J.. 1999. p283.

Cristóvão e Botafogo causavam doenças, principalmente nas embarcações que atracavam próximas a essas áreas. Ademais, afirmou, com veemência, que a presença de pântanos e morros eram as causas principais do alto grau de insalubridade da cidade, o que mostra a força das teorias higienistas vindas da Europa e como ecoaram com força na Capital do Império.

O médico francês reconheceu e congratulou as autoridades brasileiras pelo esforço que faziam para diminuir os focos pestilenciais, porém deixou claro que havia muito por fazer, principalmente no que dizia respeito à continuidade dos aterros das áreas paludosas da cidade; só assim seria possível combater as febres intermitentes e outras doenças. Os mangues situados fora da cidade foram também discutidos, destacando-se aí a grande carga de valoração negativa desses ambientes, considerados malsãos. Em suas palavras:

“(...) a condição palustre dominará para sempre no quadro nosológico da cidade, mesmo com as constantes mudanças na topografia do Rio que aconteciam nos últimos quinze anos ... os melhoramentos que aí podem ser vistos ainda assim não são suficientes para mudar as características de planície baixa, plana, de aluvião e é de se esperar que sua atmosfera jamais seja purificada da influência dos terrenos pantanosos de Macacu, Magé, Iguaçu e de outros lugares da costa que serão sempre antros de exalações malsãs que os ventos carregam para dentro da cidade(...)” (Bourel-Roncière, 1872b, p.343, in MORAIS 2007)

Em 1843, um pouco antes da grande epidemia de febre amarela de meados do século, foi feito na Corte um relatório intitulado *Remodelação do Rio de Janeiro*. Nele eram apresentadas diversas idéias e projetos que ajudariam a melhorar a saúde pública da capital. O relatório foi elaborado pelo engenheiro Henrique de Beaurepaire Rohan. Nele já podemos perceber a mudança na valoração dos manguezais. O relatório Beaurepaire foi de suma importância, pois apresentava possibilidades de intervenções que acabaram ocorrendo no período

oitocentista ou, ainda, que serviram de inspiração para algumas das mais importantes reformas urbanas que ocorreram posteriormente, no início do século XX. Para a presente análise só destacaremos do relatório as questões referentes às áreas palustres.

Uma das grandes preocupações de Beaurepaire Rohan era no sentido de afastar do centro da cidade os usos que causavam externalidades negativas, assim, o engenheiro menciona a necessidade da transferência do matadouro da praia de Santa Luzia, para São Cristóvão, como também o afastamento dos cemitérios para fora das áreas urbanas. Recomenda igualmente a canalização do Mangue da Cidade Nova, como forma de reduzir os miasmas pestilentos que invadiam a cidade diariamente. Muitas das sugestões contidas no relatório somente foram materializadas em décadas posteriores, seja por falta de tecnologias adequadas para a sua implementação naquele momento, seja devido à falta de recursos. A canalização do Mangue da Cidade Nova, por exemplo, somente ocorreria em 1858, obra realizada pelo Barão de Mauá.

No final do relatório, o engenheiro Beaurepaire menciona algumas características naturais da cidade, ressaltando que seu grande problema é o vale pantanoso em que estava edificada. Faz analogias com outras nações consideradas mais avançadas, dizendo que a industrialização trazia muitas benesses a esses países, enquanto que no Brasil, devido a sua incipiência industrial, a conquista da natureza era tarefa demasiadamente árdua. Para ele, a industrialização traria muitos benefícios urbanos, dentre eles, a destruição das áreas pantanosas. Nas palavras do engenheiro: “*se nos propusermos a destruir os*

defeitos naturais, que aqui existem, não seremos, por certo, tão freqüentemente vexados, por essas epidemias que tantos sacrifícios custam”.

Imagem de Henrique Beaurepaire Rohan



O Código de Posturas do Distrito Federal de 1894 é outra fonte que nos permite averiguar a valorização que se fazia das áreas palustres no século XIX. O documento destaca, por exemplo, a grande utilidade que adviria do combate aos pântanos, águas infectas e tapamentos de terrenos abertos, razão pela qual determinava que quem possuísse algum terreno pantanoso seria obrigado a aterrá-lo, e se não o fizesse o dono, este, seria obrigado ao pagamento de multa fixada por lei.

Um ponto interessante destacado pelo Código de Posturas diz respeito ao corte de mangue. Ao final do século XIX, já começavam a aparecer algumas vozes dissonantes sobre as matas de mangue, pois alguns estudiosos passaram a defender que elas serviam para a proteção do lodo contra a ação direta dos raios solares e também serviriam para o não espargimento do mesmo, evitando, assim,

a emissão de ares mefíticos ou a disseminação de micróbios pestilentos. Por essa razão, começa a surgir posturas que regulamentavam, e, em alguns casos proibiam, o corte da chamada mata marítima (mangue), pois ela começava a ser considerada positiva frente à ação do lodo.¹⁰

Embora pareça um tanto contraditório, o mais relevante a notar é a emergência de um pensamento positivo de mangue ou somente de sua vegetação, excluindo a parte do lodo, em um período marcado por idéias negativas sobre os ambientes palustres da cidade. Voltaremos a falar disso mais adiante.

2.4- O QUE DIZIAM OS MÉDICOS

Para se ter uma idéia da influência das epidemias sobre os ambientes palustres podemos iniciar a discussão com o médico José Francisco Xavier Sigaud. Em seu trabalho intitulado *Du climat et des maladies du Brésil* ele apresentou uma estatística das cento e quarenta e seis teses médicas defendidas, no Rio de Janeiro, de 1834 a 1842. Conforme demonstrou, poucas delas falavam sobre febres intermitentes ou associavam doenças com pântanos. Porém, a partir de 1850 o quadro começou a se alterar bastante, fruto da propagação das idéias higienistas.

As teses e relatórios médicos que analisaremos a seguir mostram bem essa influência das teorias higienistas ao longo do século XIX. No início do período, elas pouco mencionavam o combate às áreas de mangue, mas, com o passar dos

¹⁰ Algumas exceções eram feitas, como por exemplo, no caso do possuidor de áreas de mangue reflorestasse a área de onde tirava as madeiras.

anos e devido à incidência cada vez maior de doenças, principalmente da febre amarela, começam a aparecer teses com o discurso direcionado à crítica dos ambientes palustres. O ano de 1850 foi, nesse sentido, um marco divisório nas relações entre o meio ambiente circundante e suas associações com as doenças, pois foi nesse ano que o Rio de Janeiro sofreu uma das piores epidemias de febre amarela de sua história.

O relatório dos trabalhos da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro elaborado pelo doutor Luiz Vicente de Simoni em 1830, já mostrava uma grande preocupação com os ambientes de mangues da cidade. Ao discursar sobre a geografia da cidade e sua influência nas perniciosidades, o médico afirmava que a cidade era cortada por terras argilosas e, por isso, mais sujeita às febres intermitentes. Defendia, então, que a remoção desse tipo de ambiente era de fundamental importância para que se assinalasse entre os cariocas os primeiros passos para a civilização e o estabelecimento de sistemas políticos e filosóficos. Deve-se ressaltar que, na década de 1830, o Rio de Janeiro já estava sendo assolado por algumas epidemias.

O médico-naturalista alemão Robert Christian Berthold Avé-Lallemant fez observações acerca da epidemia de febre amarela do ano de 1850 e demonstrou toda a sua apreensão sobre determinados ambientes e usos intra-urbanos. De interesse é a analogia que apresentou sobre o Golfo do México e a baía do Rio de Janeiro, onde a mistura mortífera da água doce com água salgada (mangue), gerava temíveis prejuízos, pois criava um ambiente rico em germes que causavam febres perniciosas. O caráter vilanaz desse tipo de ambiente ficou ainda mais evidente nas teses médicas pós-1850, como demonstrado a seguir.

O médico Francisco de Paula Pereira Lagoa publicou sua tese médica em 1853 e esta logo se transformou em importante referência da época. Começa seu trabalho com a descrição da cidade e o problema da sua geografia, isto é, a associação da latitude (vista pela temperatura e umidade) com o fato de estar a cidade assentada sobre uma planície no nível do mar. No trabalho, Lagoa descreve a Baía de Guanabara e vários de seus rios *“cujas margens mais ou menos inundadas formam uma vasta planície pantanosa inabitável”*. Descreve, a seguir, os dissecamentos que ocorreram anteriormente na cidade do Rio de Janeiro e as áreas alagadas que restaram, que são vistas como nocivas ao homem e à saúde pública com um todo. Prosseguindo, dá destaque ao mangue da Cidade Nova e outros que então existiam, “como o pântano que ocupa um dos lados da rua Pau-Ferro, outro que existia numa ilha denominada do Curtume ou Ilha das Moças e aquele da Lagoa Rodrigo de Freitas”. Todos eles eram considerados ambientes malsãos, pois desde *“a mais remota antiguidade foi reconhecida a perniciosa influência dos pântanos, sua vizinhança tem sido sempre considerada funesta(...)”*. Descreve, a seguir, o combate aos pântanos já realizados em diversas partes do mundo e faz associações com o Rio de Janeiro. Cita, neste sentido, o clássico trabalho do Dr. Sigaud (*Du Climat et des maladies du Brasil*), associa a derrota de Villegaignon (1560) à perda de homens para as febres paludosas, e acaba também por associar as mortes em São Cristóvão e Cidade Nova à presença de pântanos. Por último o autor escreve sobre a grande epidemia de 1850:

“Para jamais ser esquecida! As opiniões dos práticos que observam as moléstias em países estrangeiros, os fatos por eles observados, nos levarão a acreditar que a febre amarela é filha dos pântanos”.

Outra tese médica que se tornou referência no período pós-1850 foi a do Dr. Gustavo Xavier da Silva Capanema, defendida no ano de 1870. A tese discursa sobre a influência dos pântanos, que são considerados como causa de diversas moléstias da época. Primeiramente, o autor apresenta diversas definições de pântano. Assim, o *Traité d'hygiene publique et privée*, de 1869, dizia que *“pântano é uma porção d'água estagnada cobrindo uma terra lodosa, carregada de matéria vegetal”*. Já o *Dictionnaire d'hygiene publique* de 1862 definia pântano como *“toda uma porção de solo alternadamente coberta e abandonada pelas águas e dando lugar, debaixo da influência do dessecamento e do calor à desenvolvimento dos miasmas que geram febres”*. Conclui então o autor:

“(...) que por consequência, segundo os progressos da ciência moderna, pântano é porção de solo pouco ou nada permeável que tem por elementos característicos a matéria orgânica e a umidade aptas a elaborar pela ação do calórico eflúvios morbigênicos.”

Faz também referência ao Barão de Torres (médico João Vicente Torres Homem) de quem empresta uma citação importante:

“ É preciso vos convencerdes que a intoxicação aguda dos pântanos pode aparecer não só nos lugares onde há grandes pântanos, senão também naqueles em que há apenas pântanos artificiais (...) pântanos estes que podem se formar em qualquer localidade, dando lugar aos miasmas capazes de produzir os mesmos efeitos que os miasmas dos pântanos naturais”.

Trabalha, finalmente, com a noção de pântanos-tipo defendida por MONFALCON em *Historie medicale des marais*, de 1826. Segundo MONFALCON:

“pântano é a porção d’água que encerra grande quantidade de matéria orgânica, onde sobressaem certas plantas apropriadas, e que, além de ser coberta por uma película furta-cor (cor cambiante, de tonalidade alterada conforme a luz que se projeta sobre ela) é formada por uma vasa composta de detritos orgânicos semi-putrefeitos”. (Apud CAPANEMA, 1870).

O Doutor Capanema, por fim, diz que os pântanos podem ser de três tipos: doce, salgado e misto, este último se encaixando com o padrão de mangues que conhecemos atualmente.

Essas definições são de fundamental importância em uma época em que era grande a preocupação em obter explicações científicas com o intuito que dessem respaldo a medidas profiláticas contra os ambientes considerados emanadores de doenças, como era o caso dos manguezais.

Adolpho Arthur Ribeiro da Fonseca defendeu sua tese médica em 1876. Ela descrevia exclusivamente problemas relacionados às emanações palustres, para cujo entendimento o autor trabalhou com as definições do Dr. Capanema para as áreas paludosas e acrescentou outras. A partir da definição dos geógrafos¹¹, que diziam que pântano era *“uma porção d’água cercada de terra, muito pouco profunda, com plantas sobressaindo à superfície ou sem elas”*, o autor afirma que os pântanos que misturam a água doce e a água salgada (na realidade, os

¹¹ Ver na Biblioteca Nacional o livro Pedro José de Abreu intitulado Elementos de geografia moderna, para uso dos alunos do Imperial Colégio Pero II, 1863.

mangues) eram os de mais alto grau de malignidade. Em capítulo que escreveu sobre a geografia dos pântanos, ressaltou que:

“todo aquele que se dedica ao estudo da geografia médica fica imediatamente consternado por ver que nenhuma das divisões do globo terrestre se isenta do triste tributo dos pântanos, desses inimigos do homem, desses verdadeiros flagelos da raça humana, que fizeram e ainda fazem, por seus nocivos eflúvios, mais vítimas do que os mais sangrentos combates”.

Para o médico, o Marquês de Lavradio fora um verdadeiro herói, pois havia aterrado o pântano da Lampadosa e o charco existente naquele sítio, construindo o Passeio Público¹². A seguir, o autor afirma que apesar dos aterros, a cidade não conseguira se livrar desses “cancros geológicos” que eram os mangues. Por isso, era recomendável que fossem desapropriados os terrenos que se situavam dentro do perímetro formado pelas ruas D. Feliciano, Conde d’Eu, Estácio de Sá, Machado Coelho e Visconde de Itaúna, que constituíam, na realidade, o Manguê da Cidade Nova.

Conclui-se que as teses médicas da época pós-1850 mostram os ambientes palustres como áreas de valoração extremamente negativa. A partir desse momento, meados do século XIX, as autoridades competentes irão adotar essa valoração para combater estes ambientes, o que veio muito a calhar para o crescimento urbano do Rio de Janeiro.

¹² Vale aqui ressaltar que Adolpho Arthur Ribeiro da Fonseca cometeu um erro, pois a obra foi feita pelo Vice Rei Luís de Vasconcelos.

2.5 – UMA VOZ DISSONANTE: Pedro Soares Caldeira

Apesar do discurso contra as áreas paludosas ter sido predominante no período das grandes epidemias (pós-1850), surgiram também, àquela ocasião, vozes dissonantes, como bem mostra José Augusto Pádua (2003) em *Um Sopro de Destruição*. É o caso, por exemplo, do livro de Pedro Soares Caldeira, publicado em 1884. Caldeira evocava um discurso conservacionista de caráter ambiental, exaltando, entre outras recomendações, a conservação da mata de mangue. Para este autor:

“As causas que tornaram endêmica a febre amarela neste país (...) se prendem à destruição das matas marítimas (mangues) e consequentemente o desaparecimento dos elementos da útil indústria da pesca”¹³.

Durante a fase de coleta de dados, encontramos na Biblioteca Nacional o livro de Pedro Soares Caldeira sobre o corte do mangue, além de uma série de artigos publicados no Jornal do Comércio que abrangiam temas como degeneração sanitária, o corte da mata marítima (mangue) e, ainda, sobre higiene e alimentação, todos atrelados à vegetação de mangue.

Pedro Soares Caldeira era jornalista em 1884, quando publicou seu livro intitulado *O corte do mangue*. É interessante ressaltar o caráter autônomo e audacioso desse trabalho, pois, como chama atenção José Augusto Pádua, em seu belo livro sobre pensamento político e crise ambiental no Brasil escravista, o jornalista não era membro das associações imperiais, deixando claro o fato de não possuir “títulos científicos” que o recomendassem. Mesmo assim, Caldeira decidiu

¹³ CALDEIRA, Pedro Soares. *O Corte do Mangue*. Breves considerações sobre o estado da baía do Rio de Janeiro, consequências da destruição da árvore denominada mangue, método bárbaro da pesca e decadência desta indústria. Rio de Janeiro: Typographia Imp. e Const. de J. Villeneuve & C, 1884, 46 p.

dedicar boa parte de seu tempo livre para estudar as causas ambientais que “tornavam endêmica a febre amarela neste país”.

Na concepção desse autor, a árvore denominada mangue tinha espécimes em que predominava o tanino, o mesmo elemento químico que, em diversas concepções científicas da época, era considerado um antídoto contra a matéria em putrefação. A visão de Pedro Soares Caldeira sobre a destruição da natureza fica evidente quando diz que *“O homem perturbou as condições criadas pela natureza para o equilíbrio de suas forças e não poderia perturbá-las impunemente”*. No mesmo trabalho, são notórios os conselhos e protestos contra a destruição das matas terrestres, mostrando que *“esse mal é deplorado por todos os que se ocupam da questão de salubridade desta capital, tão disposta a perturbações de constituição médica”*.

O autor descreve o crescimento da cidade do Rio de Janeiro e de cidades lindeiras à Baía de Guanabara e associa eles a destruição das matas de mangue, como pode ser notado no trecho a seguir:

“Pela época em que a cidade do Rio de Janeiro e a de Niterói começaram a desenvolver-se, a cal era fabricada exclusivamente de cascas de mariscos, acumuladas pelos séculos em diversos pontos da baía, oferecendo o Mangue o único combustível para a queima daquelas cascas. Consumidas aquelas imensas jazidas e devastada a mata marítima, passou a cal a ser fabricada de fragmentos de casca, denominados sanga, agora queimados, na falta de lenha, por moinha de carvão de pedra. Tudo fragmentos! Restos de exaurida riqueza! Avalie-se o grande número de edificações que nos últimos cinquenta anos se ergueram nas duas cidades da baía do Rio de Janeiro e em todo seu litoral e cercanias! A toda a cal, telha e tijolo empregado neste extraordinário número de construções serviu de combustível a lenha extraída do Mangue! Não é possível conjecturar as proporções da devastação!”

É impressionante o caráter conservacionista do discurso de Pedro Soares Caldeira em um período em que a cidade era assolada por diversas epidemias e os mangues eram considerados causadores de doenças infecciosas, com ênfase para a febre amarela. Caldeira continuou a reafirmar o “poder” das matas de mangue nos artigos que publicava no Jornal do Comércio. O autor não acreditava que as epidemias estivessem associadas aos cemitérios ou ainda à “questão dos esgotos¹⁴” como defendiam muitos estudiosos da época, mas sim ao corte das matas marítimas. De acordo com seus estudos, o aparecimento das epidemias de febre amarela no Rio de Janeiro e em outros lugares do Brasil e do mundo era função da devastação dessas árvores, pois os mangues possuíam a propriedade de evitar o espriamento do lodo dos manguezais. Veja-se o trecho abaixo:

“Esta árvore, denominada Mangue, é um vegetal conquistador e a muitos títulos maravilhoso! Solidifica a vasa onde vegeta, fá-la altear, porque tudo o que adere à mesma árvore é detido pelos rebentões que se acham no nível das suas raízes e por uma vegetação basta, consistente, que com o aspecto de espargo se desenvolve nelas. Nas folhas, cascas e sementes desprendidas do Mangue recebia a vasa porção imensa de tanino, antídoto poderoso da putrefação. Solidificando a superfície da vaza pela adstringência que o caracteriza, a preciosa árvore impedia o espargimento do lodo ao mesmo tempo que dificultava a procriação de alguns mariscos imotos e facilitava conseqüentemente a de outros.”

Interessante notar que, para o autor, o lodo dos manguezais é que era o grande vilão e a mata de mangue (tanto o mangue vermelho, quanto o branco) serviriam como profilaxia para a putrefação da matéria orgânica proveniente dos manguezais. Note-se, ademais, que o autor já embutia em sua

¹⁴ Sobre a “questão dos esgotos” ver GOMES, Isabelle Macedo. *A chegada de novas infra-estruturas no Rio de Janeiro: o caso do sistema de esgotos sanitários*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2001.

explicação a noção de ecossistema, isto é, de inter-relação entre os seres vivos que vivem nesse tipo de ambiente, pois menciona sistematicamente, em seus artigos, a importância da conservação das matas de mangue, pois estas eram fundamentais para a reprodução de crustáceos que, por sua vez, consumiam mariscos, não os deixando, portanto, entrar em decomposição. Associa, ainda, o desaparecimento das matas de mangue com o amontoamento de mariscos mortos que tornavam a atmosfera pestilenta, uma vez que diminuía a população de animais consumidores dos mesmos.

Caldeira tinha uma visão inovadora para a sua época e também deu crédito a outros adeptos desta concepção conservacionista das matas de mangue para a melhoria da saúde pública, como era o caso do Barão de Ibituruna, inspetor de higiene da época, que também associava o corte das matas de mangue com o aumento das epidemias no Rio de Janeiro. Apesar de não ser uma idéia predominante no pós-1850, essas idéias lograram vingar um pouco, pois, como já visto, algumas posturas foram modificadas no intuito de preservar esse tipo de vegetação. Encontramos também, no Jornal do Comércio do último quarto do século XIX, alguns relatos sobre a conservação das matas de mangue. O próprio Pedro Soares Caldeira exalta a disposição de alguns para a preservação da vegetação dos mangais, tanto no Rio de Janeiro como em outras províncias brasileiras.

“(...) diversos proprietários de terras no litoral, proibindo o corte dos mangues nascentes e dos poucos que ainda lhes restavam. Também os proprietários de algumas ilhas tomaram idêntica resolução. Veio em apoio da doutrina a postura da Câmara Municipal da corte, de que fazem parte ilustres profissionais, assim como a de Niterói e Estrela, todas proscrevendo a bárbara destruição. Iguais medidas adotaram as municipalidades do

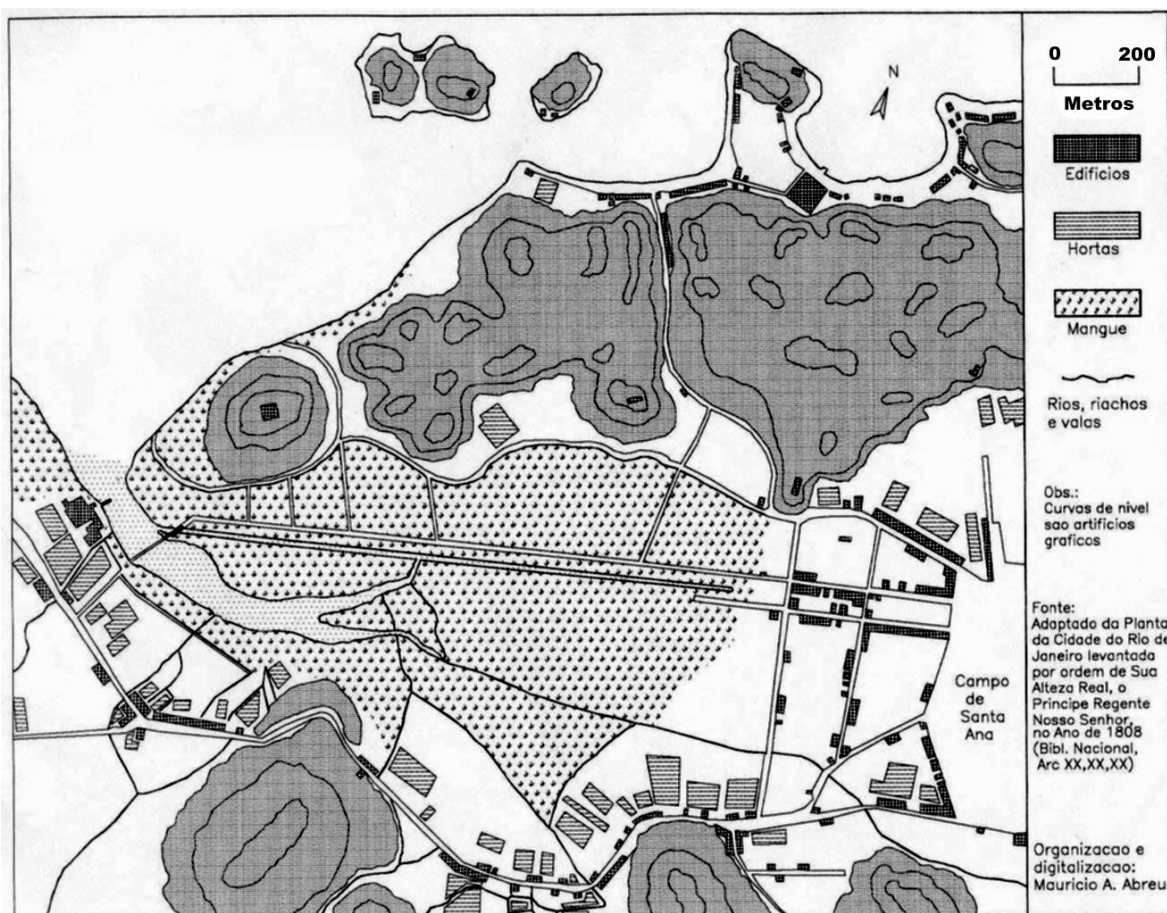
Desterro e S. José, na província de Santa Catarina, e a da Vitória, na do Espírito Santo, ficando por elas proibida a devastação da mata marítima desse providente Manguê, que é ao mesmo tempo laboratório de ar respirável e resguardo do solo conquistado e dos elementos de alimentação. E de todas a melhor prova foi dada pelo ilustrado inspetor de higiene pública de Santa Catarina, aconselhando às municipalidades que por meio de posturas impedissem a devastação dos mangues.”

No final do século XIX diversas áreas de mangue no Rio de Janeiro já haviam desaparecido devido ao crescimento urbano da cidade, muitos deles com a ajuda das idéias higienistas que predominaram neste período, principalmente pós-1850. Estes saberes científicos que ecoaram no Rio de Janeiro não só modificaram a paisagem urbana da cidade, como também estimularam o nascimento de novas sensibilidades, alterando a forma de pensamento das pessoas, o que, por fim, veio a modificar a relação entre os habitantes e o espaço em que viviam. Uma das materialidades desse fenômeno foi a mudança, a partir da ciência e de seu discurso, da concepção diante dos mangues da cidade.

As epidemias e as práticas higienistas não só normatizaram o espaço carioca, como também causaram uma ruptura na relação entre a sociedade e o meio ambiente circundante, mudando a postura em relação a várias áreas, em particular as áreas paludosas.

Tentaremos no próximo capítulo empiricizar tudo o que foi dito até agora analisando o desaparecimento do mangue da Cidade Nova. Parafraseando Abreu (2000), tentando construir uma geografia do passado.

CAPÍTULO 3 - O MANGUE DA CIDADE NOVA



Mangue da Cidade Nova e arredores.

Desde o século XVIII, e mesmo antes, o mangal de São Diogo, posteriormente chamado de Mangue da Cidade Nova¹, foi palco de eventos marcantes na cidade. Um desses episódios, por exemplo, foi a invasão francesa feita por Duguay-Trouin em 1711². O corsário francês desembarcou no Saco do Alferes, ocupando posteriormente a linha dos Montes de São Diogo e Gamboa, áreas constituídas pelo grande mangal de São Diogo.

Não pretendemos, aqui, explicar em detalhe o Mangue da Cidade Nova como área, apenas, de suporte de diversos acontecimentos no decorrer do tempo. É mister, entretanto, analisar como ocorreu seu desaparecimento, destacando seu papel no período oitocentista e os motivos que levaram a sua supressão.

Durante a coleta de dados em fontes primárias foi possível recuperar na Biblioteca Nacional, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, principalmente, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro uma série de documentos específicos sobre o mangal da Cidade Nova. A partir destas fontes e de elementos analisados nos capítulos anteriores será possível perceber as alternâncias sobre de discursos sobre o mangal da Cidade Nova e como estes influenciaram as ações ali ocorridas durante o século XIX.

¹A nomenclatura Cidade Nova surgiu oficialmente a partir de 1810 quando Dom João VI criou o bairro da Cidade Nova, entre o Campo de Santana até São Cristóvão. Já há notícia desse topônimo, entretanto, antes da chegada da Família Real.

² Diversos documentos e vasta bibliografia mostram invasões que ocorreram no passado da cidade. Como exemplos temos o caso da França Antártica destacado por ABREU (2005) no seu artigo *A luta pelo controle territorial da Baía de Guanabara no século XVI* e especificamente sobre a invasão de M. Duguay-Trouin em 1711, ver DUGUAY-TROUIN, René. *Mémoires de Monsieur Du Gué-Trouin*. Amsterdam: Chez Pierre Mortier, 1723. Sobre a parte relativa ao Rio de Janeiro foi traduzida por Tristão de Alencar Araripe e se encontra publicada na *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Tomo XLVII, 1^a parte, 1884.

Não podemos perder de vista o avanço urbano no período proposto, assim como as justificativas de caráter principalmente científico, baseadas em teorias higienistas, como a dos miasmas ou a teoria pasteuriana dos micróbios. Tais teorias, como já foi dito, influenciaram diretamente na valoração dos ambientes palustres e que conseqüentemente auxiliaram a conquista desse tipo de sítio em um período de grandes metamorfoses para o Rio de Janeiro.

Através da vasta bibliografia sobre o centro da cidade em tempos pretéritos, além das fontes primárias, podemos localizar o Mangue da Cidade Nova. Ele era formado, aproximadamente, pela área constituída na atualidade pelas margens do Canal do Mangue, ocupadas pelo Gasômetro, a estação da Leopoldina, a Rodoviária Novo Rio e as instalações da Companhia de Docas, abrangia também o Trevo das Forças Armadas até a Praça Onze.

3.1 – Um obstáculo a ser vencido.

A localização da Família Real em São Cristóvão auxiliou a intensificação das transformações internas no espaço carioca oitocentista, principalmente no que diz respeito à ligação leste-oeste da cidade, pois forçou a realização de uma série de melhoramentos no Mangue de São Diogo, que se interpunha entre a Cidade Velha e a Quinta da Boa Vista. É evidente que, no contexto destas transformações, o papel da expansão dos transportes foi de fundamental importância, como foi o caso do antigo arrabalde de São Cristóvão, em direção ao qual trafegavam as primeiras diligências que rodavam na cidade, o que só foi possível devido aos primeiros aterros efetuados no Mangue de São Diogo, como veremos adiante.

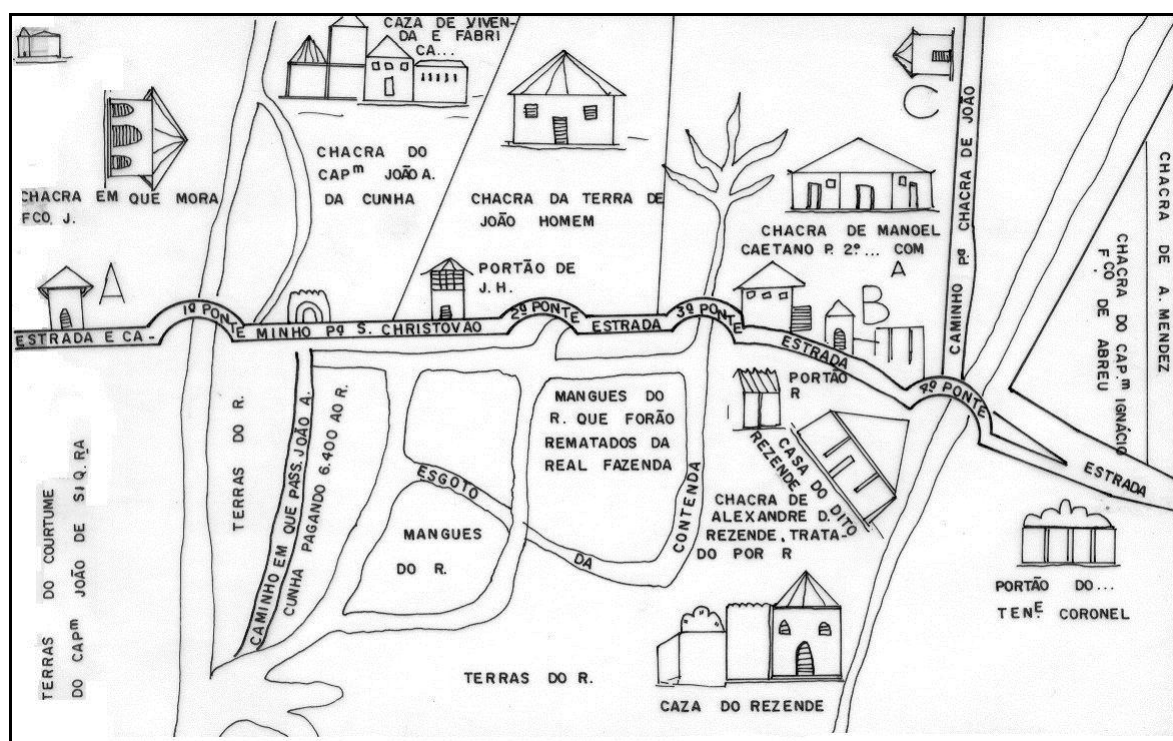
Logo após a chegada da Família Real já é possível perceber algumas inquietações sobre a presença do vasto mangal. Em 1811, o engenheiro João Manuel da Silva mostrou sua apreensão com o escoamento das águas no centro da cidade e, principalmente, com a permanência do Mangue da Cidade Nova, que via como obstáculo ao progresso. Por conseguinte, recomendou a necessidade de seu aterro, que contribuiria, não só para embelezamento da urbe carioca, como também para a saúde pública:

*“De quanto melhorará a saúde pública com esta obra, é indizível: basta dizer, que se faz desaparecer o maior dos pântanos, que há no meio da cidade, o qual existe todo o ano exalando vapores pútridos, e pestilentos. Para o enchimento, ou aterro, a Providência dispôs junto do grande pântano dois montes, que são o de Santo Antônio e o de Pedro Dias Paes Leme, ambos compostos unicamente de [saibro], e argila, o que faz com que a obra seja de pequeno custo, e [média] despesa”.*³

As discussões travadas no início do século XIX, pós-1808, envolvendo os agentes modeladores da época, estavam relacionadas, principalmente, ao aformoseamento da cidade e visavam adequar seu espaço físico aos padrões esperados de uma capital de Reino e, posteriormente, de Império. Sabe-se de ações embrionárias do Estado no intuito de avançar sobre as áreas palustres, porém no caso específico do Mangue da Cidade Nova suas dimensões e as limitações técnicas da época agiram no sentido de não se realizar obra alguma ali, o que não impediu que a cidade crescesse fisicamente em várias direções. A partir da década de 1830 que o panorama da expansão urbana começa a mudar.

³ Memória apresentada pelo engenheiro João Manoel da Silva sobre o regime das águas da cidade do Rio de Janeiro e melhoramentos necessários ao escoamento das mesmas águas e bem assim obras públicas julgadas úteis em 1811. AGCRJ – código 39-3-36.

A construção de pontes era a principal medida tomada para ultrapassar a vasta área pantanosa, isso desde os séculos XVII e XVIII até as primeiras duas décadas do século XIX. Os aterros também ocorriam, mas eram pouco significativos frente a grande área coberta por mangues na cidade. Pesquisando no Catálogo de Plantas da Cidade do Rio de Janeiro, elaborado pelo Núcleo de Pesquisas de Geografia Histórica, encontramos algumas evidências de como o Mangal de São Diogo dificultou o acesso a parte oeste da cidade.

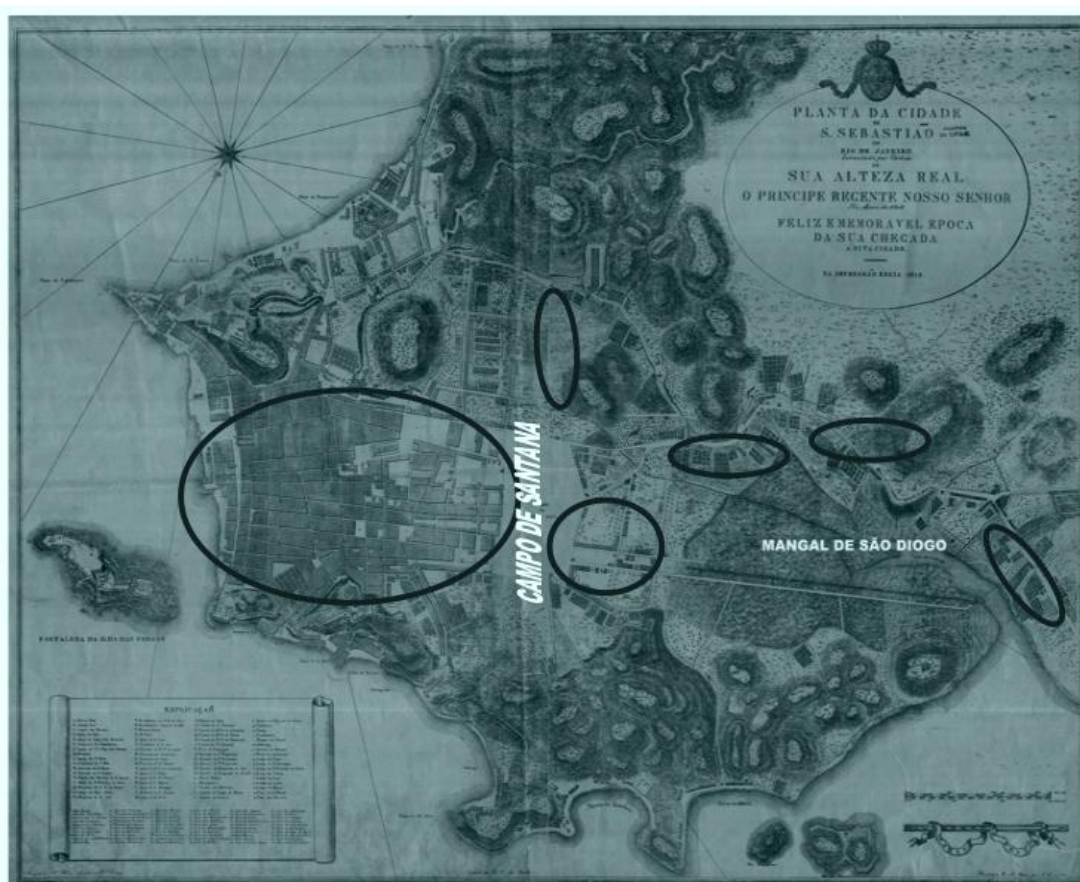


Podemos perceber num croqui elaborado em 1799 que a utilização das pontes era essencial para a travessia da área pantanosa, e que não eram poucas as contendendas que ocorriam quanto ao seu uso. O documento⁴ retrata a porção de mangue que ficava próximo ao atual Largo do Estácio e indica, certamente, a configuração que ele tinha antes das obras efetuadas pelo afamado mestre

⁴ AGCRJ - Seção de Iconografia, Cartografia e Audiovisual. Planta 4/13/1.

pedreiro Antonio batista Coelho, em 1805, sobre os quais, infelizmente, não encontramos mais informações nas fontes primárias. De qualquer forma, o documento é valioso, pois mostra justamente a dinâmica de ocupação da Cidade Nova e arredores, no final do século XVIII e início do XIX, com o grande mangal sendo empecilho para a ocupação desta porção da cidade. Existem informações, inclusive, de pequenas embarcações que faziam transportes de gêneros variados pelos diversos canais que formavam o manguezal.

Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro – 1808.



Fonte: Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Levantada por ordem de sua Alteza Real Príncipe Regente nosso senhor no ano de 1808. Na Impressão Régia em 1812.

Na planta da cidade de São Sebastião podemos perceber, igualmente, que o Mangal de São Diogo era um grande obstáculo para o processo de ocupação da

cidade. Veja-se que o círculo maior representa a cidade propriamente dita, a malha urbana constituída até o Campo de Santana; a ele seguiam as áreas descontínuas, que representamos também com a forma de círculos, que indicam uma ocupação mais esparsa, que saltava, inclusive o mangal. Vale ressaltar que as moradias que ficavam além da grande área paludosa eram propriedades de caráter rural, como as chácaras.

A primeira notícia concreta de que temos notícia, destinada a fazer desaparecer o manguezal tem lugar em 1811, quando o Príncipe regente reconhecendo o crescimento cada vez mais impetuoso da cidade, e, por conseguinte, a maior necessidade de criar habitações para seus moradores, resolveu incentivar a ocupação do lugar denominado Cidade Nova, e isentou do pagamento da Décima Urbana⁵ aquelas construções que fossem ali realizadas.

Havia algumas exigências quanto à forma das habitações para que se determinasse o tempo de isenção de pagamento do mencionado imposto. Assim, todos que edificassem casas de sobrado na Cidade Nova, ou em qualquer área pantanosa ficariam isentos de pagar a Décima no período de dez anos. A isenção servia para casas de um sobrado com menos de cinco portas ou janelas de frente. Já para casas com mais de um sobrado ou de cinco portas ou mais janelas de frente, o período de isenção chegava a vinte anos. Por último, a lei de 1811 determinava que ninguém edificasse casas térreas no bairro da Cidade Nova, o

⁵ Este imposto era, a princípio, cobrado apenas no Município da Corte, o Rio de Janeiro, mas pouco depois foi estendido às "cidades, vilas e lugares notáveis situados à beira-mar". A Décima Urbana converteu-se, muito mais tarde, no Imposto Predial e Territorial Urbano, que subsiste até hoje. As Superintendências e as Juntas da Décima Urbana foram extintas pela Lei de 27/8/1830. Fonte: Leis do Brasil, 1808-1830.

que demonstra claramente, o intuito de aumentar a densidade populacional da área. A noção de salubridade também estava presente na determinação do Príncipe Regente, mesmo que ainda com pouca consistência, pois nela existe uma pequena menção de que os enxugamentos e aterros das áreas pantanosas seriam de utilidade por trazerem benesses à saúde pública.

A partir da independência do Brasil ocorreram profundas modificações no sistema de apropriação dos chamados terrenos de marinhas, que iriam afetar as áreas de marinhas que incluíam os mangues da cidade. Assim, Lei de 15 de Novembro de 1831 permitiu que as Câmaras Municipais os aforassem, o que levou a intensificação dos trabalhos da Câmara Municipal que passou a tratar somente deste tipo de terreno (mangues, marinhas e seus acrescidos). Esta lei foi seguida, por sua vez, pelas Instruções de 14 de novembro de 1832, especificamente a de n.º 348, que definia os terrenos de marinhas⁶.

Pesquisando sobre mangues nos emaranhados Códices do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, encontramos diversos documentos chamados “termos de medição de marinhas e mangues”, que incluíam toda a área do Mangue da Cidade Nova, dentre outras localidades. Embora, a estrutura e até mesmo as informações contidas nos termos de medição tenham variado muito com o tempo, dificultando, sobretudo, a sistematização das informações ali encontradas, conseguimos fazer bom uso deles. Devido a esta dificuldade de para sistematizar esses dados resolvemos colocar os termos de medição em anexo

⁶ Segundo COSTA PORTO (1965:165) “hão de considerar-se terrenos de marinhas todos os que, banhados pelas águas do mar, ou dos rios navegáveis, vão até à distância de 15 braças craveiras [que são 33 metros segundo o decreto 4105 de 22/02/1868] para a parte da terra, contadas estas desde os pontos a que chega o preamar médio”.

A documentação é valiosa, pois permite compreender como se deu, em parte, a ocupação em direção à Cidade Nova. Os termos de medição, encontrados no AGCRJ, contêm informações sobre o local da medição, o ano, o nome dos avaliadores dos terrenos, as medidas dos terrenos e suas confrontações, além do nome dos seus posseiros ou proprietários. O exemplo é representativo do conteúdo desses termos, neste caso lavrado na década de 1840:

“Aos 2 dias do mês janeiro de 1841, no Mangue vizinho à Cidade Nova, onde foi presente à Comissão encarregada pela Ilma. Câmara Municipal desta Corte, da medição das Marinhas, e Mangues; e os Avaliadores abaixo assinados, Sebastião José de Oliveira, e Antônio Xavier de Moraes e Castro; para segundo às Instruções de 14 de novembro de 1832; e Lei de 3 de outubro de 1834, proceder à medição, e avaliação do terreno sito no Mangue vizinho à Cidade Nova n° 1, do qual está de posse Antônio Pinto de Macedo; e o tem beneficiado com aterros; e comparecendo o dito posseiro, procedeu o Tenente Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros, Antônio Joaquim de Souza, à efetiva medição do terreno ocupado, o qual depois de medido, se achou ter de frente na Rua Del Rei, 28 braças e 2 palmos; igual número pela parte da Rua de São Diogo, onde também faz frente; e de fundos contados de uma à outra frente, 36 palmos; confinado por um lado com uma travessa que vai até ao Aterrado; e pelo outro com Adão José da Lapa; obrigando-se o dito posseiro do terreno a deixar dele a porção que for necessária para o corte de quaisquer ruas, ou travessas a que a mesma Ilma. Câmara haja de determinar abrir naquele lugar, ou mesmo para a desembocadura das que atualmente existem; caso hajam de se lhe mudarem suas direções; sem que o referido posseiro em tempo algum possa exigir indenização, ou gratificação alguma pelo terreno que tenha de perder; sujeitando-se ao arruamento que lhe for dado na forma das Posturas da mesma Ilma. Câmara; e logo depois passaram os Avaliadores acima mencionados avaliar o dito terreno medido, que assentaram valer a 16\$000 réis cada uma braça de frente, com 15 de fundo em cada uma das duas ruas com quem confronta (...)”⁷.

⁷ AGCRJ (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro), Códice 1-4-35. Medição e avaliação de mangues. 1840-1846.

Interessante notar a rigidez com que a Câmara começa a tratar desses terrenos, principalmente no que se refere ao beneficiamento de aterros que deveria ser feitos pelos que utilizavam o terreno. A salvaguarda da Câmara também era relevante em relação a possíveis perdas de terreno devido aos arruamentos que ali deveriam ser realizados e que já haviam sido determinados por lei. O posseiro, no caso, não poderia reclamar caso perdesse alguma área devido ao avanço da cidade e ainda não teria direito a ressarcimentos.

É de se destacar também que os documentos revelavam, a obrigatoriedade de se aterrar os terrenos alagadiços pertencentes ao Mangue da Cidade Nova. O não cumprimento desse dever implicaria a destituição da posse do terreno, como fica explícito no trecho a seguir.

(...) obrigando-se o referido posseiro a pagar de foro anualmente 1\$000 réis por braça, a tapar-se por um e outro lado no espaço de um mês, aterrar completamente dentro de um ano, e edificar seguindo o prospecto que a Ilma. Câmara lhe apresentar dentro de dois anos, e no caso de faltar a qualquer das condições não só perderá todo o direito ao terreno como as benfeitorias que haja feito ⁸(...)

Nota-se também que a preocupação com o aformoseamento passa a ficar atrelada, com cada vez mais força, às noções de salubridade. Com efeito, a partir da década de 1830 o Mangue da Cidade Nova passa a figurar cada vez mais nos discursos, planos de melhoramentos e relatórios. É o caso, por exemplo, de um projeto apresentado à Câmara Municipal em 1833, que tratava dos despejos da

⁸ AGCRJ (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro), Códice 1-4-35. Medição e avaliação de mangues. 1840-1846.

cidade e aterro do Mangue da Cidade Nova. Apresentado por “um cidadão”, o “plano” se alicerçava nas idéias de salubridade, como bem destaca o autor:

“Quanto à salubridade, ninguém ignora que a acumulação de águas estagnadas, e moléstias pútridas desenvolvem miasmas mefíticos, que corrompem o ar, e causam moléstias de todo o gênero. Isto é tão sabido, que a parte principal da polícia das grandes cidades é a limpeza, e sabe-se que nos Países aonde os charcos e alagadiços esgotaram ou entupiram, o seu clima tem tido sensível melhoramento⁹”.

O anônimo autor ainda faz um rebatimento da citação anterior com uma analogia sobre a cidade carioca. Segundo ele, devido aos aterros dos pântanos vizinhos à cidade até aquele momento, o clima carioca teria se tornado mais agradável e salubre. Cita especificamente o mangal da Cidade Nova como um enclave ao desenvolvimento da cidade, pois era foco de pestes, além da questão dos despejos de excrementos na referida área. Aliás, os problemas relacionados aos despejos passam a aparecer cada vez mais na documentação, mas não serão discutidos aqui¹⁰.

Em 1833, era o Ministro do Império, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, quem chamou a atenção para a necessidade de aterro desta área alagada em 1833. Dizia ele que a existência do referido pântano resultava em danos à saúde pública e que a Câmara teria que propor ao governo as providências que julgasse mais convenientes e adequadas para, com a maior brevidade possível, realizar aquela obra, o que auxiliaria a cessar o perigo a que

⁹ AGCRJ (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro), Códice 1-4-32. Projeto apresentado à Câmara Municipal, para os despejos da cidade e aterro do Mangue da Cidade Nova.

¹⁰ Não é intuito da presente análise esmiuçar os problemas relacionados aos despejos da cidade. Para isso melhor ver, a, já citada, dissertação de Isabelle Macedo Gomes intitulada *A chegada de novas infra-estruturas no Rio de Janeiro: o caso do sistema de esgotos sanitários*. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

se achavam expostos os moradores da Cidade Nova de serem assaltados por alguma epidemia.

Em resposta a determinação, a Câmara parece ter produzido um plano de melhoramentos e aterro do mangue, do qual temos alguma notícia, mas que não se encontrou em arquivo algum. Encontramos, entretanto, aterros do mangue da Cidade Nova, que confirmam ações nesse sentido. Destaque-se, aqui, o papel desempenhado pelos presos da Casa de Correção¹¹ que foram requisitados a trabalharem nas obras.

“Tendo a Comissão (Inspetora da Casa de Correção) em vista o bem Público, e desejando coadjuvar à Ilma. Câmara Municipal, no aterro do mangue da Cidade Nova, conciliando esta coadjuvação com os interesses da dita Casa, oferece 100 presos (dez do Calabouço) para segundo a exposição junta, fazer-se o referido aterro¹².”

A necessidade de extinguir o mangue em um compasso cada vez mais acelerado fez suscitar algumas propostas para a concessão dada para o referido serviço. Em 1835, D. José Guasque, espanhol e coronel-engenheiro, fez um requerimento para a formação de uma companhia de fomento e formosura do município, objetivando o dissecamento do Mangue da Cidade Nova. Pela análise de um conjunto de mais de vinte e três documentos, localizados na Biblioteca Nacional, se pode perceber os interesses envolvidos para a realização da obra e também o caráter negativo do papel dos mangues para a saúde dos habitantes da cidade.

¹¹ A Casa de Correção da Corte era a cadeia da cidade. Foi aprovada por decreto ainda em 1789, mas somente começou a ser construída em 1834, muitas décadas depois virou a penitenciária Frei Caneca, demolida em 2006.

¹² AGCRJ (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro), Códice 1-4-33.

Em seu requerimento, o dito coronel, destacou a importância de livrar a cidade de um foco de doenças que prejudicava a cidade, não só por perdas de seus ilustres habitantes, como também de seus escravos, trazendo imenso prejuízo financeiro para o Rio de Janeiro. A Câmara, por sua vez, já mencionava a necessidade da criação de um canal, porém indicava que para isto seriam necessários estudos adicionais, que viabilizassem a obra. Acrescentou que o requerimento do suplicante, o dito José Guasque, só poderia ser deferido se sua companhia desse conta da possível obra para a construção de um canal que ligasse o Rossio da Cidade Nova ao Saco de São Cristóvão.

Por um documento elaborado pelo próprio coronel, já em 1845, percebe-se o fracasso do seu projeto. O coronel se justifica de ter fugido da cidade do Rio de Janeiro porque estava sendo perseguido por invejosos da Corte, devido aos supostos serviços de benfeitorias que ele poderia prestar à cidade. Descreve também seu imenso prejuízo pelos acordos não feitos sobre os terrenos de mangues e marinhas, o que nos leva a concluir que o acordo inicial sobre os serviços que o dito José Guasque queria prestar acabaram não sendo feitos.

Em 1843, o engenheiro Henrique de Beaurepaire Rohan, apresentou seu plano intitulado *Remodelação do Rio de Janeiro*. Nele assinalava a relevância da continuidade dos aterros do Mangue de São Diogo, que ajudariam a extinguir um grande foco de epidemias. Para o engenheiro a canalização do Mangue da Cidade Nova, feita somente em 1858, era essencial para a redução dos miasmas pestilentos que invadem a cidade diariamente. O plano continha também um projeto de um canal navegável da Bica dos Marinheiros até o Rossio Pequeno, com ramificações até a Casa de Correção. Para Beaurepaire, a abertura de novas

ruas só poderia ser feita após a construção do canal. A idéia de tornar esse canal do mangue navegável iria perdurar até mesmo depois de sua construção, porém acabaria resultando num grande fiasco, pois o processo de assoreamento do leito do canal era constante e inviabilizaria as tentativas de torná-lo navegável.

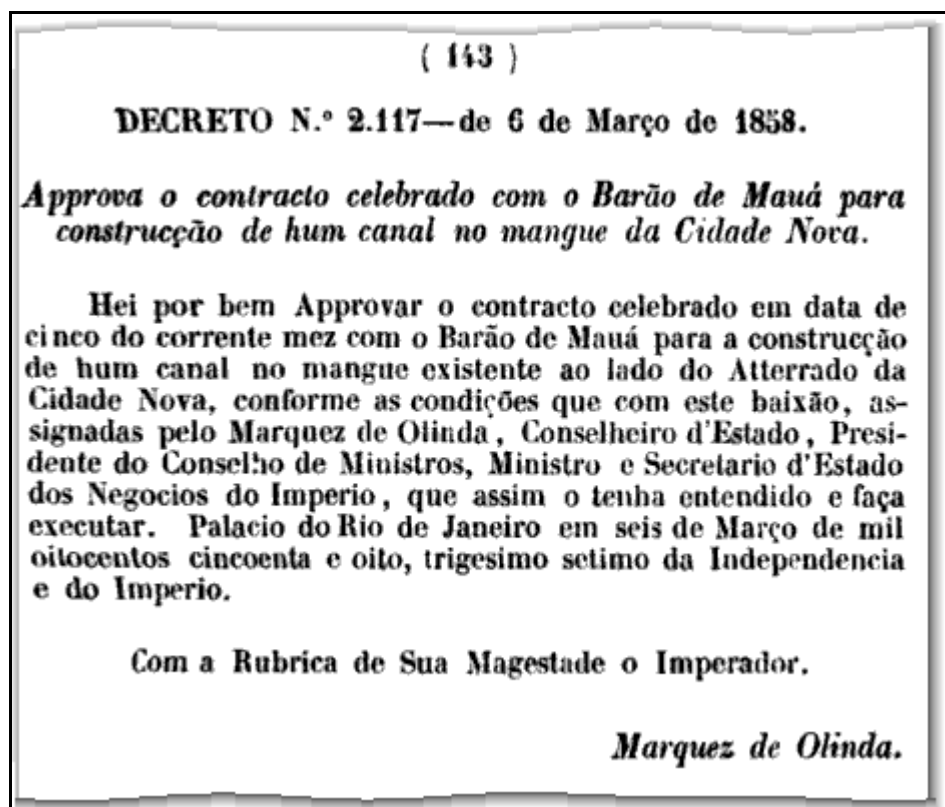
Apoiado no discurso dos médicos, principalmente após a grande epidemia de febre amarela de 1850, a Câmara decidiu intensificar o ritmo dos aterros. Para isso foi encomendada, pela própria Câmara, em 1851, a planta topográfica de todo o mangal, o que permitiria seu posterior aterro e também a construção do Canal do Mangue, obra do empreendedor Barão de Mauá. Na documentação dessa década, nota-se também que a Casa de Correção continua seus trabalhos de aterros. Infelizmente não conseguimos acesso à planta topográfica mencionada, pois seria de imensa valia para o presente estudo.

As obras de aterro foram de extrema utilidade e acabaram por viabilizar a ocupação desta parte da cidade. As linhas de ônibus por tração animal já ajudavam no deslocamento da população desde 1838 e, com o avanço dos aterros, puderam aumentar seu poder de circulação tanto que no mesmo período, já tínhamos uma linha para São Cristóvão.

Com o poder de mobilidade aumentando, as classes sociais pressionaram o Estado para facilitar, ainda mais, a circulação intra-urbana. Atrelada aos ideais higienistas da época, essa pressão ajudou ainda mais a conquista do sítio, em especial dos alagadiços da cidade. São muitos os documentos que dão conta de obras realizadas nas áreas lindeiras ao Mangue da Cidade Nova e em áreas pertencentes ao próprio mangal na década de 1850. Um bom exemplo é o seguinte:

“a Ilma. Câmara Municipal desta Corte pretende mandar consertar o caminho do Atterrado que conduz a São Cristóvão, segundo o novo sistema de macadame do qual já foi o Suplicante encarregado pela Ilma. Câmara de dar uma prova à entrada do palácio de S.M.I. em São Cristóvão, se oferece para executar este trabalho. O Suplicante se encarrega de destruir as desigualdades deste caminho, tornando assim cômodo e agradável para o trânsito dos carros, e também de conservá-lo sempre em bom estado a sua custa por espaço de três anos; tudo pela retribuição de três mil réis por cada braça quadrada”¹³.

No final da década de 1850, finalmente, o contrato para a construção do Canal do Mangue, obra emblemática de todo o processo que estavam tentando se construir, foi assinado. Este canal constituiria uma das obras de maior repercussão do século XIX e também um dos maiores fracassos da engenharia de então, sobretudo pela sua incapacidade de ser navegável.



Fonte: Coleção das Leis do Brasil 1858

¹³ AGCRJ (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro), Códice 32-2-15.

A magnitude da obra do Barão de Mauá foi destaque nos meios de comunicação no Brasil e também no exterior. A Revista Contemporânea de Portugal e Brasil, por exemplo, destacou em 1861, que com a conclusão do canal, prevista para 1862, o lugar denominado Cidade Nova, que possuía, segundo a própria revista, um sítio insalubre e infecto, se transformaria em um dos mais formosos bairros do Rio de Janeiro.

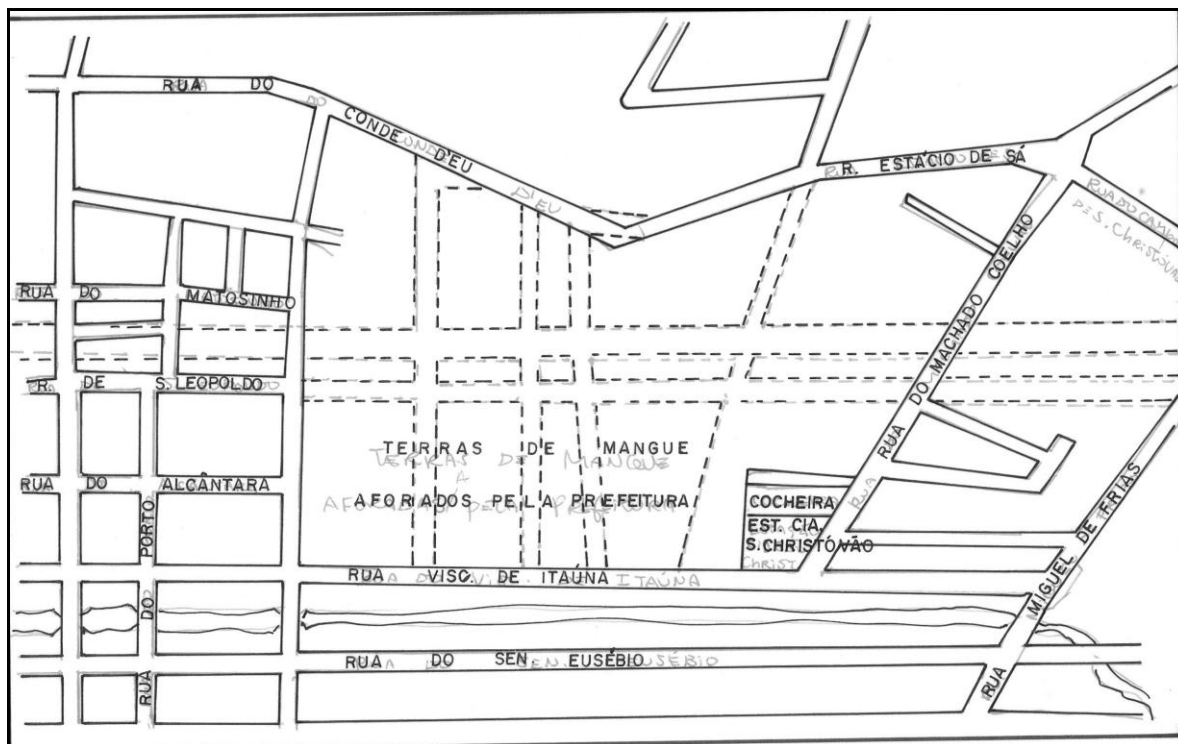
As expectativas paisagísticas acabaram não acontecendo. O constante assoreamento do canal – como já foi indicado – iria também tirar o brilho da obra. Não há dúvidas, entretanto, que o empreendimento foi bem recebido como obra de drenagem, pois foi a partir dele que o plano viário da Cidade ova pôde ser efetivamente implementado.

Com efeito, os aterros feitos em meados do século XIX, e a construção do canal possibilitaram a ocupação da Cidade Nova e arredores de forma mais efetiva. Anteriormente, como já foi mencionado, as ocupações nesta área eram mais esparsas e as propriedades possuíam estilos mais rurais, representados, principalmente, pela presença de chácaras. Já em 1854, entretanto, era criada a Freguesia de Santo Antônio. A partir de então seria intensificada essa ocupação que, daria lugar à criação, mais tarde, de outra freguesia dedicada ao Espírito Santo. Encontramos diversos termos de medição de mangues e marinhas relativos a esta última freguesia, principalmente nas ruas Dona Feliciano, Conde d'Eu, Sabão do Mangue e, principalmente na rua São Leopoldo no período entre 1860-70, muitos já revelando construções que estavam sendo feitas ali. Vale ressaltar, neste período, o decreto de nº 4.105, de 22/02/1868, que promoveu a consolidação dos ordenamentos existentes sobre os terrenos de marinha,

passando este dispositivo legal a definir e regular, entre outros, os terrenos acrescidos de marinha natural (aluvião) e artificialmente (aterros)

Com as epidemias continuando a devastar grandes contingentes populacionais, e o peso da influência do pensamento médico ainda podia ser sentido na década de 1870, pois apesar da vasta parte paludosa do Saco de São Diogo já estar aterrada, ainda resistiam terrenos alagados neste sítio. Por essa razão, o Decreto nº 6.199 de 17/05/1876 declarou ser de utilidade pública a desapropriação de diversos terrenos baixos e pantanosos no lugar denominado Mangue da Cidade Nova. Neste decreto, a Princesa Imperial Regente, em nome do Imperador, afirmava que era urgente a extinção dos pântanos que ainda restavam, reconhecidamente prejudiciais à saúde pública; esses terrenos eram limitados pelas ruas de Dona Feliciano, Conde d'Eu, Estácio de Sá, Machado Coelho e Visconde de Itaúna¹⁴.

¹⁴ Deve-se ressaltar que muitos terrenos pantanosos, que ainda restavam eram aqueles que acumulavam água devido a ação das marés e em função da variação do lençol freático, que ascendia em períodos de chuva.



Fonte: Planta referente ao decreto 6199 de 17/5/1876, que decretou de utilidade pública os terrenos do mangue da cidade nova.

É na década de 1870 que se começa a perceber a ascensão da influência dos engenheiros na ordenação do espaço urbano do Rio de Janeiro, o que não quer dizer, entretanto, que os médicos tenham se dissipado dessa função, muito menos as teorias higienistas. Os engenheiros, na realidade, se apropriaram das teorias higienistas, que ajudavam a revestir seus argumentos para intervenções urbanas na cidade. A partir de 1880 a força desta nova categoria de profissionais tornou-se ainda maior.

Segundo alguns engenheiros, o canal do Mangue da Cidade Nova, antes considerado herói pelas benesses que traria à cidade, havia se tornado um grande vilão, pois fora mal projetado, recebia muitos despejos deletérios e acumulava

água e lodo infecto. Tornara-se, na realidade, um grande perigo para os habitantes da capital do Império.

Em 1886 o engenheiro britânico Jules Jean Revy enviou à Comissão de Saneamento do Império um relatório sobre o melhoamento do Canal do Manguê. Revy destaca, inicialmente, o canal como foco de epidemias para a população carioca. Relata, a seguir, a promessa feita no projeto inicial do Barão de Mauá, de torná-lo navegável e explica os motivos que levaram ao fracasso do projeto inicial. Para o engenheiro, o mal êxito do canal e os seus perniciosos efeitos sobre a saúde pública se deviam não a inconversibilidade do canal para a navegação, mas o fato de que este se tornara um receptáculo dos detritos da cidade, como areia, lama e impurezas das ruas, carregados pelas águas pluviais. Além disso, foi transformado em depósito de imundícies das ruas adjacentes.

Os prejuízos causados pela construção mal feita do canal, segundo Jules Jean Revy, eram grandes, pois as sucessivas obstruções do canal exigiam o emprego de grande número de trabalhadores para remover milhares de metros cúbicos de lama pestilenta. Fez ainda duas críticas ao projeto inicial de Mauá e ressaltou o aumento de seus inconvenientes nos últimos vinte e cinco anos pela construção de numerosos canos de esgoto novos e a intensificação do problema devido à ação das chuvas, tornando-se, assim, um incômodo público intolerável e um imenso perigo para a saúde de dezenas de pessoas que moravam nas áreas lindeiras ao canal, “*uma verdadeira cloaca aberta*”.

Apesar das descobertas microbianas de Pasteur, a teoria de que as doenças eram provenientes do ar permanecia no discurso dos engenheiros. Segundo o relatório de Revy sobre o Canal do Manguê:

“Quando enche a maré, as águas perigosamente infectas desta cloaca aberta refluem para dentro dos canos e galerias, na extensão de muitas milhas de ruas densamente povoadas, contaminando e viciando o ar das habitações e ruas, e tornando essa porção da cidade, durante a quadra do verão, notória pelas febres pestilentas e outras afecções malignas”.

Por último, Jules Jean Revy sugeriu a reconstrução, ou mesmo a supressão, do Canal do Manguê para que não continuasse a pôr em risco a saúde e a comodidade da população. Na última parte do relatório apresenta ainda um resumo do orçamento preliminar das obras de melhoramentos do Canal do Manguê, conforme o projeto da comissão. Um destaque que nos interessa foi a sugestão apresentada de realização de um aterro e regularização do terreno entre o Canal do Manguê e as ruas Senador Eusébio e Visconde de Itaúna.

Na esteira das discussões que então se faziam sobre essa obra, o Clube de Engenharia apresentou também, em 1886, alguns comentários sobre o Canal do Manguê. Muitas das críticas eram análogas às do relatório do engenheiro Jules Jean Revy, razão pela qual nos abstermos de reproduzi-las. Outras, entretanto, merecem destaque. Assim, o engenheiro Antônio Maria de Oliveira Bulhões, autor do parecer, reproduz inicialmente a opinião dos higienistas da época de que o canal era um foco de pestes, analisa a proposta de que ele deveria ser aterrado, mas aponta também a ausência de sugestões sobre o que se ia fazer com as águas pluviais, assim como com as terras, areia e detritos que eram trazidos pelas chuvas. A seguir, faz críticas aos higienistas dizendo que estes, geralmente, não apontavam soluções para resolver os problemas de

insalubridade da cidade. Por esses motivos, se posiciona, finalmente, contra o aterro do canal.

Tanto o relatório elaborado por J.J. Revy quanto o parecer do Clube de Engenharia ressaltavam que um dos objetivos principais do Canal do Mangue era a navegação e, por isso, o Império teria que direcionar seus esforços para tornar isso possível. Ressaltavam, igualmente, a necessidade de se realizar obras de prolongamento do canal no intuito de melhorar a circulação, e de aterramento dos terrenos que ainda permaneciam alagadiços do Mangue da Cidade Nova. Propunham, finalmente, metas para torná-lo menos insalubre, evitando, assim, as constantes infecções a que estavam sujeitas as pessoas que habitavam nas suas imediações.

A partir da década de 1880 não encontramos mais termos de medições de mangues e marinhas na Cidade Nova nos registros do AGCRJ, o que é um forte indício da consolidação da apropriação dessa área, que decretaria o fim do Grande Mangal da Cidade Nova.

É também dessa época o decreto n.º 181, de 8 de março de 1879 que concedeu ao Dr. Posidônio de Carvalho Moreira autorização para, por si ou por uma empresa, arrasar o Morro do Senado e aterrar os pântanos que ainda restavam na cidade no Rio de Janeiro. O desmonte do morro, já vinha sendo feito lentamente, mas seria agora intensificado. Acabaria por se realizar, cabalmente, na virada do século. Foi com o material dele retirado que se completou, em grande parte, o prolongamento do Canal do Mangue e a extinção das últimas partes alagadas do antigo Saco de São Diogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Aproveitando o arcabouço teórico adquirido ao longo do tempo de pesquisa em geografia histórica, tentamos, na presente dissertação, colocar em prática o que foi aprendido para se construir uma geografia do passado.

Primeiramente recuperamos parte do pensamento higienista, fazendo uma “viagem” desde os tempos hipocráticos. Nessa etapa, a contribuição de GLACKEN (1996) foi essencial. Em seguida, passamos para a Europa do século XVIII e XIX e discutimos brevemente as contribuições valiosas de Michel Foucault em obras como o *Nascimento da Clínica e Microfísica do Poder*, para tornar inteligível o surgimento da preocupação com a noção de salubridade dos ambientes e usos urbanos e também a gênese da medicina social urbana francesa. Por último atracamos no Rio de Janeiro onde o pensamento higienista proveniente, em especial, da França, dominou as idéias científicas no século XIX, principalmente a partir do terceiro quartel daquela centúria.

Ainda na primeira parte da dissertação trouxemos também à tona um breve resgate etimológico da palavra mangue, no intuito de perceber as valorações negativas que esta palavra recebeu ao longo do tempo. Notamos, com isso, que a semântica pode ser uma importante ferramenta para a compreensão de determinados temas, podendo ser analisada sincronicamente ou diacronicamente. Com isso conseguimos alinhar uma base teórica que desse suporte às análises que propomos fazer nos capítulos seguintes.

No segundo capítulo a intenção foi discorrer sobre a mudança na valoração dos mangues. Inicialmente trabalhamos com as notícias dos documentos que cunhavam os mangues como verdadeiros heróis. Essa idéia predominou, praticamente, por o todo o período colonial. A seguir, discutimos a metamorfose do mangue em vilão, ocorrida no decorrer do século XIX, e creditamos essa transformação à emergência das teorias higienistas, num período marcado por epidemias que devastaram diversas vidas no Rio de Janeiro. As teorias higienistas tentaram explicar as doenças relacionando-as ao meio circundante e propuseram inúmeras medidas profiláticas para conter o pânico da população. O resultado disso foi a grande influência do poder médico na ordenação do espaço urbano carioca o que culminou na satanização do mangue, que passou a ser acusado de ser o grande culpado pelas epidemias, o que seria determinante para o desaparecimento de diversos ambientes palustres na cidade.

Encontramos na fase vilanaz dos ambientes palustres uma voz dissonante do discurso sobre os mangais. Pedro Soares Caldeira defendia que, ao contrário do que muitos pensavam, o corte da mata marítima é que era o grande vilão. Esse contraponto foi de fundamental importância para a nossa reflexão, pois demonstrou, claramente, que todo período de predominância de um paradigma científico caracteriza-se também pela existência de contracorrentes, que, posteriormente, mas não necessariamente, podem se tornar predominantes. Acreditamos ser o curso natural das ciências.

No último capítulo do trabalho tentamos amalgamar o embasamento teórico às vicissitudes dos mangues cariocas no século XIX. Com base em fontes primárias procuramos empiricizar a discussão, enfocando, com maior detalhe, o processo de desaparecimento do Manguê da Cidade Nova.

Percebemos alguns pontos importantes no decorrer da análise da supressão do Mangal de São Diogo. Primeiramente, que esse ambiente foi um grande obstáculo à ocupação da cidade, principalmente após a chegada da Família Real. Com o crescimento da urbe tornando-se cada vez mais vertiginoso, era essencial a conquista desse sítio, principalmente para melhorar a conexão leste-oeste do Rio de Janeiro. A incidência de epidemias periódicas, a partir de 1830, reforçou a necessidade de se acabar com esse charco natural. Os requerimentos, ofícios e decretos sobre intervenções nesta área estavam quase sempre embasados nas teorias médicas, sobretudo, a partir de 1850.

As mudanças na legislação, tornando a área do mangue da Cidade Nova uma fonte de renda para os cofres públicos, tiveram também papel relevante para a conquista desse sítio. Por ser cidade-capital, a pressão sobre o aformoseamento do Rio de Janeiro também era grande, tornando o terreno alagadiço alvo de intervenções que visavam melhorar a imagem da cidade.

Concluimos que as teorias higienistas, tanto as baseadas nos miasmas quanto nos micróbios, serviram como ferramentas para auxiliar as intervenções do Estado no desaparecimento do grande Mangal de São Diogo. Todavia, apreendemos também que, devido à sua posição, o Mangal de São Diogo estaria, de uma forma ou de outra, condenado a supressão. A transformação

dos mangues em vilões no período oitocentista apenas acelerou o processo de sua destruição.

A transformação dos mangues em verdadeiros vilões da “ordem urbana” propiciou o desaparecimento, não só do Manguê da Cidade Nova, mas de grandes extensões de vegetação de mangue na cidade carioca.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PLANRIO, 1997.

_____. "Construindo uma Geografia do Passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII". *Geosp*, 7, 2000.

_____. "Sobre a Memória das Cidades". *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, série I, Vol. XIV, Porto, 1998, pp. 77-97.

_____. "A Apropriação do Território no Brasil Colonial". In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Org). *Explorações*

_____. (1997), "Pensando a cidade no Brasil do passado", in. Silva, J. B. da, *et al.*, *A cidade e o urbano*, EUFC, Fortaleza, pp. 27-52.

AMADOR, Elmo da Silva. *Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza*. Rio de Janeiro: E. S. Amador, 1997.

ANDREATTA, Verena. *Cidades quadráticas paraísos circulares*. Rio de Janeiro, Ed. Mauad 2006.

ARIÈS, Philippe. *História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos Nossos Dias*, tradução de Priscila Vianna de Siqueira. Rio de Janeiro, ed. F. Alves, 1977.

BENCHIMOL, Jaime Larry, *Dos Micróbios aos Mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: ed. Fiocruz./ed. U.F.R.J.. 1999.

_____. *Pereira Passos: Um Haussmann Tropical*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca. 1990.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do Século XX. *Boletim Carioca de Geografia*, 12: 1 e 2, 1959, pp.1-23.

_____. Expansão do espaço urbano do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, 23 (3): 495-524, jul/set 1961. Reproduzido em BERNARDES, Lysia M. C. e SOARES, Maria Therezinha S., 1987.

_____. Considerações sobre a região do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, 33 (4): 99-107, out/dez 1971. Reproduzido em BERNARDES, Lysia M. C. e SOARES, Maria Therezinha S., 1987.

BITTAR, William Seba Mallmann. “Da morte, de velórios e cemitérios ou Vixit”. In: *Anais da reunião do Rio de Janeiro 2003 dimensões históricas da relação entre espaço e cultura da União Geográfica Internacional*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, 2003.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario Portuguez e Latino. Lisboa. 1713.

BOUSQUAT, A. e COHN, A. *A dimensão espacial nos estudos sobre saúde: uma trajetória histórica..* História, Ciências, Saúde . Manguinhos, vol. 11(3): 549-68, set.-dez. Ri de Janeiro, 2004.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAVES, Alexandre Silva da. *Epidemias, Teorias Higienistas e Estado: mudança no espaço dos mortos no Rio de Janeiro oitocentista*. Monografia de graduação – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Instituto de Geociências – Departamento de Geografia, 2004.

COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, (1988)

COELHO NETO. O geoecossistema da Floresta da Tijuca. In ABREU, Mauricio A. (Org.), *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992

CORBIN, Alain. O território do vazio: A praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Le miasme et la jonquille, odorat et imaginaire social*. Paris: Aubier-Montaigne, 1982. Tradução brasileira: *Saberes e odores*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

DAMASCENO, Ângela Nunes. *Os Miasmas, os Médicos e a Relação Homem-Natureza na Cidade do Rio de Janeiro no Século XIX*. Rio de Janeiro: U.F.R.J., 1993.

DEFFONTAINES, Pierre. As duas grandes cidades: Rio de Janeiro e São Paulo. *Revista Brasileira de Geografia*, 1 (2), 1939. Transcrito em *Boletim Geográfico*, 4 (47): 1453-1463, 1947.

DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e Preservação Ambiental: Os Parques Nacionais do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997.

ESTAVILLE JR., Lawrence E. Organizing time in historical geography. In: GREEN, D. Brooks (Ed.) *Historical Geography: A methodological portrayal*. Savage: Rowman & Littlefield Publishers, 1991.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro, Edições Graa1, 2003.

_____. *Nascimento da Clínica*. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2004.

GLACKEN, C. J. (1996), *Huellas en la playa de Rodas: naturaleza y cultura en el pensamiento occidental desde la Antigüedad hasta finales del siglo XVIII*, Garcia Borrón, J. C. (trad.), Ediciones del Serbal, Barcelona.

GUIMARÃES, Maria R. C. *Civilizando as artes de curar: Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2003

HAZARD, Paul. *Naturaleza y Razon*. In._____. *El pensamiento europeo en el siglo XVIII*. Madrid. Al Univer. 1946, p.251-271

Lacaz, C. da S., R. G. Baruzzi e W. S. Jr. (1972), *Introdução à Geografia médica no Brasil*, E. Blücher, São Paulo.

LISBOA, Balthazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*, contendo a descoberta e conquista deste paiz, a fundação da cidade com a historia civil e ecclesiastica, até a chegada d'el rei dom João VI, além de notícias topographicas, zoologicas e botanicas. Rio de Janeiro: Na Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher e Ca., 1834-35, 7 v.

LOWENTHAL, David. *"How we know the past"* IN: The past is a foreign country. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1988. pp. 185 a 259. (Tradução na Revista *Projeto História*. Nº. 17 *Trabalhos da Memória*. São Paulo, PUC-SP – Programa de Pós-Graduação em História, novembro de 1998. Pp. 63 a 201.).

_____. *George Perkins Marsh: Prophet of Conservation*. Washington: University of Washington Press, 2000.

LOWENTHAL, David & BOWDEN, M. J.. *Geographies of the Mind: Essays in Historical Geography in Honour to John K. Wright*. New York: Oxford University Press, 1985.

LUCCOCK, John [1820]. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1975.

LUZ, Madel. *Medicina e Ordem Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MACHADO, R. *et al.* *A danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*, Graal, Rio de Janeiro, 1978.

MARSH, George Perkins. *Man and Nature* ou *The Earth as Modified by Human Action*. Cambridge: Harvard University Press / Belknap Press, 1964.

MUNFORD, L. (1982), *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. Silva, N. R. da (trad.), 2a. ed., Martins Fontes, São Paulo.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição*. Pensamento Político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2003.

PEITER, Paulo César. *Geografia da Saúde na Faixa de Fronteira Continental do Brasil na Passagem do Milênio*. Rio de Janeiro. UFRJ/IGEO/PPGG, 2005.

PEREIRA FILHO, O. & ALVES, J.R.P. 1999. *Conhecendo o manguezal*. Apostila técnica, Grupo Mundo da Lama, RJ. 4a ed. 10p.

PORTO, José da Costa. *Estudo sobre o sistema sesmarial*. Recife, [Universidade Federal de Pernambuco], Imprensa Universitária, 1965, 201 p.

PRADO, Júnior Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 7ª ed., 1962.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e a revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos Mortos nas Cidades dos Vivos*, Rio de Janeiro. Ed. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1995.

RUSSELL P.F.: *Man's mastery of malaria*. Oxford University Press, London, 1955.

MORAIS, Rosa Helena de S.G. de. A geografia médica e as expedições francesas para o Brasil: uma descrição da estação naval do Brasil e da Prata (1868-1870). *História, Ciências, Saúde –Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p.39-62, jan.-mar. 2007

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHAFFER-NOVELLI, Y. *Manguezal: ecossistema entre a terra e o mar*. São Paulo: Caribbean Ecological Research, 1995.

SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. 1996. *Manguezais: educar para proteger* / Organizado por Jorge Rogério Pereira Alves.- Rio de Janeiro: FEMAR: SEMADS, 2001.

SILVA, M. G. F. *O papel dos médicos na valorização das áreas litorâneas da cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, 2000.

TUAN, Yi-Fu. *Paisagens do Medo*, São Paulo, Ed. Unesp, 2005.

URTEAGA, L. (1980), *Miseria, miasmas y microbios. Las topografías medicas y el estudio del medio ambiente en el siglo XIX*, Revista Geo Critica, nº 29, set., Barcelona.

VANUCCI, Martha. *O manguezal e nós*. São Paulo: FAPESP/IICA, 2001

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Org). *Explorações Geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

VIEIRA FAZENDA, José. “Antiquilhas e Memórias da Cidade do Rio de Janeiro”. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, 5 vols. Rio de Janeiro: IHGB.

WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil Colonial*. RJ: Editora Nova Fronteira, 1994.

Fontes Manuscritas (Códices de mangues e marinhas entre outros documentos consultados no AGCRJ).

- **Mangues:**
 1. Mangues. Volume 1, folha 6.
 - *Código 1-4-31. Mangues. 1817-1848.*
 - *Código 1-4-32. Mangues. 1833.*
 - *Código 1-4-33. Mangues. 1833-1849.*
 - *Código 1-4-35. Medição e avaliação de mangues. 1840-1846.*
 - *Código 1-4-36. Medição e avaliação de mangues. 1851-1885.*
 - *Código 1-4-37. Medição e avaliação de terrenos de marinha da Cidade Nova. 1856-1873.*
 - *Código 1-4-38. Mangues. 1876.*
 - *Código 1-4-39. Mangues. 1892.*
 - *Código 1-4-40. Registro e medição. Terrenos de marinhas e logradouros. 1835-1846.*
 - *Código 1-4-41. Registro e medição. Terrenos de marinhas e logradouros. 1840-1845.*
 - *Código 1-4-42. Mangues. 1855-1866.*
 - *Código 1-4-43. Medição e avaliação (Marinha). 1856-1873.*
 - *Código 1-4-44. Acrescidos. 1863-1879.*
 2. Mangue da Cidade Nova. Volume 2, folha 175 a 177 e 179 a 180.
 - *Código 32-2-8. Abertura, prolongamentos, melhoramentos, desapropriações, aterros, etc. 1846.*
 - *Código 32-2-11. Abertura, prolongamentos, melhoramentos, aterros, etc. 1847.*

- *Código 32-2-12. Idem. 1847-1905.*
- *Código 32-2-13. Idem. 1848.*
- *Código 32-2-14. Idem. 1849-1850.*
- *Código 32-2-15. Idem. 1849-1851.*
- *Código 32-2-16. Idem. 1850-1852.*
- *Código 32-2-17. Idem. 1850-1859.*

3. Mangues nas Praias dos Lázarus, Formosa e Ilhas dos Melões e das Moças. Volume 3, folha 286.

- *Código 46-2-53. Propostas e pareceres dos Vereadores Francisco de Paula Matos e Manoel de Araújo Porto Alegre. 1853.*

- *Código 46-2-67. Melhoramentos na Ilha do Governador. Construção do canal que liga a ilha ao continente. Pretensão de Eduardo José de Moraes Jr. e Júlio Borges Leitão.*

- *Código 46-2-68. Melhoramentos entre Eng. Novo e Santa Cruz. Aberturas de logradouros, edificação, núcleos coloniais, localização de imigrantes, drenagem de terrenos e plantação de vegetação em terrenos insalubres. Escola de Agronomia, mercado em Cascadura, armazéns, exposições agrícolas, etc. Pretensão de Pedro Antônio Fagundes. 1891.*

- Aterros:

1. Aterros. Volume 3, folha. 286.

- *Código 39-4-29. Aterros. Estrada de São Cristóvão. 1840.*

- *Código 39-4-30. Aterro do mangue da Cidade Nova: despesa com a alimentação de presos que trabalham no aterro. 1841-1848.*

- *Código 39-4-31. Aterro de terrenos de marinhas e construção de um paredão na Praia de S. Cristóvão. Requerimento de Francisco Antônio Esberard. 1893-1894.*
- *Código 39-4-32. Aterros de terrenos, a Rua Baronesa, Engenho Novo e do Boulevard de S. Cristóvão, pertencente a Cia. Vila Izabel. 1894-1895.*
- *Código 39-4-33. Aterros no mar, junto a pedreira do Morro da Viúva. Ofício a respeito do capitão do porto. 1910.*
- Canal do Mangue:
 1. Canal do Mangue. Volume 3, folhas 307 e 308.
- *Código 40-3-42. Canal do Mangue. Demarcação e construção, domínios e aforamentos de terrenos. Pretensões e projetos sobre o prolongamento e outros melhoramentos. Limpeza e conservação. 1833-1900.*
- *Código 40-3-43. Demarcação de terras, aberturas de ruas e plantas. Ofício do Ministro do Império Antônio Pinto Chichorro da Gama (1834). Edificação à margem do canal-rascunho de um parecer da Câmara Municipal (1835), e outros assentos. 1834-1839.*
- *Código 40-3-44. Canais do Mangue e da Pavuna. Parecer da Seção do Conselho de Estado dos Negócios do Império. Projeto de Irineu Evangelista de Souza. 1853-1904.*
- *Código 40-3-45. Extrato alfabético do livro Canal do Mangue dos anos: 1864-1876, 1870-1871 e 1856-1858.*
- *Código 40-3-46. Requerimento do Dr. Martin Leocádio, propondo-se a tomar conta da conservação. 1877.*

- *Código 40-3-47. Requerimento e mais papéis sobre a pretensão do Dr. Martin Leocádio Cordeiro de uso e gozo do canal por 30 anos. 1885.*

- *Código 40-3-48. Conservação, melhoramentos, estabelecimento de banhos e exposições industriais. Papéis do Dr. Domingos de Araújo e Luiz Alves Pereira Machado. 1890.*

- *Código 40-3-50. Extrato alfabético do livro Canal do Mangue. 1891-1892.*

- Terrenos pantanosos:

1. Terrenos pantanosos.

- *Código 50-2-28. Terrenos pantanosos. 1830-1831.*

- *Código 50-2-29. Freguesia de Santana. 1830-1879.*

- *Código 50-2-30. Instruções sobre aterros, publicação de editais, modificação de editais, circulares aos fiscais, etc. 1830-1883.*

- Mangue:

- Brasil. Ministério do Império. Comissão de Saneamento da Capital do Império. Relatório sobre o melhoramento do Canal do Mangue apresentado a S. Ex. Sr. Conselheiro de Mamoré por I. I. Revy em 28 de julho de 1886. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1886. 20 p. Código AGCRJ: 628.33 (047) M 665.

Documentos e teses médicas da Biblioteca Nacional.

ALMEIDA, (José Ricardo) Pires de. A água do Vintém perante a Higiene. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1896.

AVÉ-LALLEMANT, Robert Christian Berthold. Observações acerca da epidemia de febre amarela do ano de 1850 no Rio de Janeiro, colhidas nos Hospitais e na Policlínica. Rio de Janeiro, J. Villeneuve e C., 1851, 152 p.

AZEVEDO, Fortunato Corrêa de. Quais os lugares do Rio de Janeiro e seus arrabaldes são mais favoráveis à saúde? Quais os insalubres? Sua sucinta descrição topográfica . Qual a causa da diferença de salubridade? Rio de Janeiro, 1850 (Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 18/12/1850).

CAPANEMA, Gustavo Xavier da Silva. Dos pântanos, considerados como causa de moléstia. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1870 (Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro).

DE SIMONI, Luiz Vicente. Relatório dos trabalhos da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro desde a sua fundação em 30 de junho de 1829 até março de 1831. Rio de Janeiro: Na Typ. Imperial de E. Seignot-Plancher, 1831, 42 p.

_____. Relatório dos trabalhos da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, desde 24 de abril de 1831 até 30 de junho de 1832. Rio de Janeiro: Na Tip Imperial e Const. de Seignot-Plancher e Cia, 1832, 44 p.

_____. Relatório do trabalho da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro desde 3 de junho de 1836 até 30 de junho de 1837. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de F. P. Brito, 1837.

_____. Relatório dos trabalhos e estado da Academia Imperial de Medicina. Rio de Janeiro, lido na sessão pública de 30 de junho de 1838. Typ. Imparcial de F. de P. Brito, 1838, 16 p.

DOCUMENTOS pertencentes à proposta do Coronel Engenheiro Hidráulico José Guasque ao Governo Imperial de formar a Companhia de Fomento e Formosura do Município, objetivando o aterro do Mangue da Cidade Nova e a urbanização do local. Rio de Janeiro, 19/7/1836-18/8/1838. Originais, 23 docs.

FARIA, Benjamin Antonio da Rocha. Do mefitismo telúrico. Rio de Janeiro, Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1888 (Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro).

FONSECA, Adolpho Arthur Ribeiro da. Das emanações palustres. Rio de Janeiro: G. Leuzinger, 1876 (Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro).

LAGOA, Francisco de Paula Pereira. Dos pântanos existentes no Rio de Janeiro e seus arrabaldes. Qual a influencia que exercem sobre os habitantes de suas imediações, segundo provão factos de observação local? Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1853, 39 p. (Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro).

MEMORIAL. Drenagem dos terrenos pantanosos ou saneamento da cidade do Rio de Janeiro e seus arrabaldes. Rio de Janeiro, 1882.

SILVA, Manoel Vieira da. Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais Conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Na Impressão Régia, 1808.

REPRESENTAÇÃO de Inácio José dos Santos e outros moradores à beira-mar e ilhas fronteiras à Freguesia de Irajá a S.M., denunciando a proibição ilegal do uso comum dos mangues defronte às terras de Teresa Angélica de Jesus e do seu sócio Capitão Domingos José Correia de Araujo, e solicitando expedir à intendência-geral da Polícia aviso onde se declarassem livres, além da pesca, o trânsito por aqueles mangues e o corte de suas lenhas. Rio de Janeiro, 1817. Original, 6 doc., 16 p.

REPRESENTAÇÃO de Silvestre de Souza, proprietário de uma fábrica de cal na ilha de Brocoió, a S.M. solicitando a proibição expressa do corte de mangues e sereíbas nas fazendas alheias. Rio de Janeiro, ca. jun. 1818.

Sucinta exposição do movimento sanitário da cidade do Rio de Janeiro durante o ano findo de 15 de abril de 1851 a 15 de abril de 1852, e em particular o movimento da febre amarela, apresentado ao Ministério do Império pelo Dr. ..., presidente da Junta de Higiene Pública. *Anaes Brasilienses de Medicina*, 7 (8), maio 1852, pp. 189-194.

ANEXOS

Ano	Local	Posseiro	CÓDICE 1.4.40 - AGCRJ		Lado direito	Lado Esquerdo
1835	Praia da Gamboa	Joaquim José Pereira de Faro	Terreno nº 1, onde tem edificado um muro de pedra seca e aterro	braças e sete palmos.	Trapiche da Saúde	Bento José Gomes
1835	Praia da Gamboa	Bento José Gomes	Terreno nº 2, edificado com casa térrea e jardim na frente	37 braças e 6 palmos.	Joaquim José Pereira Faro	Joaquim José Pereira Faro
1835	Praia da Gamboa	Joaquim José Pereira Faro	Terreno nº 3, edificado com um cais de pedra	-	-	-
1835	Praia da Gamboa	Joaquim Antônio Teixeira e João Alves de Souza Guimarães	Terreno nº 4, que tem edificado um cais de pedra seca e ponte de pau	15 braças e 9 palmos.	Joaquim José Pereira Faro	Barbosa Rosa de Souza
1835	Praia da Gamboa	Bárbara Rosa de Souza	Terreno nº 5, em que tem edificado cais de pedra seca	7 braças e 3 palmos	Joaquim Antônio Ferreira e João Alves de Souza Guimarães	Joaquim Francisco de Faria
1835	Praia da Gamboa	Joaquim Francisco de Faria	Terreno nº 6, em que tem beneficiado com aterro	10 braças 1 palmo	Barbosa Rosa de Souza	Herdeiros de José Rodrigues Ferreira
1835	Praia da Gamboa	Herdeiros de José Rodrigues Ferreira	Terreno nº 7, em que tem edificado cais de pedra seca	11 braças e 5 palmos	Joaquim Francisco de Faria	Lourenço Western & Outros
1835	Praia da Gamboa	Lourenço Western & Outros	Terreno nº 8, em que tem edificado uma casa de sobrado com armazém e cais de alvenaria	44 braças	Herdeiros de José Rodrigues de Faria	João Evangelista de Paula Ribeiro
1835	Praia da Gamboa	João Evangelista de Paula Ribeiro	Terreno nº 9, em que tem edificado uma casa térrea e cais de alvenaria	11 braças e 9 palmos	Lourenço Western & Outros	Justiniano Francisco Leite
1835	Praia da Gamboa	Justiniano Francisco Leite	Terreno nº 10, em que tem edificado uma casa térrea e cais de alvenaria	3 braças e 5 palmos	João Evangelista de Paula Ribeiro	Maximiana Francisca
1835	Praia da Gamboa	Maximiana Francisca	Terreno nº 11, em que tem beneficiado com aterro	12 braças e 8 palmos	Francisca Antônia de Souza	Justiniano Francisco Leite
1835	Praia da Gamboa	Francisca Antônia de Souza	Terreno nº 12, em que tem edificado cais de alvenaria	4 braças e palmos e meio	Maximiana Francisca	Rua do Propósito
1835	Praia da Gamboa	Antônio José Pereira	Terreno nº 13, em que tem beneficiado com aterro de pedra seca	2 braças e 1 palmo	Rua do Propósito	Antônio José Pereira
1835	Praia da Gamboa	Antônio José Pereira	Terreno nº 14	2 braças	Antônio José Pereira	Jorge Joaquim de Almeida
1835	Praia da Gamboa	Jorge Joaquim de Almeida	Terreno nº 15, em que tem edificado casa e aterro de alvenaria	4 braças e 7 palmos	Antônio José Pereira	Herdeiros de José Rodrigues Ferreira
1835	Praia da Gamboa	Herdeiros de José Rodrigues	Terreno nº 16, em que tem edificado uma casa de sobrado na frente da praia	12 braças e 1 palmo	Jorge Joaquim de Almeida	Rua do Cemitério

		Ferreira				
1835	Praia da Gamboa	Manoel Borges Monteiro	Terreno nº 17, em que tem edificado uma casa de sobrado e duas terras na frente da praia	3 braças	Rua do Cemitério	João Alves Carneiro
1835	Praia da Gamboa	João Alves Carneiro	Terreno nº 18, em que tem edificado casa de sobrado na frente da praia e ponte de pau	3 braças e 2 palmos	Manoel Borges Monteiro	Herdeiros de Narciso Luiza Alves
1835	Praia da Gamboa	Herdeiros de Narciso Luiz Alves	Terreno nº 19, em que tem edificado uma casa térrea na frente da praia	1 braça	João Alves Carneiro	José Francisco da Silva
1835	Praia da Gamboa	José Francisco da Silva	Terreno nº 20, em que tem edificado uma casa térrea na frente da praia	1 braça e 2 palmos	Herdeiros de Narciso Luiz Alves	Manoel Dias da Cunha
1835	Praia da Gamboa	Manoel Dias da Cunha	Terreno nº 21, em que tem edificado cinco casas térreas na frente da praia	6 braças e 1 palmo	José Francisco da Silva	José Francisco da Silva
1835	Praia da Gamboa	José Francisco da Silva	Terreno nº 22, em que tem edificado uma casa térrea com aterro de pedra seca na frente da praia	2 braças e 1 palmo	Manoel Dias da Cunha	Antônio Soares Pinto
1835	Praia da Gamboa	Antônio Soares Pinto	Terreno nº 24, em que tem edificado uma casa de sobrado e aterro	1 braça e 8 palmos	José Francisco da Silva	Antônio Jesus Antunes
1835	Praia da Gamboa	Antônio de Jesus Antunes	Terreno nº 24, em que tem edificado uma casa térrea na frente da praia	1 braça e 9 palmos	Antônio Soares Pinto	Manoel Francisco Alves
1835	Praia da Gamboa	Manoel Francisco Alves	Terreno nº 25, em que tem edificado uma casa térrea na frente da praia	1 braça e 8 palmos	Antônio de Jesus Antunes	Joaquim de Matos Costa
1835	Praia da Gamboa	Joaquim de Matos Costa	Terreno nº 26, em que tem edificado um telheiro e aterro de alvenaria	10 braças e 7 palmos	Manoel Francisco Álvares	Conde de Gestar
1835	Praia da Gamboa	Conde de Gestar	Terreno nº 27, em que tem edificado um armazém e aterrado parte da praia	14 braças e 3 palmos	Joaquim de Matos Costa	Rua Nova do Livramento
1835	Praia da Gamboa	Ignácia Maria Teles de Menezes Ramalho	Terreno nº 28, em que tem edificado duas casas, uma de sobrado e outra térrea; e aterro de pedra seca na frente da praia	6 braças e 3 palmos	Rua Nova do Livramento	Antônio Pires Barbosa
1835	Praia da Gamboa	Antônio Pires Barbosa	Terreno nº 29, em que tem edificado uma casa térrea na frente da praia e aterro de pedra seca	2 braças	Dona Ignácia Maria Teles de Menezes Ramalho	Barão de Vila Bela
1835	Praia da Gamboa	Barão de Vila Bela	Terreno nº 30, em que tem edificado uma casa térrea na frente da praia	4 braças e 2 palmos	Antônio Pires Barbosa	Faustino Maria de Lima
1835	Praia da Gamboa	Faustino Maria de Lima	Terreno nº 31, em que está edificado uma casa de sobrado na frente da praia	1 braça e 9 palmos	Barão de Vila Bela	Bernardina Guilhermina de Lima
1835	Praia da Gamboa	Bernardina Guilhermina de Lima	Terreno nº 32, em que tem edificado uma casa térrea na frente da praia e aterro de pedra seca	5 braças e 2 palmos	Faustino Maria de Lima	Antônio Alves Machado
1835	Praia da Gamboa	Antônio Alves Machado	Terreno nº 33, em que tem edificado uma casa térrea na frente da praia e aterro de pedra seca	6 braças e 6 palmos	Bernardina Guilhermina de Lima	Cemitério dos Ingleses

1835	Praia da Gamboa	Cemitério dos Ingleses	Terreno de nº 34, onde está edificado o Cemitério dos Ingleses e cais de pedra seca	30 braças e 5 palmos	Antônio Alves Machado	Catarina Rosa de Carvalho
1835	Praia da Gamboa	Catarina Rosa de Carvalho	Terreno de nº 34, em que tem edificado uma casa térrea e aterro na frente da praia	8 braças	Cemitério dos Ingleses	Manoel Fernandes Pereira
1835	Praia da Gamboa	José Manoel Ferreira Pereira	Terreno de nº 36, em que tem edificado uma casa de sobrado e jardim com cais de pedra na praia	11 braças e 7 palmos	Catarina Rosa de Carvalho	José da Costa Araújo Barros
1835	Praia da Gamboa	José da Costa de Araújo Barros	Terreno nº 37, em que tem edificado o Trapiche da Gamboa e parte do terreno com aterro de alvenaria na praia	28 braças e 8 palmos	José Manoel Ferreira Pereira	Beco da Gamboa
1835	Praia da Gamboa	Francisco Diogo da Silva	Terreno nº 38, em que tem edificado uma casa de sobrado na frente da praia	1 braça e 6 palmos	Beco da Gamboa	Manoel Gomes Sardinha
1835	Praia da Gamboa	Manoel Gomes Sardinha	Terreno de nº 39, em que tem edificado uma casa térrea na frente da praia e aterro de alvenaria	2 braças	Francisco Diogo da Silva	José Antônio Sardinha
1835	Praia da Gamboa	José Antônio Sardinha	Terreno de nº 40, em que tem edificado uma casa térrea na frente da praia e aterro de alvenaria	2 braças	Manoel Gomes Sardinha	Joaquim de Matos Costa
1835	Praia da Gamboa	Joaquim de Matos Costa	Terreno de nº 41, em que tem edificado duas casas térreas na frente da praia e aterro	4 braças e 6 palmos	José Antônio Sardinha	Joaquim Ferreira dos Santos
1835	Praia da Gamboa	Joaquim Ferreira dos Santos	Terreno de nº 42, em que tem edificado uma casa térreas na frente da praia e aterro de alvenaria	4 braças e 9 palmos	Joaquim de Matos Costa	Antônio Rodrigues
1835	Praia da Gamboa	Antônio Rodrigues	Terreno de nº 43, em que tem edificado duas casas térreas na frente da praia e aterro	6 braças e 5 palmos	Joaquim Ferreira dos Santos	Silvéria Francisca de Melo
1835	Praia da Gamboa	Dona Silvéria Francisca de Melo	Terreno de nº 44, em que tem edificado uma casa térrea na frente da praia e aterro	2 braças e 3 palmos	Antônio Rodrigues	Antônio Pinheiro de Carvalho
1835	Praia da Gamboa	Antônio Pinheiro de Carvalho	Terreno nº 45, em que tem edificado uma casa de sobrado e aterro na frente da praia	2 braças e 3 palmos	Dona Silvéria Francisca de Melo	Joaquim de Matos Costa
1835	Praia da Gamboa	Joaquim de Matos Costa	Terreno de nº 46, em que tem edificado uma casa de sobrado e aterro na frente da praia	3 braças	Antônio Pinheiro de Carvalho	Rua da União
1835	Praia da Gamboa	José da Cunha Pinheiro	Terreno de nº 47, em que tem edificado dez casas térreas e aterro na frente da praia	22 braças e 4 palmos	Rua da União	Luiz José Lopes Ferraz
1835	Praia da Gamboa	Luiz José Lopes Ferraz	Terreno de nº 48, em que tem edificado duas casas de sobrado e cinco térreas com cais de pedra seca	9 braças e 5 palmos	José da Cunha Pinheiro	André Caetano de Araújo
1835	Praia da Gamboa	André Caetano de Araújo	Terreno de nº 49, em que tem edificado um armazém e aterro de alvenaria	2 braças e 6 palmos	Luiz José Lopes Ferraz	Francisco da Cunha Pinheiro
1835	Praia da Gamboa	Francisco da Cunha	Terreno de nº 50, em que tem beneficiado com aterro de	14 braças e	Antônio Caetano de	Gabriel Ferreira da Cruz

		Pinheiro	alvenaria	4 palmos	Araújo	
1835	Praia da Gamboa	Gabriel Ferreira da Cruz	Terreno de nº 51, em que tem beneficiado com aterro de alvenaria	48 braças e 6 palmos	Francisco da Cunha Pinheiro	Joana Máxima Leite Pereira
1835	Praia da Gamboa	Joana Máxima Leite Pereira	Terreno de nº 52, em que tem edificado uma casa térrea, aterro e cais de pedra	8 braças	Gabriel Ferreira da Cruz	Gabriel Ferreira da Cruz
1835	Saco do Alferes	Gabriel Ferreira da Cruz	Terreno de nº 53, em que tem beneficiado com aterro de pedra seca	48 braças	Máxima Leite Pereira	Terreno em litígio e disputado por José da Cunha Pinheiro e João de Muros
1835	Saco do Alferes	José da Cunha Pinheiro	Terreno nº 54, em que tem beneficiado com aterro de pedra seca	27 braças e 7 palmos	Gabriel Ferreira da Cruz	José da Cunha Pinheiro
1835	Saco do Alferes	José da Cunha Pinheiro	Terreno de nº 55, em que tem beneficiado com aterro e cais de alvenaria, em frente do muro de sua chácara	59 braças e 9 palmos	João de Muros e José da Cunha Pinheiro (litigantes)	Manoel Francisco do Espírito Santo
1835	Saco do Alferes	Manoel Francisco do Espírito Santo	Terreno de nº 56, em que tem beneficiado com pedra seca e com casa térrea e telheiro em frente da praia	-	José da Cunha Pinheiro	José Ignácio Coimbra
1835	Saco do Alferes	José Ignácio Coimbra	Terreno de nº 57, em que tem beneficiado com cais de pedra	2 braças e meio palmo	Manoel Francisco do Espírito Santo	Gabriel Pinto de Almeida
1835	Saco do Alferes	Gabriel Pinto de Almeida	Terreno de nº 58, em que tem edificado uma casa térrea em frente de um cais de alvenaria	19 braças e 7 palmos	José Ignácio Coimbra	Francisco Diogo da Silva
1835	Saco do Alferes	Francisco Diogo da Silva	Terreno de nº 59, em que tem beneficiado com aterro de alvenaria	6 braças e 3 palmos	Gabriel Pinto de Almeida	Geraldo Pereira
1835	Saco do Alferes	Geraldo Pereira	Terreno de nº 60, em que tem beneficiado com aterro de alvenaria	1 braça e 6 palmos	Francisco Diogo da Silva	Manoel Bernardes Camelo
			Obs: Todos os terrenos de frente para o mar.			

Ano	Local	Posseiro	Valor pago
1840	Praia do Valongo	Manoel Rodrigues Borges	7\$710
1840	Saco do Alferes	Francisco Gonçalves da Costa	13\$670
1840	Saco do Alferes	Avaliadores	8\$000
1840	Saco do Alferes	Francisco Gonçalves da Costa	14\$620
1840	Saco do Alferes	Avaliadores	8\$000
1840	Saco do Alferes	Francisco Gonçalves da Costa	14\$340
1840	Saco do Alferes	Avaliadores	8\$000
1840	Saco do Alferes	Francisco Gonçalves da Costa	16\$240
1840	Saco do Alferes	Avaliadores	8\$000
1840	Saco do Alferes	Francisco Faleiro	10\$920
1840	Saco do Alferes	Avaliadores	8\$000
1840	Praia do Saco do Alferes	Manoel Teixeira Simões	16\$380
1840	Praia do Saco do Alferes	Avaliadores	8\$000
1840	Praia da Gamboa	Joaquim Ferreira Alves	17\$160
1840	Praia da Gamboa	Avaliadores	8\$000
1840	Praia de Dom Manoel	José Vieira Maciel	25\$040
1840	Praia de Dom Manoel	Avaliadores	8\$000
1840	Praia de Dom Manoel	Jesuíno José da Mota	20\$560
1840	Praia de Dom Manoel	Avaliadores	8\$000
1840	Praia de Dom Manoel	Rosa da Rocha Monteiro	23\$060
1840	Praia de Dom Manoel	Avaliadores	8\$000
1840	Rua de Dom Manoel	João Narciso de Brito	31\$180
1840	Rua de Dom Manoel	Avaliadores	8\$000
1840	Saco do Alferes	Custódio José da Costa	8\$300
1840	Saco do Alferes	Avaliadores	8\$000
1840	Rua de Dom Manoel	José Antunes de Oliveira	24\$510
1840	Rua de Dom Manoel	Avaliadores	8\$000
1840	Praia da Saúde	José da Costa Timóteo	9\$660
1840	Praia da Saúde	Avaliadores	8\$000
1840	Saco do Alferes	Dona Apolinária Maria da Conceição.	26\$400
1840	Saco do Alferes	Avaliadores	8\$000
1840	Saco do Alferes	José Ferreira Maia	31\$720
1840	Saco do Alferes	Avaliadores	8\$000
1840	Saco do Alferes	José Ferreira Maia	20\$890
1840	Saco do Alferes	Avaliadores	8\$000
1840	Saco do Alferes	Dona Rosa Maria do Amor Divino	6\$560
1840	Saco do Alferes	Avaliadores	8\$000
1840	Saco do Alferes	Dona Francisca do Espírito Santo Menezes	9\$620
1840	Saco do Alferes	Avaliadores	8\$000
1840	Saco do Alferes	Dona Jesuína Rosa do Amor Divino	9\$220
1840	Saco do Alferes	Avaliadores	8\$000
1840	Saco do Alferes	João Ignácio Miguel	10\$760
1840	Saco do Alferes	Avaliadores	8\$000
1840	Praia de Santa Luzia	José Joaquim Leal	5\$610
1840	Praia de Santa Luzia	Avaliadores	8\$000
1840	Rua de São Francisco da Prinha	João Correia dos Santos	12\$942
1840	Praia da Gamboa	Joaquim Pereira Pederneira	5\$660
1840	Praia da Gamboa	Avaliadores	8\$000
1840	Praia da Gamboa	Joaquim Pereira Pederneira	11\$220

1840	Praia da Gamboa	Avaliadores	8\$000
1841	Praia da Gamboa no Lazareto	Antônio Ferreira Alves	71\$520
1841	Praia da Gamboa no Lazareto	Avaliadores	8\$000
1841	Praia da Gamboa no Lazareto	Dona Rosa Antônia da Soledade Ferreira e mais herdeiros	17\$370
1841	Praia da Gamboa no Lazareto	Avaliadores	8\$000
1841	Praia da Gamboa no Lazareto	Antônio Ferreira do Nascimento	6\$318
1841	Praia da Gamboa no Lazareto	Avaliadores	8\$000
1841	Praia da Gamboa	Antônio Pires Barbosa	8\$573
1841	Praia da Gamboa	Avaliadores	8\$000
1841	Aterrado	João Bernardo de Carvalho	18\$760
1841	Aterrado	Avaliadores	8\$000
1841	Ilha das Cobras	Antônio Pereira dos Santos	6\$393
1841	Ilha das Cobras	Avaliadores	8\$000
1842	Praia da Gamboa	Manoel Gomes dos Santos	8\$000
1842	Porto de Maria Angu	Francisco Ignácio Rodrigues	12\$293
1842	Porto de Maria Angu	Avaliadores	8\$000
1842	Praia Formosa	Félix Antônio da Silva	10\$673
1842	Praia Formosa	Avaliadores	8\$000
1842	Praia Formosa	Félix Antônio da Silva	20\$333
1842	Praia Formosa	Avaliadores	8\$000
1842	Valongo	José da Mota e Silva	7\$050
1842	Valongo	Avaliadores	8\$000
1842	Praia de Dom Manoel	Doutor Miguel Eugênio Nogueira	6\$550
1842	Praia de Dom Manoel	Avaliadores	8\$000
1842	Prainha	Herdeiros de Manoel Fernandes da Silva	7\$193
1843	Saco do Alferes	Custódio José da Costa	7\$043
1843	Saco do Alferes	Avaliadores	8\$000
1843	Ilha das Cobras	João Martins de Almeida	23\$793
1843	Ilha das Cobras	Avaliadores	8\$000
1843	Praia da Saúde	João Antônio Alves	6\$793
1843	Praia da Saúde	Avaliadores	8\$000
1843	Praia da Saúde	Sebastião José Coelho de Albuquerque	6\$143
1843	Praia da Saúde	Avaliadores	8\$000
1843	Porto de Maria Angu	Dona Mariana Josefa de Mascarenhas e Dona Leonor de Oliveira Mascarenhas	12\$293
1843	Porto de Maria Angu	Avaliadores	8\$000
1843	Praia da Saúde	Joaquim Lopes da Silva Bastos	6\$068
1843	Praia da Saúde	Avaliadores	8\$000
1844	Saco do Alferes	João Carlos Vicente de Lima e José Carlos Mayrink	6\$312
1844	Saco do Alferes	Avaliadores	8\$000
1844	Gamboa	Manoel Gomes dos Santos	7\$493
1844	Valongo	Dona Maria do Amparo	6\$798
1844	Valongo	Avaliadores	8\$000
1844	Fazenda da Pedra	Dona Mariana Josefa Mascarenhas e Dona Leonor de Oliveira Mascarenhas	1:066\$793
1844	Fazenda da Pedra	Avaliadores	8\$000
1844	Ponta do Caju	José Maria Gomes	46\$043

1844	Ponta do Caju	Avaliadores	8\$000
1844	Prainha	Herdeiros de José Francisco Alves e o herdeiro de Manoel da Cunha	15\$542
1844	Prainha	Avaliadores	8\$000
1844	Saco do Alferes	João Carlos Vicente de Lima e José Carlos Mayrink	7\$343
1844	Saco do Alferes	Avaliadores	8\$000
1844	Gamboa	Justiniano José Ferreira	5\$893
1844	Gamboa	Avaliadores	8\$000
1844	Praia Formosa	João Vieira de Almeida	6\$293
1844	Praia Formosa	Avaliadores	8\$000
1844	Praia Formosa	João Viera de Almeida	5\$818
1844	Praia Formosa	Avaliadores	8\$000
1844	Praia Formosa	Luiz Antônio Lucas	7\$693
1844	Praia Formosa	Avaliadores	8\$000
1844	Ilha das Cobras	Diogo Lourenço McNance	9\$143
1844	Ilha das Cobras	Avaliadores	8\$000
1844	Lapa do Desterro	Ordem Religiosa dos Carmelitas	30\$043
1844	Lapa do Desterro	Avaliadores	8\$000
1844	São Cristóvão	Antônio Joaquim de Souza Freire	29\$793
1844	São Cristóvão	Avaliadores	8\$000
1844	Saco da Raposa	Antônio José de Carvalho	27\$143
1844	Saco da Raposa	Avaliadores	8\$000
1844	Saco da Raposa	Antônio José de Carvalho Filho e Doutor Antônio Carlos de Carvalho	13\$993
1844	Saco da Raposa	Avaliadores	8\$000
1844	Saco da Raposa	Domingos José de Almeida	68\$293
1844	Saco da Raposa	Avaliadores	8\$000
1844	Saco da Raposa	José Manoel de Carvalho	79\$793
1844	Saco da Raposa	Avaliadores	8\$000
1844	Saco da Raposa	José Manoel de Carvalho	20\$793
1844	Saco do Alferes	Avaliadores	8\$000
1844	Ilha das Cobras	João Antônio de Almeida	15\$793
1844	Ilha das Cobras	Avaliadores	8\$000
1844	Ilha das Cobras	João Antônio de Almeida	7\$543
1844	Ilha das Cobras	Avaliadores	8\$000
1844	Ilha das Cobras	Manoel Ferreira de Jesus	6\$013
1844	Ilha das Cobras	Dona Rita Brás do Couto	9\$793
1844	Ilha das Cobras	Antônio Francisco Chaves	5\$893
1844	Ilha das Cobras	Antônio Francisco Chaves	9\$093
1844	Ilha das Cobras	Vitorino Pinto de Sampaio	5\$993
1844	Ilha das Cobras	Manoel Gomes Sardinha	5\$743
1844	Ilha das Cobras	José Antônio Sardinha	5\$743
1844	Ilha das Cobras	José Francisco da Silva	5\$893
1844	Ilha das Cobras	Justiniano Francisco da Silveira	6\$293
1844	Ilha das Cobras	Firmina Rosa de Oliveira	21\$629
1844	Ilha das Cobras	Dona Maria da Conceição de Jesus	6\$043
1844	Ilha das Cobras	Antônio Alves Machado de Carvalho	7\$793
1844	Ilha das Cobras	João Francisco de Souza	13\$293
1845	Ilha das Cobras	Francisco Gonçalves da Costa	6\$293
1845	Ilha das Cobras	Rafael da Cunha Cabral	8\$093
1845	Guaratiba	Felizardo Antônio Ribeiro	104\$793
1845	Praia de São Cristóvão	Antônio Correia Viana	6\$468

1845	Praia de São Cristóvão	Francisco de Araújo Landim	7\$843
1845	Praia do Saco da Raposa	Domingos Matos Nunes	19\$443
1845	Guaratiba	Religiosos Carmelitas	2:004\$793
1845	Gamboa	Antônio Ribeiro	5\$843
1845	Guaratiba	Francisco Antônio Pereira de Carvalho	9\$193
1845	Praia da São Cristóvão	José Gomes Ribeiro	12\$943

Ano	Local	Identificação	Vendedor	Comprador	Medidas	Valor
1856	Rua de Dona Josefa, continuação da Rua de Paula Matos	Terreno	Doutor Antônio José de Araújo	Henrique Eugênio Mallet	8 braças de frente, tendo destas 4 braças o fundo de 25 braças e as outras 4 braças o fundo de 14 braças	1:080\$000
1856	Ponta do Caju, no lugar denominado Retiro Saudoso	Terreno	José Maria Fragoso	Doutor Francisco Luiz Barrandon	61 braças de frente e 15 de fundos	80\$000 por braça
1856	Rua Dona Maria, no Morro do Neves	Terreno	Jacinto Luiz de Souza	Antônio Duarte Valongo	3 braças de frente e de fundos 19 braças	700\$000
1856	Rua do Príncipe dos Cajueiros	Terreno	Joaquim Duque Estrada Furtado de Mendonça	Elói José Alves	3 braças de frente e 38 de fundos para a Rua da Princesa	200\$000 por braça
1856	Rua Larga de São Joaquim, canto do Núncio	Casa térrea, nº 199	João José da Silva Machado	Francisco Gonçalves de Moura	19 palmos de frente e 83 de fundo	4:300\$000
1856	Rua de São Diogo	Terreno	José Joaquim de Lima Mendonça	Manoel Coelho Moreira	4 braças de frente e 29 e 7 palmos de fundos	3:300\$000
1856	Rua Real Grandeza	Terreno	João Henriques Soares e Ladislau José dos Reis	Francisco José da Costa Lima	12 braças de frente com 62 de fundo. Confronta à direita com Dona Maria Cláudia; e à esquerda com os vendedores; pelo fundo com Antônio Marques Batista de Leão e na frente com a mencionada Rua Real Grandeza	3:000\$000
1856	Rua da Pedreira da Candelária	Casa térrea	João José de Souza Quintanilha	Luiz Antônio Alves de Carvalho	30 palmos de frente, 94 de fundo e 60 de quintal. Confronta à esquerda com José Francisco da Costa Miranda, à direita com Antônio do Rego & Outros, pelos fundos com Souto e Paiva e na frente com a mencionada Rua da Pedreira da Candelária	2:000\$000
1856	Rua da Saúde, no lugar denominado Pedra do Sal	Trapiche nº 76 e 78	Comendador Francisco Teixeira de Miranda (gerente da Cia. de Navegação Macaé e Campos)	José de Araújo Rangel	85 palmos e 2 polegadas de frente sendo as paredes laterais de [amiação] e de fundos 28 braças e 6 palmos	100:000\$000
1856	Rua do Engenho Velho	Terreno que ganha para frente com o	Dona Ana Rita Vilela	Não mencionado	10 braças de frente ganhando uma superfície de 15 braças quadradas, calculando cada	49\$995

		novo alinhamento			braça de frente com 120 de fundos a razão de 400\$000 réis por braça, vem a valer cada braça quadrada 3\$333 réis	
1856	Rua de São Pedro	Prédios n° 319 e 321. O 1° com um pequeno sobradinho e o 2° térreo em meia água	Doutor Sebastião José de Carvalho	João Brás da Cunha	58 1/2 palmos de frente, 150 de fundos de má construção e divididos em cubículos. Confrontações: pelo lado da cidade com o Doutor Pelegrino José de Freire, pelo lado do Campo com os herdeiros do Visconde de Vila Nova do Minho e pelos fundos com o vendedor	11:300\$000
1856	Rua do Morro da Formiga	Terreno	Manoel Nogueira Duarte	Domingos Antônio de Avelar	6 braças de frente e de fundos 11	900\$000
1856	Rua de São Diogo	Terreno	Francisco José Pinto Caminha	Francisco Pedro Henrique	12 palmos de frente na Rua de São Diogo e de fundos pela Rua do Porto 30 braças acabando com 8 palmos de largura	800\$000
1856	Rua da Pedreira da Glória, n° 53	Terreno e um telheiro	Dona Umbelina Carlota dos Querubins	Manoel José Rodrigues Torres	53 palmos de frente, com 130 de fundo, tendo um buracão a um lado encravado no mesmo terreno com 35 palmos de frente por 42 de fundo	2:000\$000
1856	Canos da Carioca	Uma casa térrea	Joaquim da Fonseca Guimarães	Joaquim Antônio Camarinha	43 palmos de frente sobre 23 de fundo	2:000\$000
1856	Rua Formosa	Uma morada de casa térrea n° 122	Antônio Manoel da Rocha	Marcelino de Almeida Ribeiro	26 palmos de frente, uma porta e duas janelas e de fundos 117 palmos, um pequeno quintal com 27 palmos e 5 polegadas de fundos	3:000\$000
1856	Rua do Hospício	Metade da pequena casa térrea de uma só porta n° 208	Antônio Joaquim da Cunha	Antônio Eulálio de Oliveira Pinto	12 palmos e 1 quarto de frente, 68 palmos de fundo e 15 de quintal	1:000\$000
1856	Rua de São Pedro	Uma casa térrea	Agostinho Pereira Cardoso	José da Costa Ferreira	19 1/2 palmos de vivo sobre 95 de fundos	4:000\$000
1856	Largo do Moura	Terreno	Diogo Manoel de França	Não mencionado	550 palmos quadrados	183\$150
1856	Rua da Saúde	Uma morada de casa de sobrado n° 185	Manoel Francisco Pedroso	João Coelho da Silva Júnior	32 palmos de frente e 353 palmos de fundos e 1 um terreno com 89 palmos até ao mar constando de um armazém entre a referida casa com três portas na frente sacadas de cantaria e grade de ferro	28:000\$000
1856	Rua Velha de São Diogo	Terreno	Ângelo José de Moraes	Domingos Marques de Oliveira	15 palmos e 4 polegadas de frente e 15 braças de fundos	550\$000
1856	Rua da Alfândega e Senhor dos Passos	Prédios n° 345, na Rua da Alfândega (sobrado) e 180 e 182 na	Rafael Pereira de Carvalho	Antônio Francisco Martins	O 1° 36 palmos de frente, 76 de fundo, 25 de cozinha e 20 de quintal; o 2° 36 palmos de frente, 47 de fundo e 46 de quintal (sendo esta uma meia água) e o	13:000\$000

		Rua do Senhor dos Passos (térreos)			3° 21 1/2 palmos de frente, 65 1/2 de fundo e 56 de quintal todo aberto em armazém	
1856	Rua dos Inválidos	Uma morada de casa térrea nº 82	Albino da Silva Santos e outros herdeiros	Exmo. Sr. Desembargador Albino José Barbosa	28 palmos e 5 polegadas de frente, 1 porta e 2 janelas e de fundos 117 palmos, 65 palmos de quintal	6:000\$000
1856	Rua de Santa Cristina	Um terreno	Conselheiro José Maria Velho da Silva	Francisco Machado Lopes	8 braças de frente na Rua de Santa Cristina, com fundos até a travessa do mesmo nome	1:600\$000
1856	Rua da Alfândega	Casa térrea nº 329	Manoel Gonçalves dos Santos	Albino da Silva Santos	21 palmos de frente na Rua da Alfândega, 111 de fundos, alargando nesse ponto mais 21 palmos, que perfaz 42 até a Rua do Senhor dos Passos, onde faz frente; com 104 de fundos, cujo terreno serve de quintal a casa da Rua da Alfândega	7:000\$000
1856	Rua da Pedreira da Candelária	Terreno	Rego e Bastos	João Coelho de Souza	155 palmos de fundos sobre 85 de largura, terreno central, nos fundos das casas de José Antunes Batista e outro	2:500\$000
1856	Cosme Velho, um pouco acima das Águas Férreas	Um terreno	Honorata Rosa do Nascimento	Bernardino José Maria	9 braças de frente sendo esta no prolongamento do rio, e fundos até o caminho que divide com Peixoto	360\$000
1856	Rua da Conceição	Uma porção de terreno que o impetrante ganha sobre a rua em consequência da arruação a que se procedeu	Francisco do Lago	Não mencionado	35 palmos quadrados de superfície	400 réis por palmo, o que perfaz o total de 14\$000 réis
1856	Rua de São Diogo	Um terreno	Felipe Francisco de Lima	Silvana Rosa da Encarnação	7 braças de frente e 21 e 6 palmos de fundos, termo médio	6:000\$000
1856	Morro do Neves, na rua do mesmo nome	Uma morada de casa térrea	Feliciano Gonçalves	Plácido Gomes da Silva	32 palmos e 4 polegadas de frente e 116 palmos de fundos tendo o terreno pertencente a dita casa 14 braças e 3 palmos e 4 polegadas de frente e de fundos 27 braças e 3 palmos	12:000\$000
1856	Rua do Senhor dos Passos	Casa térrea nº 212	Félix José Monteiro	Francisco Gonçalves de Moura	15 palmos de frente sobre 39 de fundo, não tem quintal	1:300\$000
1856	Rua de São Clemente	Um terreno	João Henriques Soares & Outros	Diversos	52 braças de frente sobre 30 de fundos	11:000\$000
1856	Rua do Lavradio onde se	Um terreno	Antônio Domingos Bastos	Pedro Nolasco de Horta Forjas Pais Leme	166 palmos de frente, com fundos até encostar ao muro que divide com Santo Antônio no alto	800\$000 réis por braça

	acham as casas n° 69, 69A e 69B				do morro sendo este terreno nos fundos irregular que vem a ter 102 palmos de largura	
--	--	--	--	--	--	--

Ano	Local	Identificação	Vendedor	Comprador	Medidas	Valor
1857	Rua de Botafogo	Uma parte da chácara da impetrante	Dona Maria Eugênia Guedes Pinto	João de Oliveira Couto	10 braças e 8 palmos e meio sobre 34 braças e 3 palmos e meio de fundo, cercado com muro pela frente da Rua de Botafogo, e pequeno baldrame pela frente da Rua de Santa Tereza, com alguma plantação de capim	10:000\$000
1857	Rua das Laranjeiras	Um terreno	João Coelho Gomes	Não mencionado	Pela arruação a que se procedeu nesta, o impetrante investiu sobre a rua 3 palmos na extremidade direita, na extinção de 15 braças onde finaliza um [zero]; o que forma uma área de 225 palmos de superfície, a 300 réis o palmo soma 67\$500 réis, que tem de indenizar aos cofres da Ilma. Câmara	Não mencionado
1857	Rua das Laranjeiras	Um terreno	Comendador Manoel Gomes Ferreira	Doutor Francisco Ferreira de Abreu	50 braças de frente e fundos a ilustrar com a chácara que foi de Domingos Carvalho de Sá, não tem benfeitorias apenas uma plantação de capim	20:000\$000
1857	Rua Formosa	Uma morada de casa térrea n° 39	João Carlos Garony	João Jacob Bonder	16 palmos e 2 polegadas de frente e 49 palmos e 6 polegadas de fundos e visto o mal estado e achar-se enterradas	800\$000
1857	Cosme Velho (Largo do Boticário)	Casa térrea n° 62	Doutor Agostinho Luiz da Gama	Dona Rita Maria da Conceição de Jesus	3 braças de frente sobre 92 de fundo; a qual está bastante arruinada e por isso precisando de reparos	1:200\$000
1857	Rua de Mata Cavalos	Uma casa assobradada	Manoel Martins de Castro Reis	Doutor João Luiz Vieira	4 braças de frente e 135 palmos de fundos, quintal em ribanceira até a Rua de Paula Matos	8:000\$000
1857	Rua de Paula Matos (antiga de Dona Josefa)	Um terreno	Francisco de Assis Chagas Carneiro	Antônio José de Macedo	12 braças de frente e 19 de fundos	3:000\$000
1857	Rua de Catumbi Grande	Terreno que ganha sobre a rua segundo o alinhamento de arruação que assim o permite	Estulano Maris de Souza	Não mencionado	10 palmos de saída e 97 de extensão que perfaz termo médio 480 palmos de superfície a 160 ao palmo	76\$800
1857	Praia do Flamengo	Terreno	Francisco Xavier Rotton	Antônio José da Costa Lima	3 braças de frente para a Praia do Flamengo e 19 de fundo	300\$000
1857	Rua da Real Grandeza	Duas casas térreas n° 12 e 14	Francisco Nicolas Desparque	Não mencionado	O de n° 12, 32 palmos de frente e 135 de fundo, com 311 de quintal, com 50 de largura; a de n° 14 tem 18 palmos de frente e 89 de fundos	6:000\$000
1857	Rua da Real Grandeza	Um terreno	Francisco José da Costa Lima	João Henrique Soares e Ladislau José dos Reis	30 braças de frente com 62 de fundo: pela quantia de 3:600\$000 réis, em razão de ser montanhoso (em parte)	200\$000 réis a braça que perfaz 6:000\$000
1857	Rua de Santa Isabel	Um terreno e casa	João Teixeira Machado	Joaquim de Meireles Coelho	3 braças de frente sobre 17 de fundo, terreno montanhoso: tendo dentro do mesmo uma pequena casa com 21 palmos de frente e 35 de fundos; firmado sobre esteios de madeira, e fixado com estuques	1:000\$000

					e adobes, toda aberta e por rebocar	
1857	Três moradas de casa térrea	Rua da Providência	Manoel Galdino	José Joaquim Ferreira Leal	59 palmos de frente incluindo todas e de fundos sessenta e quatro palmos com 27 palmos e 4 polegadas de quintal e na última 45 palmos e 5 polegadas de fundos com 27 palmos de quintal e visto estarem enterradas e o terreno ser irregular	5:000\$000
1857	Uma morada de casa assobradada	Rua da Princesa dos Cajueiros	Custódio José de Santana	Luiz Pinto Vieira Peixoto	30 palmos de frente 80 de fundos com 90 palmos de quintal	8:000\$000
1857	Rua do Neves	Um terreno	Elias José dos Santos	Mateus Adelino Alves	7 braças e meia de frente e 24 braças e 3 palmos de fundos	1:875\$000
1857	Rua de Mata Cavalos	Um terreno	José Luiz Dias Diniz	Bacharel José Augusto Nascentes Pinto	3 quartos e meia braças de frente e 29 de fundos e visto ter menos largura nos fundos	3:150\$000
1857	Rua do Senhor dos Passos	Casa térrea n° 88	João Rodrigues Martins	Fulgêncio José da Costa	14 palmos e 5 polegadas de vivo em largura, e 89 palmos de fundos	2:500\$000
1857	Praia do Saco do Alferes	Terreno que ganha sobre a rua segundo o alinhamento de arruação permite	Dona Jacinta Rosa de Castro	Não mencionado	Tendo em um extremidade 2 palmos e 5 polegadas acabando zero na extensão de 6 braças e como perfaz 80 palmos quadrados de superfície, a 300 réis os palmos, deve indenizar ao Cofre Municipal	24\$000
1857	Rua do Núncio	Terreno	Dona Laura Joaquina de Moraes	Vicente Mir Ferrer	25 palmos de frente e 26 palmos de fundos	1:500\$000
1857	Praia do Flamengo	Terreno	Francisco Xavier Rotton	Rodrigo José Alves Souto	23 1/2 braças de frente e 25 de fundos	5:000\$000
1857	Morro do Livramento	Casa de sobrado e chácara n° 89	João Batista Lacaille	Miguel Fortunato Donat Segond	85 palmos de frente e de fundos 94 tendo a cozinha ao lado com 68 palmos de frente, outra casa com 120 palmos de frente e 24 de fundos em ponto baixo uma meia água tendo uma casa ao mesmo correr com 47 palmos de frente e de fundos 23 tendo o terreno de frente 65 braças e 2 palmos com fundos até as vertentes da montanha	25:000\$000
1857	Rua de São Diogo	Uma meia água e terreno	Adriana Maria de Santana	Felipe Francisco de Lima	112 palmos de frente e de fundos 12 palmos constando em quartinhos e o terreno em que se acha edificada a meia água tem 27 palmos e 6 polegadas de frente e de fundos 239 palmos	4:000\$000
1857	Rua Velha de São Diogo	Uma meia água n° 21 B	Ana Maria de Jesus	Luiz Gonçalves Mota	25 palmos de frente e 22 de fundos com uma pequena casinha ao lado tendo o terreno na frente da dita 128 palmos de extensão	1:500\$000
1857	Cosme Velho	Um terreno	Bernardino José de Souza	José de Carvalho Pinto	5 braças e 2 palmos de frente, e 30 braças de fundo; em as quais já existe edificadas casa do impetrante	1:000\$000
1857	Rua de São Clemente	Uma casa	João Manoel Soares	Camilo Antônio Lopes Marinho	15 palmos de frente e 30 braças de fundos todo o terreno; a casa precisa de consertos	2:200\$000

1857	Rua do Príncipe	Um terreno que ocupa a casa nº 92 e 94	Viúva e herdeiros de José Teixeira Barbosa	Dona Jesuína Rosa Mayrink Pereira	20 palmos de frente, e de fundos 197 palmos, nº 94, 21 palmos e 5 polegadas de frente, e de fundos 197, foi avaliado mais o terreno onde se acha edificada a casa nº 81 na Rua da Princesa tendo as dimensões seguintes: 40 palmos e 7 polegadas de frente e 192 palmos de fundos	1:200\$000
1857	Morro da Providência	Um terreno que ganha para frente em um extremo 24 palmos e 4 polegadas em outro 16 palmos	Miguel Luiz de Siqueira	Não mencionado	Como o terreno do quintal tem 18 braças de fundos ou 1800 palmos quadrados, calculando cada braça de frente com 18 de fundos a 180\$000 réis por braça ou 100 réis ao palmo quadrado e como o terreno que ganha tem 2670 palmos quadrados	267\$000
1857	Praia de Copacabana	Fazenda denominada Copacabana	Carlos Le Blon	Francisco José Fialho	Forma um contínuo a partir de uma pedra que existe no cume da montanha a uma pequena casa na beira da praia, cujo rumo divide com terras pertencentes a Fazenda Nacional e pelo lado oposto divide com o mar	10:000\$000
1857	Rua da Prainha	Uma morada de casa de sobrado nº 94	José da Silva Campos	Manoel Francisco Dias	32 palmos de frente, e de fundos 120 palmos com um sótão com um quintal até encostar ao muro	19:000\$000
1857	Rua do Sabão, no Mangue da Cidade Nova	Um terreno	João José Pereira de Oliveira	João Antônio Pinto	6 braças e 3 palmos de frente na Rua do Sabão com fundos até a Rua do Alcântara terreno alagadiço	1:600\$000
1857	Rua de Santa Tereza, no Catete	Um terreno	João Joaquim Carvalho Braga	José Machado Coelho	5 braças de frente, com fundos até águas vertentes	300\$000 cada braça
1857	Rua do Senhor dos Passos	Casa térrea nº 90	João Rodrigues Martins	Antônio Moreira de Souza Azevedo	15 palmos de frente e 90 de fundos	3:300\$000
1857	Rua de Paula Matos	Uma morada de casa sendo a frente de sobrado acabando nos fundos térrea	Herculano José do Amaral	João Lopes Ribeiro Brasil	24 palmos e 4 polegadas de frente, e 65 de fundos, e 71 palmos de quintal e visto a sua construção ser toda de frontal e tijolo	2:500\$000
1857	Rua do Sabão, no Mangue da Cidade Nova	Duas moradas de casa e um terreno	João Bráulio de Mesquita	José Machado	54 palmos de frente e 77 de fundos estando uma por acabar por dentro e outra precisando de reparos, com um terreno ao lado com 108 palmos e 3 polegadas de frente e 31 braças e 7 palmos de fundos até a Rua do Alcântara terreno alagadiço	10:000\$000
1857	Rua da Princesa	Duas moradas de casa térreas nº 109 e 111	Manoel Francisco Pereira e mais herdeiros	Francisco José da Costa Galhardo	40 palmos de frente e 92 de fundos, e 100 de quintal tendo ambas as mesmas dimensões	7:000\$000
1857	Fundo da casa de nº 33, da	Um terreno	Leonardo Barros Franco	Não mencionado	108 palmos quadrados de superfície	32\$400

	Travessa do Desterro					
1857	Morro do Castelo	Casa de sobrado	Berrene & Cia.	Dona Maria Babelta Laemmert	43 palmos de frente, 20 de fundo; segue um jardim com 42 palmos de largura, e 66 de comprimento; no mesmo prolongamento, segue outra casa com 40 palmos de largura e 72 de fundos	10:000\$000
1857	Rua do Brocô	Uma chácara nº 20	Dona Maria da Luz Pinto Ribeiro	João Bráulio Muniz	8 braças na mencionada rua; alargando a pouca distância da frente, para o lado da chácara de Joaquim José de Andrade Bastos, e segue com essa largura até a Rua de São Joaquim onde faz frente	12:000\$000
1857	Rua da Real Grandeza	Um terreno	João Henriques Soares e Ladislau José dos Reis	Francisco de Souza Mendes	20 1/2 braças de frente com 62 de fundos	200\$000 réis cada braça
1857	Rua da Glória	Casas térreas nº 48 e 50	Dona Águida de Avelar Brotero	Exmo. Sr. Conselheiro Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos	A de nº 48: 76 1/2 palmos de frente e 40 palmos de fundos. A de nº 50: 43 palmos de frente e 40 de fundo; estão bastante arruinadas	10:000\$000
1857	Rua da Saúde	Um terreno	Antônio Caminha	Não mencionado	8 palmos em um extremo e 3 palmos e 5 polegadas no outro calculando cada braça de frente com 10 de fundos que tem o terreno a razão de 400\$000 réis por braça e como o terreno que ganha tem 374 palmos quadrados a 400 réis ao palmo	149\$600
1857	Morro do Neves, Rua do Progresso	Um terreno	João José Pacheco Sobrinho	Jacinto Luiz de Souza	8 braças de frente e 26 de fundos	2:000\$000
1857	Rua de Santana	Uma morada de casa térrea	Francisco Ferreira Goulart	Francisco José de Azeredo Coutinho	22 palmos e 5 polegadas de frente, e 91 palmos de fundos, com 38 palmos de quintal	5:500\$000
1857	Rua do Alcântara	Um terreno	Emílio José Fernandes Guimarães	Sérvulo Barreto Monteiro	3 braças de frente e 19 de fundos	2:000\$000
1857	Curtume da Rua de São Cristóvão com fundos para a Bica dos Marinheiros	Terreno de marinhas	Melo Souza & Cia	José Kiliam	92 braças de frente e 15 de fundos	27:600\$000
1857	Rua do Andaraí, no lugar denominado Segunda-Feira	Um terreno que ganha para frente na Rua de São Francisco Xavier	Bernardo Neto de Azevedo e Feliciano Neto de Azevedo	Não mencionado	50 palmos de frente ganhando em um extremo 18 palmos e no outro 13 palmos calculando cada braça de frente com 12 de fundos que tem o terreno a razão de 50\$000 réis por braça e como o terreno que ganha tem 750 palmos quadrados ou 7 braças e 50 palmos quadrados	31\$245
1857	Rua das Laranjeiras	Metade da chácara nº 67	José Pereira de Mesquita	Modesto Alves da Silveira	185 palmos de frente, e fundos até águas vertentes	7:000\$000
1857	Rua da Glória	Casa térrea nº 2	Carlos Frederico	Dona Joaquina	34 palmos de frente e 108 de fundos	5:000\$000

			Taylor	Sabina Ferreira de Melo		
1857	Rua do Sabão da Cidade Nova	Uma morada de casa térrea	Dona Elisiária Maria da Conceição	Eduardo Bauer	21 1/2 palmos de frente e 67 1/2 de fundos e 53 palmos e 6 polegadas de quintal, precisando de reparos	3:000\$000
1857	Rua de Copacabana, n° 88	Um terreno	João José Barbosa	Não mencionado	88 1/2 braças, a partir e acabar em zero, com a largura média de 10 palmos	100\$000
1857	Rua do Sabão, no Mangue da Cidade Nova	Um terreno	João Antônio Pinto	José Nunes Leonardo	64 palmos e meio de frente, 317 de fundos até a Rua do Alcântara terreno em parte alagadiço a 312\$500 réis por braça	2:000\$000
1857	Rua Formosa	Um terreno	Dr. Francisco Leocádio de Figueiredo	Francisco José Pereira & Outros	19 braças e 7 palmos de frente e 10 braças e 7 palmos de fundos a 434\$010 réis a braça ou 43\$401 réis ao palmo	8:550\$000
1857	Rua do Oriente	Um terreno	João Ignácio Aleixo	Pedro José Martins	10 braças de frente e 35 de fundos a 125\$000 por braça	1:250\$000
1857	Rua do Oriente	Um terreno	João Ignácio Aleixo	José Maria de Souza	4 braças de frente e 31 e meia de fundos a 127\$000 réis por braça	480\$000
1857	Rua do Oriente	Um terreno	João Ignácio Aleixo	José Xavier Ferreira	11 braças de frente e 31 de fundos a 127\$000 réis por braça	1:320\$000
1857	Rua do Oriente	Um terreno	João Ignácio Aleixo	Antônio José de Souza Magalhães	10 braças de frente e 20 de fundos a 100\$000 réis por braça	1:000\$000
1857	Rua do Oriente	Um terreno	João Ignácio Aleixo	Dona Joana Joaquina Martins	3 braças de frente e 32 e meia de fundo a 127\$000 réis por braça	360\$000
1857	Rua do Oriente	Um terreno	João Ignácio Aleixo	Zelino Antônio Pinto de Miranda	16 braças de frente e 20 ditos de fundos a 100\$000 por braça	1:600\$000
1857	Travessa de Santa Cristina	Um terreno	João Manoel Pereira	Conselheiro José Maria Velho da Silva	10 braças de frente para a mencionada travessa, com fundos de 5 a 6 braças na extremidade direita acabando em zero na extremidade esquerda	850\$000
1857	Rua da Princesa dos Cajueiros	Uma meia água bastante arruinada	José Henriques de Castro Gomes	Vicente Ferreira de Oliveira Palma	20 palmos de frente, e 38 de fundos, com 32 braças de quintal fazendo frente para a Pedreira e visto ter duas frentes	1:000\$000
1857	Rua do Bom Jardim, no seguimento da projetada Rua Velha de São Diogo	Um terreno	Ilma. Câmara	Cristiano Benedito Ottoni	6 braças de frente, e 17 braças e 3 palmos de fundos tendo este 42 palmos de largura nos fundos contados da cerca de madeira pertencente a estrada de ferro a encostar a parede da casa	2:400\$000
1857	Mangue da Cidade Nova	Um terreno	Dona Josefa Pereira Serzedelo	Antônio Manoel de Almeida Brandão e Roulland Cox	79 e meia braças de frente pela Rua de São Leopoldo contadas da Rua do Porto a Rua da Iluminação e de fundos 26 e meia braças até a Rua do Alcântara terreno alagadiço e parte coberto de mangue	10:000\$000
1857	Rua da Princesa dos Cajueiros	Um terreno onde se acha edificada a	Joaquim Duque Estrada	José Domingues Vilar	2 braças de frente e 19 de fundos	400\$000

		casa nº 131	Furtado de Mendonça			
1857	Rua de Paula Matos	Um terreno e benfeitorias	João Lourenço Aires Pinto	Vicente Navarro Cardoso	Uma meia água com 28 palmos de fundos, e 40 de frente tendo um terreno na frente com os ditos 40 palmos de frente e 106 palmos e 3 polegadas de fundos tendo neste um pequeno portão	1:000\$000
1857	Travessa da Correição	Um terreno	José de Oliveira Fernandes	Nossa Senhora da Batalha	4 braças de frente e 20 ditas de fundos	Doação avaliada em 300\$000 réis por braça
1857	Morro de Santa Tereza	Casa nº 21 com o competente terreno	Antônio José Fernandes de Oliveira	Joaquim da Fonseca Guimarães	10 braças de frente, com 13 braças de largura nos fundos; fundos 19 braças	4:200\$000
1857	Rua de São Cristóvão	Um terreno que ganha sobre o alinhamento que avança para a rua	Melo Souza & Cia.	Não mencionado	60 braças de frente e no centro onde forma o ângulo do muro velho tem de avançar 25 palmos acabando zero para um e outro lado calculando cada braça de frente com 100 de fundos a 1:000\$000 de réis por braça e como que ganha tem 75 braças quadradas ou 750 palmos quadrados	750\$000
1857	Rua de São Diogo	Um terreno	José de Oliveira Fernandes	Não mencionado	5 braças de frente e 20 ditas de fundos pela Travessa da Correição fazendo canto para uma e outra rua	2:500\$000
1857	Rua Nova do Conde	Um terreno que ganha sobra a rua	Manoel José Nunes	Não mencionado	7 braças de frente ganhando 4 e meio palmos em um extremo e 5 palmos e 6 polegadas em outro calculando cada braça de frente com 23 de fundos a 800\$000 réis por braças e como o terreno que ganha tem 350 palmos quadrados	121\$727
1857	Rua do Pinheiro	Duas moradas de casas assobradadas e o competente terreno ao lado das mesmas	Antônio José da Costa Lima	Dona Maria Barbosa Correia de Brito	A de nº 1: 39 palmos de terreno e 34 de casa. A de nº 1A: 34 palmos de casa e 33 de termo; e todas com 123 palmos de fundos	16:000\$000
1857	Rua da Saúde	Uma morada de casa que serve de armazém	Francisco Antônio de Oliveira Bastos	Gabriel José Gonçalves Pereira Bastos	32 e meio palmos de frente, 89 ditos de fundos e 105 de quintal até encostar a muralha da pedreira	6:000\$000
1857	Morro de Santa Tereza	Casa número 25 A, com o competente terreno	Antônio Carvalho de Souza	Joaquim da Fonseca Guimarães	16 braças de frente, e 3 braças de largura nos fundos; tendo de fundos entre 20 e 22 braças	5:800\$000
1857	Morro de Santa Tereza	Prédio nº 31, com o competente terreno	Joaquim Francisco Guimarães	José Ferreira da Silva Guimarães Queiroz	9 braças e meia de frente, tendo 12 braças de largura nos fundos; com 27 braças de fundos no lado direito, e 30 no lado esquerdo	7:000\$000
1857	Morro de Santa Tereza	Casa térrea nº 35 C, com o competente terreno	Joaquim da Fonseca Guimarães	Antônio Pereira Rebouças	21 braças de frente pela volta do Aqueduto da Carioca; 24 braças e 3 palmos de fundo pelo lado esquerdo, e 42 braças e 2 palmos do lado direito acabando em zero	5:000\$000
1857	Rua de Mata	Um terreno	José	Manoel José	4 braças e 6 palmos de frente com fundos	5:612\$000

	Cavalos		Fernandes de Oliveira	Rodrigues Torres	até a Rua do Resende tendo nesta frente a mesma largura	
1857	Morro de Santa Tereza	Um terreno	Joaquim Francisco Guimarães	João José Furtado Sarmento	136 palmos de frente para o Aqueduto, 30 palmos para o largo onde existe uma mangueira e 88 palmos para uma nova rua que ainda não está batizada	1:600\$000
1857	Rua Nova do Livramento	Uma morada de casa assobradada	Antônio Joaquim Ribeiro	Manoel José de Borba	3 braças e 7 polegadas de frente e 10 braças e 8 palmos de fundos com o quintal até a rua do Morro do Livramento	10:000\$000
1857	Rua do Neves	Um terreno	Comendador Francisco Ferreira das Neves	Caetano Pinto de Carvalho	10 braças de frente e 21 ditos de fundos até a Rua Fluminense	2:000\$000
1857	Rua do Neves, com frente para a Praça de Nossa Senhora das Neves	Um terreno	Comendador Francisco Ferreira das Neves	José Marques	8 braças de frente e 18 ditos de fundos	800\$000
1857	Travessa de Santa Cristina	Um terreno	José Maria Velho da Silva	José da Silva Botero	4 braças de frente, 11 ditos de fundos no lado direito e 7 e meia ditos no lado esquerda	800\$000
1857	Largo do Machado	Sobrado de dois andares nº 5	Miguel Avelar de Sá Pereira	Doutor Ignácio Francisco Silveira da Mota	28 palmos de vivo em largura e 205 de frente	26:000\$000
1857	Rua do Engenho Velho	Um terreno que ganha para frente sobre o alinhamento	Antônio Manoel da Costa Lima	Não mencionado	12 braças de frente ganhando 15 palmos em uma extremidade e em outra 18 ditos calculando cada braça de frente com 60 de fundos a razão de 400\$000 réis por braça e como o terreno que ganha tem 1920 palmos quadrados	128\$074
1857	Rua Nova do Conde, canto da Rua Formosa	Um terreno que ocupa a casa nº 52	Domingos Alves Meira	Francisco José Teixeira Bastos	77 palmos e 2 polegadas de frente, 196 ditos de fundos	300\$000 por braça
1857	Rua da Princesa	Duas moradas de casas térreas nº 105 A e 105 B	Joaquim Alves Correia	José de Souza Monteiro	18 palmos de frente e 49 ditos de fundos com um telheiro com 35 palmos de comprimento constando de cozinha e dispensa com 70 palmos de quintal tendo iguais dimensões	6:400\$000
1857	Rua de Mata Cavalos	Um terreno aonde está edificada a casa nº 132	Manoel Gonçalves Vale	Manoel José Rodrigues Torres	12 braças de frente com fundos até a Rua do Resende e nesta 10 braças e meia de frente	15:500\$000
1857	Rua da Alfândega	Casa térrea nº 292	Carlos Firmino Fortes	Por outra na Travessa das Flores, nº 6, São Cristóvão. O nome desse proprietário não foi mencionado	20 palmos de frente, 10 de fundos e 55 de quintal, com um sótão	6:000\$000
1857	Travessa das Flores	Uma morada de casa térrea	Carlos Ferreira Fortes	Antônio Ferreira Pacheco	45 palmos de frente e 57 ditos de fundos com uma meia água com 84 palmos de frente constando de cozinha e quartos	A permuta foi avaliada em

					tendo o terreno da dita casa 12 braças de frente com gradil e portão de ferro e de fundos 30 braças, terreno foreiro	6:000\$000
1857	Rua da Pedreira da Candelária	Prédio nº 63	Luiz Antônio Alves de Carvalho	Vicente da Cruz Lima e Antônio da Cruz Lima	28 palmos e meio de vivo em largura e 150 de fundos	2:312\$000
1857	Travessa de Santa Cristina	Um terreno	Margarida Augusta	Conselheiro José Maria Velho da Silva	3 braças de frente, 2 e meio de fundos pelo lado direito e 11 do lado esquerdo	600\$000
1857	Rua de Paula Matos	Uma meia água	Vicente Navarro Cardoso	José Dias de Magalhães	30 palmos de fundos e 40 de frente com um terreno na frente com 10 braças e 5 palmos de comprido e 4 ditos de largura	2:000\$000
1857	Rua da Saúde	Casa nº 206, térrea	Manoel da Silva Ramos	Antônio José Gomes Marques	33 palmos e 3 polegadas de frente e 84 ditos de fundos com um telheiro com 54 palmos de fundos e 62 ditos de quintal precisando de reparos	4:385\$000
1857	Rua do Sabão	5º parte da casa térrea nº 243	Doutor José Ferreira Pinto	Dona Sabina Ferreira de Melo	39 palmos de frente e 100 de fundos, este fazendo frente para a Travessa de São Domingos	1:540\$000
1857	Rua da Lampadosa, canto da Leopoldina	Terreno que investe sobre a Rua Leopoldina, em conformidade da arruação que se lhe deu na data deste	Antônio José do Amaral	Não mencionado	1082 palmos quadrados de superfície, a 400 réis o palmo perfaz a quantia de 432\$800	432\$800
1857	Rua de Mata Cavalos	Um terreno	João Luiz Dias Diniz	Manoel José Rodrigues Torres	2 braças de frente com fundos até a Rua do Resende não podendo tapar nem mudar a referida vala sem concessão da Ilma. Câmara	1:220\$000
1857	Praia da Gamboa	Uma morada de casa, constando de uma porta de cocheira na frente e um sobradinho	Lourenço Achille Lessoar	Bernardo Francisco Flores	24 palmos de frente e 127 ditos de fundos, de quintal 168 palmos estreitando este para os fundos	6:500\$000
1857	Rua do Pinheiro	Casa térrea nº 3	José Pereira Agrella	Antônio José da Costa Lima	Um terreno com 35 palmos de frente com 225 de fundos, com uma pequena casa térrea com 22 palmos de frente e 60 de fundos	2:000\$000
1857	Morro de Santa Tereza	Casa nº 3 e 3A, com o competente terreno	Joaquim da Fonseca Guimarães	Antônio de Freitas Guimarães	15 braças e meia de frente, com 16 e meia de largura nos fundos, com 29 e meia de fundos do lado direito e 23 do lado esquerdo	7:800\$000
1857	Morro de Santa Tereza	Casa nº 35 B, com o competente terreno	Joaquim da Fonseca Guimarães	João Antônio Soares Ribeiro	11 braças e meia de frente, com 10 e meia de largura nos fundos, 40 braças e meia de fundos pelo lado direito e 39 e meia pelo lado esquerdo	7:000\$000
1857	Rua do Oriente	Um terreno	João Ignácio Aleixo	José Xavier Ferreira	26 braças de frente e 34 ditos de fundos acabando em 10 braças de largo nos fundos, terreno montanhoso	1:300\$000
1857	Rua do	Um terreno	João Ignácio	José	5 braças e meia de frente e 25 ditos e meia	300\$000

	Oriente		Aleixo	Gonçalves da Rocha	de fundos acabando em ângulo agudo, terreno montanhoso	
--	---------	--	--------	--------------------	--	--

Ano	Local	Identificação	Vendedor	Comprador	Medidas
1859	Travessa de São João	Um terreno	Hilário Mariano da Silva	Antônio Gomes	5 braças de largo e 12 de comprimento sendo o dito terreno [anexo] aos fundos da casa de Antônio Gomes
1859	Rua de Dona Luiza	Terreno pertencente ao impetrante ora ocupado pela Rua de Dona Luiza	Estevão Sabatier	Ilma. Câmara	12 braças e meia de frente por 12 ditas de fundos
1859	Ponta do Caju	Um terreno de marinhas	Tomás João Croffe	Guilherme Foy	36 braças e 6 palmos, e 15 braças de fundos terreno montanhoso. Julgamos ser bem vendido
1859	Rua do Aterrado	Terreno	Hilário Mariano da Silva	Joaquim José Moferra	6 braças de frente e 25 de fundos
1859	Praia do Saco do Alferes	Terreno onde se acha edificado a casa n° 239	Lúcio Cláudio de Vargas	Mateus Machado Lourenço	24 palmos e meio de frente e 90 ditos de fundos
1859	Rua do Conde da Cidade Nova	Um terreno que ganha para frente sobre o alinhamento	Cristiano [Reiduz]	Não mencionado	126 palmos de frente ganhando 7 palmos em um extremo acabando zero tomando o termo médio vem a ter 441 palmos de superfície a 200 réis ao palmo quadrado
1859	Praia da Gamboa	Terreno e benfeitorias onde se acha a casa de sobrado n° 6D e os armazéns n° 4 GG e casa n° 4 D	Lourenço Schilles Lenoir	Domingos José Gomes Brandão	163 palmos de frente e 90 ditos de fundos
1859	Praia de São Cristóvão	Terreno e benfeitorias existentes em marinhas	Massa falida de João José Fernandes de Azevedo	Antônio Fernandes de Castro Póvoas	29 palmos e meio de frente e noventa ditos de fundos onde se acha edificado o sobrado n° 61 ocupando até a área
1859	Rua do Engenho Velho	Terreno que ganha sobre o alinhamento	Manoel Antunes da Cunha	Não mencionado	Calculando-se uma braça de frente com 80 de fundos a 500\$000 réis e como o terreno que ganha tem 2160 palmos quadrados
1859	Ruas Nova e Velha de São Diogo	Terreno ocupado pela oficina da Estrada de Ferro D. Pedro II	Eduardo Price	Companhia da mesma estrada	101 braças de frente com fundos até a base do morro
1859	Rua da Saúde	Terreno e benfeitorias onde estão edificados as casas de sobrado n° 80 e 82	José Ferreira Campos	Veríssimo Alves Barbosa	61 palmos e 6 polegadas de frente e 15 braças de fundos
1859	Rua do Bom Jardim	Terreno e um telheiro de duas águas nos fundos do dito terreno	Maria de Abreu	Manoel José da Silva Costa	20 palmos de frente e 157 de fundos
1859	Rua Nova do	Terreno que	Miguel	Não	11 palmos em um extremo e 18 no outro, e

	Conde e Rua de Matacavalos	ganha sobre o alinhamento	Antônio Muinoz	mencionado	como o terreno que ganha tem 684 palmos quadrados a 750 réis ao palmo
1859	Lugar denominado Escadinha, no Morro do Livramento	Frente de alvenaria e baldrames não existindo cantaria	Não mencionado	Não mencionado	2764 palmos e meio cúbicos a 200 réis o palmo tendo o terreno 1388 palmos quadrados a 84 réis o palmo
1859	Rua Nova do Conde	Um terreno que ganha sobre a rua na forma do alinhamento	Cristiano Benedito Ottoni	Não mencionado	450 palmos quadrados
1859	Rua do Aterrado	Terreno	Eduardo Price	Guilherme Gilbert Ginty	12 braças de frente com fundos até a Rua Nova de São Diogo visto precisar de grandes aterros
1859	Travessa de São João ou Mangue da Cidade Nova	Terreno	Hilário Mariano da Silva	Joaquim José Mofirra	3 braças de frente, tendo uma braça e 5 de fundos e as duas 17
1859	Rua de Copacabana, nº 40	Terreno que ganha sobre o alinhamento	Joaquim Marcelino Fonseca	Não mencionado	2 palmos em um extremo e 2 ditos em outro e como o terreno que ganha tem 60 palmos a 500 réis o palmo
1859	Rua do Andaraí Grande	Terreno que ganha sobre o alinhamento	Fernandes José de Souza	Não mencionado	88 palmos em um extremo do lado do rio e 193 de extensão acabando em zero: calculando-se uma braça de frente com 150 de fundos que tem o terreno, a 200\$000 réis a braça e como o terreno que ganha tem 8492 palmos quadrados a 13 réis
1859	Rua do Pedregulho	Terreno que ganha sobre o alinhamento	Francisco da Rocha Mota	Não mencionado	Calculando-se uma braça de frente com 55 de fundos como tem o terreno a 300\$000 réis a braça; e como o terreno que ganha tem 3930 palmos quadrados a 54 réis ao palmo
1859	Caminho Velho de Botafogo, nº 6	Terreno que ganha sobre o alinhamento	Comendador João Paulo de Azevedo Castro	Não mencionado	3 palmos e uma polegada em um extremo e 2 palmos e 5 polegadas em outro, e como o terreno que ganha tem 77 palmos e 5 polegadas a 500 réis o palmo
1859	Rua de São Diogo	Terreno	Anacleto Teixeira de Queiroga	Manoel Coelho Moreira	23 palmos e 6 polegadas de frente e 30 braças de fundos, tendo 3 braças de largura nos fundos
1859	Rua do Rio Comprido em frente ao muro de João Luiz da Cunha	Terreno que ganha sobre o alinhamento	Antônio Luiz da Costa	Não mencionado	Calculando-se uma braça de frente com 35 de fundos, a razão de 300\$000 réis; e como o terreno que ganha tem 910 palmos quadrados
1859	Rua do Bom Jardim	Terreno e casa	Cristiano Benedito Ottoni	João Maria do Vale	30 palmos e meio de frente e 17 braças e 3 palmos e meio de fundos
1859	Matadouro Público	Terreno que Antônio José Macedo & Cia. pretende arrendar	Antônio José de Macedo & Cia.	Não mencionado	150 palmos de abertura e 300 de frente pela Rua do Imperador dividindo pelos fundos com a vala da estrada de ferro, formando um triângulo perfeito
1859	Morro do Nheco	Terreno que ganha sobre o alinhamento	João Hermano Coelho de Melo	Não mencionado	13 palmos e meio em uma extremidade e 13 na outra e como o terreno que ganha tem 702 palmos quadrados a 60 réis ao palmo
1859	Rua das Laranjeiras	Terreno que ganhou	Bernardino José da	Não mencionado	763 palmos quadrados, que ganhou sobre o alinhamento do terreno, a razão de 333 réis o

	em frente ao Pau Grande		Costa		palmo quadrado
1859	Rua do Engenho Velho	Terreno que ganhou sobre o alinhamento	Comendador Manoel Higino de Figueiredo	Não mencionado	26 palmos em um extremo e 30 no outro calculando uma braça de fundos com 80 de fundos a 500\$000 réis; e como o terreno que ganha tem 840 palmos quadrados
1859	Rua do Pau Ferro	Terreno que ganhou sobre o alinhamento	Luiz João Bean	Não mencionado	60 braças e 8 palmos ganhando sobre o alinhamento 3 palmos para a frente conservado em todo comprimento; calculando-se uma braça de frente com 60 de fundos a 400\$000 réis, e como o terreno que ganha tem 1800 palmos quadrados abatendo 300 que pertence as marinhas
1859	Rua do Sabão da Cidade Nova	Terreno	Manoel José da Silva Franco	Rowland Cox e Antônio Manoel de Almeida Brandão	38 braças e 3 palmos e meio pela Rua do Sabão e pela Rua do Bom Jardim 33 braças de 7 palmos
1859	Rua do Aterrado	Terreno no Mangue da Cidade Nova	Antônio Pedro Teixeira	José Joaquim Ferreira de Lima e Silva	6 braças de frente e 59 e meio de fundos e visto ter as frentes
1859	Rua do Bom Jardim	Terreno que ganha sobre o alinhamento	Jacinto Soares da Silva	Não mencionado	262 palmos quadrados de superfície a 400 réis ao palmo
1859	Rua do Sabão no Mangue	Terreno	Manoel José da Silva Franco	João Antônio Pinto	22 braças e meia pela Rua do Sabão com fundos até a Rua do Alcântara, tendo a mesma largura, terreno de pântano precisando de grandes aterros
1859	Rua do Engenho Velho	Terreno que ganha sobre o alinhamento	Manoel Joaquim da Silva Fernandes	Não mencionado	7 palmos em uma extremidade e 5 e 2 polegadas na outra e como o terreno que ganha tem 132 palmos quadrados a 300 réis ao palmo
1859	Rua do Engenho Velho	Terreno que ganha sobre o alinhamento	Simpliciana Rosa Dutton	Não mencionado	6 palmos na extremidade direita achando zero na distância de 30 braças e como o terreno que ganha tem 900 palmos quadrados a 100 réis ao palmo
1859	Rua de Santa Luzia, n° 342 e 344	Terreno que ganha sobre o alinhamento	Brás Antônio Carneiro	Não mencionado	7 palmos e meio em um extremo, em outro 2 e meio e como o terreno que ganha tem 600 palmos quadrados, a 200 réis o palmo
1859	Rua de São Diogo	Uma meia água e terreno	José Januário	Carlos Grigg	18 palmos de frente e 7 ditos de um terreno ao lado e de fundos 21 braças
1859	Rua da Gamboa	Um terreno de marinhas	Antônio Afonso Velado	Joaquim Rodrigues Moura	39 palmos de frente e 15 braças de fundo acabando zero